

## MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Dinis Pinheiro  
1º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique  
2º-Vice-Presidente: Deputado Inácio Franco  
3º-Vice-Presidente: Deputado Paulo Guedes  
1º-Secretário: Deputado Dilzon Melo  
2º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.  
3º-Secretário: Deputado Jayro Lessa

## SUMÁRIO

### 1 - ATAS

- 1.1 - 8ª Reunião Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura
- 1.2 - 9ª Reunião Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura

### 2 - ORDENS DO DIA

- 2.1 - Plenário
- 2.2 - Comissões

### 3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

- 3.1 - Plenário
- 3.2 - Comissões

### 4 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

### 5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### 6 - ERRATAS



## ATAS

### ATA DA 8ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 12/4/2011

#### Presidência dos Deputados Dinis Pinheiro e José Henrique

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia); 2ª Fase: Questões de ordem - Suspensão e reabertura da reunião - Discussão e Votação de Proposições: Prosseguimento da discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 20.342; discurso do Deputado Antônio Júlio; encerramento da discussão; votação secreta; manutenção - Questões de ordem - Encerramento.

#### Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Dinis Pinheiro - José Henrique - Inácio Franco - Paulo Guedes - Dilzon Melo - Alencar da Silveira Jr. - Jayro Lessa - Adalclever Lopes - Adelmo Carneiro Leão - Almir Paraca - Ana Maria Resende - André Quintão - Anselmo José Domingos - Antônio Carlos Arantes - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Antonio Lerin - Arlen Santiago - Bonifácio Mourão - Bosco - Bruno Siqueira - Carlin Moura - Carlos Henrique - Cássio Soares - Celinho do Sinttrocel - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Delvito Alves - Doutor Viana - Doutor Wilson Batista - Duarte Bechir - Duílio de Castro - Durval Ângelo - Elismar Prado - Fabiano Tolentino - Fábio Cherem - Fred Costa - Gilberto Abramo - Gustavo Corrêa - Hélio Gomes - Hely Tarquínio - Ivair Nogueira - João Leite - João Vítor Xavier - Leonardo Moreira - Liza Prado - Luiz Carlos Miranda - Luiz Henrique - Luiz Humberto Carneiro - Luzia Ferreira - Maria Tereza Lara - Marques Abreu - Mauri Torres - Neider Moreira - Neilando Pimenta - Paulo Lamac - Rogério Correia - Romeu Queiroz - Rômulo Viegas - Rosângela Reis - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Tadeuzinho Leite - Tenente Lúcio - Tiago Ulisses - Ulysses Gomes - Vanderlei Miranda - Zé Maia.

#### Abertura

O Sr. Presidente (Deputado José Henrique) - Às 20h14min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.



## 1ª Parte

### Ata

- O Deputado Jayro Lessa, 3º-Secretário, nas funções de 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

## 2ª Parte (Ordem do Dia)

### 2ª Fase

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 2ª Fase, com a discussão e votação da matéria constante na pauta, uma vez que não há matéria a ser apreciada na 1ª Fase.

### Questões de Ordem

O Deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, formulo questão de ordem sobre a correta aplicação do art. 173, § 2º do Regimento Interno. Está tramitando nesta Casa, na pauta de hoje, o Projeto de Lei nº 359/2011, que proíbe o pagamento de pensões e aposentadorias aos agentes públicos que menciona, de autoria do Deputado Paulo Guedes, do Bloco Minas sem Censura. Esse projeto foi publicado no Minas Gerais, no dia 25/3/2011, com o seguinte despacho, para o qual chamo a atenção do Presidente e dos nobres Deputados: “Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pelo Governador do Estado e conclui-se pelo pedido de anexação ao Projeto de Lei nº 4/2011, nos termos do § 2º, do art. 173 do Regimento Interno”. Vejam bem: Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pelo Governador do Estado. Por haver sido apresentada anteriormente pelo governo do Estado, anexou-se a ela o projeto do Deputado Paulo Guedes. É exatamente a isso que se refere a constatação da anexação do projeto, simplesmente porque o projeto do governo foi enviado primeiro e anexou-se a ele o projeto do Deputado Paulo Guedes. O artigo do Regimento Interno desta Casa citado no despacho tem o seguinte teor: “Art. 173 - O Presidente da Assembleia só receberá proposição que satisfaça os seguintes requisitos: (...) § 2º - Verificada, durante a tramitação, identidade ou semelhança, as proposições posteriores serão anexadas, por determinação do Presidente da Assembleia, de ofício ou a requerimento, à primeira proposição apresentada, que prevalecerá, salvo no caso de iniciativa privativa”. Portanto, Sr. Presidente, o fundamento da anexação se baseou no fato de o Projeto de Lei nº 4/2011, de autoria do Governador do Estado, ter sido apresentado anteriormente ao do Deputado Paulo Guedes. Ocorre, no entanto, que o Projeto de Lei do Deputado Paulo Guedes, apesar de ter recebido numeração superior ao do Governador, foi protocolado nesta Casa no dia 2/2/2011, enquanto o projeto do Governador foi protocolado no dia 7/2/2011, cinco dias após o Deputado Paulo Guedes protocolar o projeto na Assembleia. Assim, questionamos por que não foi realizada a anexação do Projeto de Lei enviado posteriormente pelo Governador do Estado ao projeto do Deputado Paulo Guedes para a correta aplicação do art. 173, § 2º, citado no despacho. Quero chamar a atenção do Presidente e dos nobres Deputados nesta questão de ordem, porque o único argumento apresentado para anexar o projeto do Deputado Paulo Guedes ao do governo foi que o Deputado apresentou o projeto posteriormente ao governo, e não foi o que aconteceu. Houve um erro de interpretação, porque o Deputado Paulo Guedes apresentou o projeto no dia 2, e o governo, apenas no dia 7. Portanto, a questão de ordem que faço, Sr. Presidente, é que o projeto retorne à Comissão de Constituição e Justiça na ordem aqui posta da entrada dos projetos, ou seja, que o projeto do Governador do Estado seja anexado ao do Deputado Paulo Guedes. Por fim, queria ressaltar que o nosso Bloco - as Bancadas do PT, PCdoB, PMDB e PRB - é favorável ao projeto no que diz respeito ao seu conteúdo: extinguir as aposentadorias de ex-Governadores, filhos e viúvas. Somos tão favoráveis que o próprio PT, por três vezes, apresentou projeto idêntico a esse, por meio da Deputada Maria José Haueisen, hoje Prefeita de Teófilo Ottoni. Em duas vezes, o projeto não foi votado por discordância em relação à possibilidade de constitucionalidade, sempre pelo bloco composto pela maioria do governo hoje. Na terceira vez em que foi apresentado, ainda pela Deputada Maria José Haueisen, também o bloco que hoje congrega a maioria do governo se colocou contrário. Acharmos um avanço o Governador ter mudado de opinião, e esperamos que o Bloco do governo também, mas isso não faz com que o governo tenha a iniciativa do projeto apresentado primeiro por um Deputado do nosso Bloco. Então, reivindicamos que a autoria do projeto que extingue as aposentadorias dos futuros Governadores, viúvas e filhos seja do Deputado Paulo Guedes. É essa a questão de ordem, Sr. Presidente. Como o projeto está na pauta de hoje, solicitamos a V. Exa. que ele seja retirado e volte à sua tramitação normal.

O Deputado Durval Ângelo - Eu gostaria de afirmar que esta Casa já tem um episódio de exceção nessa questão, um ilustre episódio que só a dignifica. Foi quando da tramitação do projeto que concedia incentivo fiscal para empresa que contratasse preso ou egresso. Eu mesmo apresentei projeto semelhante a esse no tocante ao ICMS, durante quatro vezes. E a Comissão de Constituição e Justiça, por meio da competente assessoria do nosso Secretário-Geral, José Geraldo, com sua equipe, muito diletta e preocupada com a constitucionalidade, de forma correta emitiu parecer pela inconstitucionalidade. Quando da tramitação do projeto de V. Exa., o governo veio ao seu socorro, já prevendo que V. Exa. seria este grande Presidente do Poder Legislativo, apresentando um semelhante ao que V. Exa. apresentou, garantindo e revestindo o projeto de constitucionalidade. O Deputado Paulo Guedes está em uma exceção tão digna, tão brilhante, já tomada nesta Casa, do parecer de constitucionalidade, que é a companhia de V. Exa. numa tramitação semelhante, que nada mais que considerarmos o mesmo peso, a mesma medida, e termos um Regimento Interno que vale para Chico e para Francisco. Penso ser uma companhia boa. Diremos que o Deputado Paulo Guedes está quebrando, pela segunda vez, a tradição desta Casa, estando junto com o Presidente. Por sinal são dois companheiros de Mesa da Assembleia Legislativa. Poderíamos resolver isso. A sociedade quer que votemos esse projeto. É um projeto bom, vamos garanti-lo, e o Deputado Paulo Guedes seguiu a tradição da Maria José Haueisen, que, por duas vezes, apresentou projeto semelhante, rejeitado pelo Poder Legislativo.

O Sr. Presidente (Deputado Dinis Pinheiro) - A atitude de V. Exa. naquele momento, Deputado Durval, é realmente merecedora do nosso elogio. V. Exa. sempre se pautou pelo compromisso, sobretudo com as bandeiras sociais de Minas Gerais. A Presidência responderá à questão de ordem oportunamente e desde já decide que o Projeto de Lei nº 4/2011 somente será reinserido, Deputado Rogério Correia, na Ordem do Dia das próximas reuniões depois de respondida a questão de ordem apresentada. Informo também ao Plenário que já se encontra na mesa requerimento de adiamento da discussão do referido projeto nesta reunião.



### Suspensão da Reunião

O Sr. Presidente - A Presidência vai suspender a reunião por 10 minutos para entendimentos entre as Lideranças sobre a apreciação da matéria constante na pauta. Estão suspensos os nossos trabalhos.

### Reabertura da Reunião

O Sr. Presidente - Estão reabertos os nossos trabalhos.

### Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Prosseguimento da discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 20.342, que autoriza o Instituto Mineiro de Gestão de Águas - Igam - a doar ao Centro Polivalente de Atividades Sociais, Culturais e Ambientais - Cepasa -, com sede no Município de Unai, o imóvel que especifica. Designado relator em Plenário, o Deputado Neider Moreira opinou pela manutenção do veto. Continua em discussão o veto. Com a palavra, para discutir, o Deputado Antônio Júlio, que ainda dispõe de 58 minutos e 40 segundos.

O Deputado Antônio Júlio - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, aqui estamos para discutir o Veto do Governador à Proposição de Lei nº 20.342, que se refere à doação ao Centro Polivalente de Atividades Sociais, Culturais e Ambientais - Cepasa -, com sede no Município de Unai, do imóvel que especifica. O Governador, em suas razões do veto, diz, com muita tranquilidade - e nós concordamos -, que a doação seria para uso particular, o que é vedado por lei. Fazemos esta discussão, mas ela poderia ser um pouco mais ampla quando se fala do Igam, que é o Instituto das Águas de Minas Gerais. Há uns dois anos e meio ou três anos, o governo criou uma comissão para estudar todas as formas de arrecadação, no que está até correto. E chegaram à conclusão de que cobrar taxa de cisterna seria uma boa arrecadação para o Estado de Minas Gerais. Aqui levantei várias questões e, na minha região, eu dizia ao pessoal: não gaste dinheiro para registrar sua cisterna porque não existe a mínima lógica nessa cobrança do governo. E o mais grave era que tínhamos informações de que o Igam cobraria R\$680,00 por cada cisterna, indiferentemente se tinha muita água, pouca água ou água nenhuma. Tinha a certeza de que o Governador Aécio Neves não permitiria que isso acontecesse. Levantamos essa questão várias vezes, e alguém ainda queria defender. Fizeram o cadastro e não cobraram por enquanto. É mais ou menos como quando votamos o IPVA para avião e o IPVA para canoas. Aquelas canoas que ficam lá no Rio Grande, naquela região de vocês, do Dr. Hely, à beira do lago. Alguém deu a ideia ao governo de cobrar IPVA daquelas canoinhas. Está na lei, e até hoje não foi revogado. Falávamos que era um equívoco e éramos considerados como oposição.

Também o governo passado, que está tendo sequência, mandou para esta Casa um projeto que estabelecia que, para chamar a polícia, a pessoa precisava pagar uma taxa. Mas como pagar uma taxa numa sexta-feira à tarde? Era preciso pagar para a polícia atender a uma ocorrência. Isso aconteceu nesse governo, e levantamos a discussão várias vezes. Até virou um pouco de chacota. Dizíamos que, quando fôssemos assaltados, devíamos falar para o ladrão: “Olha, espera eu ir ao banco pagar a taxa para chamar a polícia”.

Com o Igam ocorreu a mesma coisa, tanto que, agora, ouvimos um boato do governo - aliás, não sabemos se houve algo importante - sobre a extinção do Igam e a colocação de todos num órgão só, que seria a supersecretaria. Essa foi a grande discussão, mas parece que o governo deu uma recuada, porque, em alguns casos, principalmente no caso de o IEF se juntar ao Igam, discutimos se isso seria uma queima de arquivo, porque o IEF estava cheio de problemas. Houve várias ações da polícia; fizemos aqui várias denúncias. Inclusive, o IEF...

Olhem que loucura, a que ponto chegam as pessoas que rodeiam o governo! Às vezes o Governador paga a conta, mas não sabe nem o que está acontecendo. Mas nós denunciemos, e o IEF e essa turma recuaram. Eles iriam colocar um “chip” em cada caminhão de carvão. Era um investimento da ordem de - se não me engano - R\$38.000.000,00. Para quê? Foi isso que discutimos: para que colocar esses “chips”? Como se vai fiscalizar um caminhão que vem do Paraguai com carvão ou que vem de Mato Grosso? Como ele entrará em Minas Gerais? Quando levantamos essa discussão, o pessoal dizia que o fazíamos porque éramos da Oposição. Não, levantamos pontualmente essa situação, e o governo deu uma recuada.

Querem saber de outra situação que levantei e ficou todo o mundo apavorado, mas o governo tomou rumo? A dos carros de fiscalização das rodovias de Minas Gerais que tinham placa de São Paulo. Estava lá escrito “DER, Governo de Minas”, mas a placa do carro era de São Paulo. Um dia, falei com um rapaz do DER: “Se eu for parado numa “blitz”, vou chamar a polícia para você, porque você deve estar fingindo que está fazendo “blitz” para assaltar. Como posso aceitar uma fiscalização de nosso Estado de Minas Gerais feita por um veículo com placa de São Paulo?”. Houve falta de cuidado quando foi feita a licitação e falta de cuidado também do responsável pela licitação. Depois que levantamos essa questão, o governo trocou as placas dos carros. Hoje eles portam placas de Belo Horizonte, são de uma empresa que ganhou a concorrência e está fiscalizando.

Então, quando falamos essas coisas, na maioria das vezes, estamos ajudando o governo, mas o pessoal da base, às vezes, pensa que estamos apenas fazendo oposição por oposição. Estou contando esses fatos porque levantei todos eles e, em todos eles, o governo deu uma recuada. Por exemplo, quando esse mesmo grupo queria fazer esse trabalho de cobrança de IPVA de aeronaves, eu disse que Minas não teria nem uma aeronave, porque ninguém registraria uma aqui. Como se paga IPVA de aeronaves? E queriam fazer essa cobrança, queriam cobrar das canoas, dos barquinhos. Do governo também alguém deu a ideia de cobrar por utilização da faixa de domínio para colocação de “outdoor”. Só que a taxa que eles fizeram, André, correspondia a mais ou menos três vezes o faturamento da empresa por ano. Eles fizeram uma reunião e levantaram essa questão. Então, fui ao Governador Aécio Neves, porque tinha dito: “Vou falar com o Governador. Não quero falar com o Secretário de Fazenda, porque, depois que começasse a ação política contra ele, o Governador pelo menos não poderia falar que não tinha conhecimento”. Ele até ficou nervoso. “Vou ao Governador, para que depois ele não tenha oportunidade de dizer que não sabia”. Infelizmente, faz parte da política a pessoa dizer, depois do ocorrido, que não sabia o que estava acontecendo. E o Governador, num primeiro momento, negou, mas eu disse: “Governador, vim aqui pelo contrário. Eles querem fazer uma ação contra o senhor, colocar mil “outdoors” contra o governo do Estado, mas pedi que me dessem um tempo, porque eu iria falar com o senhor. Não queria falar com o Secretário nem com quem criou a taxa”. Fazemos algumas críticas, mas



devo dizer que o Governador é muito ágil para tomar decisões. Ele viu que a situação era equivocada e, na mesma hora, tomou providências.

Então, esse é o trabalho da Oposição; esse é o trabalho que devemos fazer. Estou vendo essa preocupação, principalmente hoje, na parte da manhã, em que queriam questionar. Acho que está até ficando engraçado esse negócio de chamar o Governador de bonitinho ou mais bonito, sei lá. Realmente ele merece, como pessoa, o nosso respeito.

Temos toda a autoridade e autonomia para questionar as ações do governo. Aí disseram que a Oposição falou sobre o déficit zero, que em Minas Gerais é uma enganação. Trocaram o contador, que dava o mesmo déficit do governo, jogou no capital que o governo deve. E assim fica parecendo que é déficit zero. Hoje Minas tem um déficit de R\$200.000.000,00, mais ou menos o que tinha na época do Governador Itamar Franco, e não consegue pagar a rolagem da dívida. O Governador Aécio Neves teve vontade de discutir isso. O Governador Itamar Franco queria discutir a dívida quando decretou a moratória de Minas. O pior negócio de todos os Estados da Federação foi o que Minas Gerais fez quando o governo exigiu o enxugamento dos bancos oficiais. Hoje Minas paga 7,5% de juros e empresta dinheiro a 3% de juros para o cara que comprou os 33% da Cemig. O cara nem pagou e ainda quer receber os dividendos.

O Governador Aécio Neves tinha vontade de fazer essa discussão, até porque o Governador Itamar Franco também queria discutir a dívida de Minas. Isso precisava ser repactuado. Não é culpa desse governo, é culpa do governo federal que impôs a Minas uma negociação muito ruim para o Estado, que já pagou essa dívida umas quatro ou cinco vezes. No governo de Aécio Neves, a dívida era de R\$28.000.000.000,00 e hoje ela está em R\$60.000.000.000,00. Ele deve ter pago cerca de R\$20.000.000.000,00 nestes oito anos, e a dívida chegou a R\$60.000.000.000,00.

O papel da Oposição é fazer uma discussão e dar sustentação a ela. Temos de cobrar do governo federal, do governo do PT, do PMDB, que façam a repactuação da dívida. Entretanto, quando queremos discutir, parece que todo o mundo só quer falar do Governador, que tem o seu lado positivo que todos reconhecemos claramente. Também temos o nosso ponto de vista sobre os equívocos cometidos por esse governo. Fiz várias análises rápidas aqui dos equívocos do governo. Ele não nos deu a bandeira, talvez nem quisesse ouvir, mas pelo menos mudou de rumo, que é o nosso interesse. Não queremos que o governo seja ruim, porque quando é assim, ele o é para todo o mundo, não é ruim apenas para a Oposição. Vemos que quando um Prefeito, coitado, é muito ruim, a Oposição, às vezes, bate palmas, mas ela paga caro, a sua família paga caro. Uma administração ruim, é ruim para todos nós. Queremos que o governo faça o seu papel.

Hoje, pela manhã, o Delvito leu um discurso planejado, decorado, sobre a mesma lógica do governo, que é altamente avaliado. Isso não tem de ser discutido. Não vamos discutir isso. Seria uma burrice da nossa parte menosprezar os 68% de votação do Governador e do Senador. Não é essa a discussão. O fato de ele ter 68% dos votos não lhe dá o direito de fazer as coisas equivocadas, como alugar o prédio do Ipsemg por R\$15.000,00 por mês. Trata-se de um prédio de 12.000m de área em plena Praça da Liberdade. Aí vêm com a justificativa, Deputado Adelmo, de que o rapaz que ganhou a concorrência vai investir R\$40.000.000,00. Ele vai investir para ele, porque vai ficar lá durante 70 anos. São 35 anos, renovados por mais 35. Se fosse para pagar R\$15.000,00, seria melhor dar de graça, que desse a ele o direito de explorar de graça. Isso teria muito mais lógica do que dá essa justificativa para nós. Não há nenhuma justificativa para o governo ou alguém dizer que foi realizada uma licitação correta, dirigida, e alugar um imóvel daquele tamanho, na Praça da Liberdade, por 35 anos, renovados por mais 35, por quinze mil e poucos reais por mês. Então temos de ter coragem para fazer essas discussões. Essa é a forma que temos de defender o próprio governo, porque ele erra muito.

Lembro-me de quando o Governador Itamar Franco fez um decreto cancelando o ICMS das carnes bovina e suína, e se esqueceu do frango. Sobre a carne do frango, pagavam-se 7%, Dr. Eli, e foi para 18%. Isso inviabilizava o mercado no Estado de Minas Gerais. Os granjeiros ficaram em polvorosa.

O Governador não sabia do posicionamento, e ficávamos em cima da Secretaria de Fazenda para fazer a reavaliação do decreto. Enquanto eu não fui ao governo com a ameaça de soltar galinhas dentro do Palácio da Liberdade, sendo ironizado pelo Henrique Hargreaves - estou dando o nome, e vocês podem apurar isso. Diziam que isso não daria resultado, que não daria imprensa, e eu respondi que não estava preocupado com imprensa, mas com os granjeiros da minha região, pois iriam quebrar. O Governador não sabe essa informação, porque vocês não deixam que ela chegue a ele. Então, isso seria para ele saber o que estava acontecendo. Pelo menos, perguntariam por que havia tantas galinhas voando no Palácio da Liberdade. Ele ainda me gozou: "Por que galinha?". Respondi que galinha voa e frango de granja dá três passos e para, porque não tem condições de se movimentar. Então, falamos isso porque já estivemos ao lado do governo, e também houve problemas com essa blindagem do governo. Esta não é benéfica para o Governador, porque ele deve saber como vai consertar os rumos, o que fará para melhorar o seu governo, para que este seja transparente.

Falei sobre o IEF, e todos sabem o que aconteceu, quais eram os problemas. Cansamos de fazer denúncias aqui, Deputado Rômulo. Aliás, quem fez a primeira denúncia do IEF sobre os problemas do TAC, quando eles multavam as pessoas e tinham de dar os carros e computadores, foi o Deputado Lafayette de Andrada, que hoje é Secretário de Governo. Depois, houve também o apoio do Deputado Jayro Lessa. Não fomos nós, que éramos oposição. Demos sequência; depois, veio infelizmente o abafa; e isso passou despercebido, mudaram de rumo, mas as denúncias foram graves. Elas estavam insustentáveis pelos próprios companheiros do governo. Eu estava vendo que, em alguma hora, haveria problemas, ou seja, problemas muito mais sérios do que os que ocorreram. O Ministério Público já fez várias ações, máfia do carvão, máfia não sei de quê. Por quê? Porque não tinham cuidado de, pelo menos, tentar fazer as coisas bem organizadas. Então, hoje esse é o nosso posicionamento.

Quando falamos da mordida da imprensa, gostaria de dizer que Minas, no governo do Aécio, não gostaria de falar do Governador Aécio, mas do governo atual, não quero me preocupar com Lula nem com a Dilma, pois, para mim, isso é problema do Aécio e temos de resolver aqui os problemas do Estado. Vamos fazer aqui uma retrospectiva: talvez o governo do Aécio, Deputado Rogério Correia, tenha sido o governo em que mais houve greve. O povo não sabe disso. Sabem por quê? Porque a imprensa não noticiou. E sabem por que a imprensa não noticiou? Porque havia mordida e censura. Quando falamos da censura e da mordida, gostaria que vocês tivessem a liberdade de conversar com os jornalistas que cobrem a Assembleia. Eles dizem que vão fazer a matéria, mas que ela não sai. Dei



uma entrevista a um radialista e, depois, eu lhe perguntei se transmitiriam aquilo no rádio. Ele disse que achava que aquilo não passava na censura. Não vou dizer o nome aqui, mas posso dizer depois para quem quiser. Com outro jornalista famoso de uma rádio importante de Belo Horizonte é da mesma forma...

O Deputado Rogério Correia (em aparte) - Por favor, não fale o nome, Deputado Antônio Júlio, porque os jornalistas correm risco.

O Deputado Antônio Júlio - Então, quando falamos da mordada e da censura, falamos com muito embasamento, com muita tranquilidade, até porque, para fazer esse tipo de denúncia contra a imprensa, devemos estar seguros sobre o que dizemos. Sabemos o poder que tem a imprensa. Não a menosprezamos. A imprensa está incomodada, porque nós do Bloco Minas sem Censura visitamos todos os grandes órgãos de imprensa de Belo Horizonte e de Minas Gerais, como o “Estado de Minas”, a “Rádio Itatiaia”, o jornal “Hoje em Dia”. Fomos lá levar a nossa preocupação. Eles estão preocupados, porque o próprio leitor, aquele que acompanha os jornais, está começando a cobrar um posicionamento. Sobre o caso daquelas pessoas que acamparam na porta do Palácio, onde ficaram por quase 12 dias, não sai uma linha na imprensa. Agora o povo de Belo Horizonte viu. Há uma outra coisa importante que denunciamos aqui junto ao Deputado Sargento Rodrigues: a questão da segurança pública. No início do governo, estavam preocupados com a segurança pública, e deveriam estar mesmo. Há praticamente seis anos, minha filha ia ganhar neném no Serra Verde. Passei lá e vi um carro da polícia em cima do Viaduto Santa Tereza. Achei aquilo muito estranho, pois o local era esquisito para se fazer “blitz”. Fui, levei e voltei no outro dia. A minha filha ganhou neném; no outro dia, voltei; e o carro estava lá. Fomos lá, então, com a imprensa da Assembleia.

O carro não tinha motor nem gasolina, e eles falaram que era uma segurança “subjéctiva”. O mais grave era que, à noite, o pessoal assaltava e se escondia dentro do carro da polícia. Enquanto estávamos lá, houve dois assaltos na entrada do viaduto. Se não houvéssemos levantado a questão, talvez esse carro ainda estivesse lá. Eu perguntava a quem estavam querendo enganar, ao colocarem a carcaça de uma viatura para falar que estavam fazendo segurança pública. Isso está se refletindo hoje, pois o governo continua manipulando e maquiando os dados da segurança pública. Ele não poderia fazer isso, deveria assumir que estamos vivendo um problema sério que não é somente do governo, mas da sociedade. Nós precisamos ter participação. Se as pessoas são assaltadas, se furtam carros, se entram em nossas casas, isso não tem importância para os dados estatísticos da segurança pública. Mesmo os dados a respeito de crimes violentos são manipulados. O jornal mostrou que houve 16 assassinatos em Belo Horizonte em um único dia. Em Belo Horizonte estão matando mais do que no trânsito.

Vou cumprir o entendimento. Eu tinha 58 minutos para falar, mas alguns temas me entusiasmam. O nosso acordo está de pé, e uma coisa que aprendi nesta Casa e que não quero ver modificada é o cumprimento dos acordos. Falei mais de 10 minutos, mas a compreensão de V. Exa. é importante para esta Casa. Concederei apenas um aparte ao Líder da Maioria, Deputado Rogério Correia.

O Deputado Rogério Correia (em aparte) - Obrigado. Serei breve. Em primeiro lugar, elogio a compreensão do Presidente Dinis Pinheiro, que, embora não tenha respondido à minha questão de ordem, entendeu por bem adiar a votação de um projeto, retirando-o da pauta, no sentido de apreciar essa questão de ordem. Para nós, do Bloco Minas sem Censura, é importante, porque o projeto foi apresentado pela Bancada do PT por três mandatos consecutivos, e agora o Deputado Paulo Guedes o apresentou. Entendemos que deve haver prioridade e, havendo concordância no mérito com o governo no que diz respeito à extinção das pensões, ficará mais fácil se o projeto ficar na autoria de quem o apresentou primeiramente, como estabelece o Regimento Interno. Agradeço ao Presidente Dinis Pinheiro a sua atenção à questão de ordem e a forma como vem conduzindo a Casa, recebendo-nos com muito carinho e atendendo aos nossos pedidos na medida do possível.

Em segundo lugar, parabenizo o Deputado Antônio Júlio por discutir esse veto. Outro dia, fizemos uma reunião importante na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - agradeço ao Deputado Célio Moreira a reunião produtiva - e na Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial - agradeço ao Presidente dessa Comissão por compreender a importância de colocar esse tema na pauta. Discutimos o problema do licenciamento ambiental em assentamentos de reforma agrária. O governo dizia que esse problema não existia, que estava ampliando os assentamentos e a liberação para plantio por meio de licenciamento. Não digo que haja má-fé das pessoas que estão no governo no que diz respeito à ampliação, mas, quando fizemos o levantamento no Inkra da região Noroeste, de 20 assentamentos, apenas 2 tiveram licenciamento ambiental para plantar. Os outros estavam parados, porque havia um entendimento, mas a burocracia não permitia que se efetivassem.

O que pudemos ver naquele dia foi que havia uma paralisação total do plantio de sobrevivência dos assentados. O Inkra já havia feito o esforço necessário, mas ele não pode liberar, enquanto não houver o licenciamento ambiental. Por isso tivemos que constituir um grupo de trabalho que incluísse o Inkra, o Igam, o IEF e a Secretaria de Meio Ambiente para ver se começam a dar uma liberação de plantio para o assentamento da reforma agrária. Imaginem o que faz um assentado, se ele não puder plantar o seu milho, se ele não puder criar o seu gado, que é o que tem ocorrido por falta de licenciamento ambiental. E não tem havido, por parte do governo do Estado, uma preocupação real com a reforma agrária. O governo diz que a reforma agrária é um problema do governo federal. Isso é verdade no que concerne à obtenção de terras, embora haja terras devolutas do Estado que poderiam estar sendo apoiadas pelo Instituto de Terras. Mas não há uma ação real do governo do Estado no que diz respeito à questão da reforma agrária. Aliás, a Secretaria, que era Secretaria Extraordinária de Reforma e Regularização Fundiária, ficou apenas como regularização fundiária. Tirou-se, portanto, qualquer intenção em discutir a questão da reforma agrária, em conjunto. E isso foi feito por lei delegada, embora a lei delegada tenha criado muitas outras subsecretarias e mais cinco secretarias. Mas no caso da reforma agrária, em vez disso, houve um retrocesso em relação à questão da reforma agrária para as leis delegadas. Queremos discutir por que não fazer uma discussão, em vez de delegação de lei, do conteúdo daquilo que foi colocado. Poderíamos ter melhorado o projeto. Eu, por exemplo, acho absurdo uma Secretaria Extraordinária de Copa do Mundo, acho que poderia ser uma subsecretaria dentro da Secretaria de Esportes, ou um departamento, mas cria-se uma secretaria extraordinária e, ao mesmo tempo, perde-se a de reforma agrária.

Acho que há aí um fardo pesado que o Governador Anastasia está carregando, que é a ideia de ter que constituir o ex-Governador Aécio Neves já como Líder da Oposição e candidato à Presidência. Isso atrapalha o Estado de Minas Gerais, é um fardo muito pesado para o Governador Anastasia carregar. Isso ainda não deveria estar na pauta.



Concluindo, são dez Deputados, seis estaduais e quatro federais, e mais um, porque o ex-Deputado Edmar Moreira também foi colocado na MGI. Então, o governo está fazendo uma série de acordos para se constituir como governo para 2014. Isso tem atrapalhado o Governador Anastasia, que é uma pessoa de bem, mas que não pode carregar esse fardo pesado de 2014, porque o povo mineiro não o escolheu para isso. Muito obrigado.

O Deputado Antônio Júlio - Sr. Presidente, encerrando, quero dizer que fizemos um acordo e que o estamos cumprindo. Abrimos mão de 32 minutos, apenas extrapolamos o nosso acordo em 8 minutos. Vamos cumprir o combinado, mas não poderíamos deixar de fazer a nossa manifestação nesta noite, até para mostrar o nosso posicionamento e uma preocupação, que é a questão do Igam e que merecia da nossa parte pelo menos essa avaliação. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Obrigado, Deputado Antônio Júlio, pela compreensão. Não há outros oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A Presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo secreto, de conformidade com o art. 261, inciso X, c/c os arts. 222 e 255, do Regimento Interno. As Deputadas e os Deputados que desejarem manter o veto registrarão “sim”, e os que desejarem rejeitá-lo registrarão “não”. A fim de proceder à votação pelo processo eletrônico, a Presidência solicita às Deputadas e aos Deputados que ainda não registraram sua presença no painel que o façam neste momento. A Presidência dará início ao processo; para tanto, solicita às Deputadas e aos Deputados que ocupem os seus lugares. Em votação, o veto.

- Registram seus votos os Deputados e as Deputadas:

Adelmo Carneiro Leão - Ana Maria Resende - André Quintão - Anselmo José Domingos - Antônio Carlos Arantes - Antônio Júlio - Antonio Lerin - Bonifácio Mourão - Bosco - Bruno Siqueira - Carlos Henrique - Cássio Soares - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Dilzon Melo - Dinis Pinheiro - Doutor Viana - Doutor Wilson Batista - Duarte Bechir - Duílio de Castro - Elismar Prado - Fabiano Tolentino - Fábio Cherem - Gustavo Corrêa - Hélio Gomes - Hely Tarquínio - Ivair Nogueira - Jayro Lessa - João Leite - João Vítor Xavier - José Henrique - Liza Prado - Luiz Carlos Miranda - Luzia Ferreira - Maria Tereza Lara - Marques Abreu - Neider Moreira - Neilando Pimenta - Paulo Guedes - Rogério Correia - Romeu Queiroz - Rômulo Viegas - Rosângela Reis - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Tadeuzinho Leite - Tenente Lúcio - Tiago Ulisses - Ulysses Gomes - Zé Maia.

O Sr. Presidente - Votaram “sim” 48 Deputados. Votou “não” 1 Deputado. Houve 1 voto em branco. Está, portanto, mantido, em turno único, o Veto Total à Proposição de Lei nº 20.342. Oficie-se ao Governador do Estado.

### Questões de Ordem

O Deputado Célio Moreira - Muito obrigado, Sr. Presidente. O Deputado Rogério Correia manifestou-se, preocupado com a liderança indiscutível do nosso Senador e ex-Governador Aécio Neves, fazendo referência ao nosso Governador Anastasia, como ele mesmo disse aqui, um Governador competente, um homem de bem, compromissado com a ética, com a transparência e com o desenvolvimento de Minas Gerais. Ele lembrou uma nomeação de um ex-Deputado feita pelo Governador. Gostaria também de deixar registrado que a Presidente Dilma também se lembrou de um Deputado Federal que não conseguiu sua reeleição, e foi convocado para assessorar o Ministro da Defesa, o Deputado Genoíno. Então, Sr. Presidente, queremos registrar que o Genoíno, de forma genuína... Quer dizer, ele questiona que o Deputado de Minas Gerais não conseguiu sua reeleição, e obteve nomeação. E também acho que a Dilma se lembrou do seu companheiro, seu amigo José Genoíno, e ele hoje presta assessoramento ao nosso Ministro da Defesa. Gostaria apenas de fazer esse registro para uma reflexão dos nossos pares. O Governador continuará fazendo suas nomeações. Em seu discurso, nosso Senador fez referência à proposta de se tentar criar um Ministério para beneficiar mais um derrotado nas eleições - se não me engano, o Ministério das Micro e Pequenas Empresas. Está preocupado com seus aliados, o Deputado Sávio, grande defensor dessa bandeira. Então, Sr. Presidente, gostaria apenas de deixar registrado que há uma turma boa fazendo parte do governo da Dilma. Lembramos também as referências que foram feitas pelos nossos Deputados.

O Deputado João Vítor Xavier - Neste momento, solicito a tolerância, Sr. Presidente, porque serei breve, mas não poderia deixar de me manifestar, por ser jornalista de profissão. Estou na Rádio Itatiaia há exatamente 11 anos, completos em janeiro. Estava ouvindo nosso ex-Presidente, Deputado Antônio Júlio, falar sobre a censura. Estou há 11 anos na maior emissora de rádio de Minas e jamais fui censurado. Já critiquei o governo de Minas, já aponte problemas nas estradas, nos estádios e tratei de diversas outras questões que dizem respeito ao campo político, apesar de ser jornalista esportivo, e jamais fui censurado. Jamais fui chamado pela direção da Rádio Itatiaia para questionar qualquer uma de minhas posições. Mais que isso, já vi o dono da Rádio Itatiaia, Emanuel Carneiro, jornalista de formação, em diversos momentos, formular críticas ao Governador Aécio Neves, quando estava à frente do governo do Estado. Recentemente fez críticas ao Governador Antonio Anastasia, por questões que ele considerava pertinentes. Em muitos momentos, há um mito a respeito da censura. Frequento redações, trabalho na maior emissora de rádio de Minas e não poderia deixar de fazer esse registro, porque assinaria um atestado de que isso ocorre na empresa onde trabalho e que também represento neste Parlamento. Digo com convicção e veemência, não como parlamentar, mas como jornalista, que jamais fui censurado na Rádio Itatiaia. Jamais fui chamado pela direção da empresa para que minha liberdade fosse tolhida. Quero deixar esse registro. Como estava presente no momento que falou o Deputado Antônio Júlio, se não me manifestasse, estaria endossando suas palavras, com todo o respeito que lhe tenho. Mas na empresa onde trabalho, digo de peito aberto, a maior emissora de rádio de Minas, certamente hoje, a maior emissora de rádio do Brasil, não há censura. A Itatiaia não tem compromisso nem ligação com grupo político, partidário, econômico ou religioso, pertence a uma família mineira, ao povo de Minas Gerais. Como disse Januário Carneiro: há mais de 50 anos, a Rádio Itatiaia vende espaço e não vende opinião.

O Deputado Antônio Júlio - Sr. Presidente, o Deputado João Vítor Xavier logicamente deve fazer sua defesa. Não citei nomes, mas se ele quiser posso dar o nome de todos os jornalistas que falaram sobre a censura da imprensa, até porque o Governador Aécio Neves, na reinauguração do estádio Mineirão, conseguiu demitir um jornalista esportivo por telefone. O jornalista Jorge Kajuru foi demitido de sua empresa por criticar o fato de o governo transformar aquela reinauguração em um ato político. Não vi nada demais nisso, até achei estranho o jornalista questionar esse ato, porque se é obra do governo, nada mais justo que fazer uma ação política em cima da inauguração. Inclusive todos os Deputados receberam convite para lá estar. Não fui, porque não havia interesse. Deputado



João Vítor Xavier, com todo respeito, V. Exa. talvez não seja censurado. Nenhum jornalista foi censurado. A censura está nas empresas. Se V. Exa. quiser nos acompanhar nas visitas que fizemos esta semana, concordará conosco no que estamos falando. É das redações que recebemos as maiores queixas. Em uma empresa, esta semana, uma menina nos disse com muita clareza que tem dificuldade, porque a empresa onde trabalha depende de verbas públicas. Ela disse que há censura. Se quiser publicar qualquer nota contra o governo tem de vir de São Paulo. Assim mesmo, há problemas. É isso que estamos levantando. Não vou entrar na questão da sua empresa. No seu caso, você é um jornalista respeitado do esporte e não sofre censura. Mas poderemos conversar e te darei os nomes. Não quero fazer isso publicamente, porque jamais faço denúncia citando nomes. Mesmo estando com raiva da pessoa, sempre gosto de respeitar não a pessoa que se envolveu na denúncia, mas sua família, que merece o nosso respeito. Se for preciso, falo. Mas vou comentar com você, logo depois de nossa reunião. Quero apenas dizer que isso tem acontecido, e, nas nossas andanças pelos órgãos de imprensa de Minas Gerais, vemos que realmente todos estão preocupados com essa influência excessiva do governo. Todo governo controla a imprensa. Só que Minas está com excesso de controle da imprensa.

O Deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, a Presidenta Dilma enviou ao Congresso Nacional um projeto de lei criando o Ministério da Micro e Pequena Empresa. Fez isso como projeto de lei, mas poderia ter feito por medida provisória. Optou por fazer como projeto de lei em respeito ao parlamento e ao Congresso Nacional. Esse Ministério será discutido lá. Sou um defensor da ideia do Ministério da Micro e Pequena Empresa com dois argumentos simples. Deputado Paulo Guedes, 99% das empresas no Brasil são pequenas e microempresas, apenas 1% é tido como grandes empresas e monopólios. Não se podem misturar, no mesmo ministério, as políticas para microempresas e pequenas empresas e as políticas para as grandes empresas. É o que foi feito com o Ministério do Desenvolvimento Agrário e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Além disso, 60% da mão de obra está nas pequenas e microempresas. Acho mais do que justo criar um ministério no parlamento, pela iniciativa do Executivo. Dizer que isso é um absurdo, que a Presidenta está colocando lá companheiros, companheirada, como insinua o brincalhão Senador Aecinho, de jeito algum. É mais do que justo que se crie esse ministério. Faço sua defesa. Creio que o PSDB não quer o ministério porque quer misturar os grandes e poderosos com os pequenos, para que os pequenos não tenham suas políticas públicas. Isso foi o que quis em relação ao Ministério do Desenvolvimento Agrário e o Mapa. Quer apenas a existência do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, dos latifundiários e das grandes empresas agrícolas. Não quer que o pequeno tenha seu ministério. Portanto, acho correto o posicionamento da Ministra, que o fez, repito, não por lei delegada - poderia fazê-lo, pois a lei delegada existe também no Congresso Nacional e na Câmara Federal - ou por medida provisória. Fez por meio de projeto de lei, por respeito ao Congresso. Aqui foram criadas seis secretarias por lei delegada, e não discutimos o conteúdo delas, se eram justas ou não. Acho que o governo está mal acostumado com a blindagem. Estamos chamando de censura, mas censura e blindagem são a mesma coisa. O governo se acostumou com essa blindagem. Nada podia sair da Assembleia Legislativa, nada podia ser investigado pelo Ministério Público ou pelo Tribunal de Contas, ou julgado pelo Tribunal de Justiça. A blindagem era absoluta. O Bloco Minas sem Censura veio para romper essa blindagem, e está rompendo. Isso às vezes incomoda alguns mais do que a outros. Talvez incomode mais o Senador Aécio Neves do que a qualquer um. Ele se negou até a me cumprimentar outro dia, mostrando intolerância com a Oposição. Essa censura à blindagem é recorrente. Quem sabe realizamos aqui um seminário para discutir a censura, a blindagem, o papel de cada um, da Assembleia Legislativa, da oposição, do Ministério Público, do Tribunal de Contas. Podemos convidar o Juca Kfoury, o Cajuru, pessoas que têm relação com isso. Li um artigo hoje - e termino aqui - do Presidente Fernando Henrique Cardoso falando sobre o papel da oposição. Ele dá uma receita aos seus colegas psdbistas e depois é confrontado com o Álvaro Dias. Os tucanos estão em polvorosa, bicando-se, brigando. Paciência, é direito deles, é no ninho deles. Que briguem à vontade e arrebentem os bicos. O fato é que o Fernando Henrique dá um conselho. Ele diz que, na oposição, é necessário que os tucanos não insistissem em tentar ganhar os movimentos sociais, porque isso é batalha perdida para o PT. É claro que é, porque, quando o PT fala em criar um ministério para os pequenos produtores, como o Ministério do Desenvolvimento Agrário, ou para a micro e pequena empresa, o PSDB insiste em não separar o joio do trigo e não deixar que os pequenos tenham suas políticas públicas. Nesse caso, penso que o Fernando Henrique tem razão. O PSDB jamais conseguirá, nas palavras dele, conquistar o povão. A blindagem não impedirá que a organização social que existe de fato no movimento social brasileiro deixe de se organizar. A blindagem em Minas está tendo um fim. Talvez por isso alguns Deputados desta Casa - não todos - fiquem tão nervosos com o fim da blindagem e da censura.

O Deputado Zé Maia - Sr. Presidente, serei muito breve. Apenas para dizer que ouvi aqui atentamente o Deputado João Vítor Xavier e desde o início desta legislatura que o bloco de oposição tem usado o termo pejorativo de Minas Sem Censura. Embora não tenha manifestado aqui, sempre pensei que isso era uma ofensa aos meios de comunicação de Minas Gerais. Embora tenhamos divergências, eles merecem respeito pelo alto nível de reportagens que fazem na mídia nacional. É uma ofensa muito maior aos meios de comunicação de Minas Gerais que ao próprio governo e ao bloco de apoio ao Governo na Assembleia Legislativa. É um desrespeito. Estão dizendo que os meios de comunicação de Minas Gerais têm preço. Estão calados certamente por algum motivo. Acho extremamente pejorativo. É ruim para Minas Gerais, é um desrespeito ao alto nível da nossa mídia. É uma ofensa aos meios de comunicação. Por isso, meu caro João Vítor Xavier, ouvi atentamente seu pronunciamento. V. Exa., que é do ramo, foi uma testemunha muito importante. Tenho certeza de que todos os jornalistas de Minas Gerais poderiam vir aqui para dar esse depoimento que o Deputado João Vítor Xavier deu. Portanto, registro aqui, finalmente, que acho um enorme desrespeito o que o bloco de oposição desta Casa faz com a mídia, com os meios de comunicação de Minas Gerais, com os jornalistas, com os colunistas, com as edições, com os editoriais do respeitadíssimo grupo seletivo de comunicadores e jornalistas de Minas Gerais. A mídia de Minas merece respeito pelo alto nível do trabalho que executa. Presidente, em razão de não termos quórum, solicito o encerramento da nossa reunião.



### Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para as extraordinárias de amanhã, dia 13, às 9 e às 20 horas, nos termos do edital de convocação, e para a ordinária também de amanhã, às 14 horas, com a ordem do dia já anunciada. Levanta-se a reunião.

## ATA DA 9ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 13/4/2011

### Presidência dos Deputados José Henrique e Inácio Franco

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Votação de Requerimentos: Requerimento nº 53/2011; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 - Registro de presença - Requerimento nº 123/2011; questão de ordem; leitura do Substitutivo nº 1; discursos dos Deputados Rogério Correia, João Leite, Antônio Carlos Arantes, Antônio Júlio, Carlin Moura, Zé Maia, Rômulo Viegas, Sávio Souza Cruz, Duarte Bechir, Bonifácio Mourão e André Quintão - Encerramento.

### Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Dinis Pinheiro - José Henrique - Inácio Franco - Paulo Guedes - Dilzon Melo - Alencar da Silveira Jr. - Jayro Lessa - Adalclever Lopes - Adelmo Carneiro Leão - Almir Paraca - Ana Maria Resende - André Quintão - Anselmo José Domingos - Antônio Carlos Arantes - Antônio Júlio - Antonio Lerin - Arlen Santiago - Bonifácio Mourão - Bosco - Bruno Siqueira - Carlin Moura - Cássio Soares - Celinho do Sinttrocel - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Deiró Marra - Delvito Alves - Doutor Viana - Doutor Wilson Batista - Duarte Bechir - Durval Ângelo - Elismar Prado - Fabiano Tolentino - Fred Costa - Gustavo Corrêa - Hely Tarquínio - Ivair Nogueira - João Leite - João Vítor Xavier - Leonardo Moreira - Liza Prado - Luiz Carlos Miranda - Luiz Henrique - Luzia Ferreira - Marques Abreu - Mauri Torres - Neilando Pimenta - Paulo Lamac - Rogério Correia - Romel Anízio - Rômulo Veneroso - Rômulo Viegas - Rosângela Reis - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Tadeuzinho Leite - Tenente Lúcio - Tiago Ulisses - Ulysses Gomes - Vanderlei Miranda - Zé Maia.

### Abertura

O Sr. Presidente (Deputado José Henrique) - Às 9h13min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

### 1ª Parte

#### Ata

- O Deputado Anselmo José Domingos, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

### 2ª Parte (Ordem do Dia)

#### 1ª Fase

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência passa à 2ª Parte da reunião, em sua 1ª Fase, com a apreciação de pareceres, de requerimentos e de indicações.

### Votação de Requerimentos

O Sr. Presidente - Requerimento nº 53/2011, do Deputado Almir Paraca, em que solicita seja encaminhado ao Presidente da Fundação Educacional Caio Martins - Fucam - pedido de informações detalhadas sobre as ações implementadas para revitalização e modernização, bem como para atualização metodológica e pedagógica da Fundação. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. Em votação, o Substitutivo nº 1. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado o Requerimento nº 53/2011 na forma do Substitutivo nº 1. Oficie-se.

### Registro de Presença

O Sr. Presidente - A Presidência registra a presença, nas galerias, de alunos da Escola Estadual Engenheiro Sílvio Fonseca, do Bairro Nova Vista, que estão participando do projeto Educação para a Cidadania.

Requerimento nº 123/2011, do Deputado Almir Paraca, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Meio Ambiente e ao IEF pedido de informações sobre os aportes, a destinação e a efetiva utilização dos recursos do Bolsa Verde, desde a sua constituição pela Lei nº 17.727 e a sua regulamentação pelo Decreto nº 45.113, de 5/6/2009. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

### Questão de Ordem

O Deputado Rogério Correia - Presidente, peço a V. Exa. que faça a leitura do substitutivo.

O Sr. Presidente - Com a palavra, o Sr. Secretário, para proceder à leitura do substitutivo.

O Sr. Secretário (Deputado Ivair Nogueira) - (- Lê o Substitutivo nº 1, que foi publicado na edição de 25/3/2011.)

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Rogério Correia.

O Deputado Rogério Correia - Presidente, quero encaminhar favoravelmente o requerimento do Deputado Almir Paraca e situar um pouco a sua importância. O programa Bolsa Verde é muito importante para Minas Gerais. Foi um projeto de iniciativa do ex-Deputado Roberto Carvalho, aprovado nesta Casa por unanimidade dos Deputados, à época, e tem um significado expressivo para a defesa do meio ambiente e, em especial, para os pequenos produtores e agricultores familiares. Esperávamos que o governo tivesse, durante esse



período, se organizado para a execução do Bolsa Verde, de maneira a fazer uma diferença em Minas Gerais a favor do meio ambiente e dos agricultores familiares.

Recentemente, na Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial, iniciamos uma discussão - citada ontem, à noite, por mim - com o objetivo de fazer um debate sobre a questão do licenciamento ambiental para áreas de reforma agrária. Tivemos a triste notícia de que os licenciamentos não estão caminhando. O IEF não libera esses licenciamentos, e os pequenos produtores estão sem plantio. Em contrapartida, o Bolsa Verde não tem encaminhamento prático algum. Foi-nos anunciado que, para este ano, há a previsão de R\$2.000.000,00 para o Bolsa Verde, o que não é praticamente nada; abrange, se não me engano, apenas 200 pequenos produtores. Há uma demanda imensa do Bolsa Verde, e o governo não se preparou para ela.

Veja bem, Presidente, que foi feito todo um procedimento sob a forma de lei delegada, pois o governo disse que ajustaria sua máquina pública para o funcionamento efetivo, então esperávamos que fosse especialmente em questões sociais. Mas, nesse caso da agricultura familiar e da reforma agrária, o que vemos é um retrocesso. O Bolsa Verde não funciona porque se manteve uma estrutura, no Ministério da Agricultura e Pecuária, completamente forte, mas vinculada ao agronegócio, ao latifúndio e às grandes empresas agrícolas. Portanto, toda a Secretaria de Agricultura funciona com essa visão, e não com a visão do pequeno produtor.

Somos defensores da existência de uma secretaria específica para o desenvolvimento agrário em Minas Gerais, como existe o Ministério do Desenvolvimento Agrário em nível nacional, para que políticas públicas para o pequeno produtor tenham especificamente uma secretaria, um olhar e uma visão para esse setor, que é o pequeno produtor do Estado de Minas Gerais. Quando se misturam as políticas numa única secretaria, como acontecia antigamente no Ministério da Agricultura e Pecuária, apenas os setores maiores e mais poderosos recebem políticas públicas. Mas, para o pequeno produtor, para o agricultor familiar, para a defesa do ambiente, não há políticas nem quem as efetive.

O Bolsa Verde não funcionará na estrutura que o governo tem hoje, porque permanece existindo a Secretaria de Agricultura e Pecuária, toda poderosa, e apenas a Subsecretaria de Agricultura Familiar. Criaram a Subsecretaria de Agricultura Familiar e a Subsecretaria de Agronegócio. A Subsecretaria de Agronegócio não se fazia necessária, porque toda secretaria de agricultura visa quase que exclusivamente o agronegócio. E a Subsecretaria de Agricultura Familiar fica sumida dentro da Secretaria e não consegue aplicar as suas políticas. A Secretaria de Estado Extraordinária para Assuntos de Reforma Agrária - Seara - passou a ser Secretaria de Estado Extraordinária de Regularização Fundiária - Seerf. Tirou-se o caráter de reforma agrária e, portanto, assentamentos que poderiam ser assistidos também não o são. Houve um retrocesso em relação ao método de se encarar a questão da reforma agrária e da agricultura familiar. O Bolsa Verde sofre reflexos imediatos aí. Como não há quem efetive alguma política para agricultura familiar, o Bolsa Verde é eminentemente um projeto para o pequeno produtor, que se beneficiará de um pedaço de terra onde mantém o meio ambiente preservado para além daquilo que exige o próprio instrumento do Código Florestal Brasileiro e, portanto, promove a preservação mais radicalizada do meio ambiente. Assim, haveria essa bolsa de compensação. Mas isso, Deputado André Quintão, não está ocorrendo no governo do Estado. Apelamos a ele para que, de fato, dê uma atenção especial à agricultura familiar.

Ouvimos, ontem, o ex-Presidente Fernando Henrique dizer que é preciso esquecer o povão. Acho que ele, em seu governo, nunca se lembrou do povão, mas isso tem um pouco a ver com essa visão. São contra, por exemplo, o Ministério da Microempresa, porque acham que só pode haver o grande ministério, o das grandes empresas. Esse já existe e, se querem que permaneça, tudo bem, mas é necessário que exista também o da pequena e microempresa. Aqui, com relação à agricultura familiar, acontece a mesma coisa. Mas se é para esquecer o povão, para que olhar para a agricultura familiar, o pequeno produtor? Olha-se logo o latifúndio, o agronegócio, o que, aliás, já está sendo feito no Ministério.

Relembro que, além do Bolsa Verde, que não tem aplicação, há um projeto de minha autoria, quando era Deputado em meu primeiro mandato, o qual se refere a um programa pró-pequi, para a exploração da panha do pequi, dos frutos do cerrado, do extrativismo no cerrado, que beneficia também aquele que trabalha nas comunidades rurais tradicionais. E o projeto pró-pequi, relativo a frutos do cerrado, também está esquecido, não há quem cuide dele. Mas poderia estar ajudando o meio ambiente tanto na preservação quanto na extração e exploração dos frutos do cerrado, econômica e ambientalmente sustentável para as famílias, fazendo com que muitos vivam desse extrativismo no cerrado e da sua preservação. Também o próprio pequi está esquecido dentro da Secretaria de Agricultura e Pecuária.

Sr. Presidente, o requerimento do Deputado Almir Paraca tem a vantagem de retomar o debate do Bolsa Verde, mas incluo aqui o debate de toda a agricultura familiar. É inadmissível que o governo do Estado - faço um apelo ao Governador Anastasia - siga as orientações do Presidente Fernando Henrique e se esqueça do povão. Não esqueça o povão, o povão precisa, em Minas Gerais, de um governo que esteja atento a ele. É melhor que ele fique com a ala do PSDB que defende o povão, assim como há aqui vários Deputados que têm essa ligação muito estreita com o povo brasileiro, com o povo mineiro. Que o Governador Anastasia siga esse exemplo, e não o do ex-Presidente Fernando Henrique. Ele nunca se lembrou do povão e agora foi claro ao dizer que é preciso olhar outros setores da sociedade.

Essa polêmica não pode chegar a Minas Gerais e fazer com que atividades importantes como o Bolsa Verde, como o próprio pró-pequi, como a agricultura familiar, como o programa de crédito aos pequenos produtores, como o programa de crédito fundiário, que tem até recursos provenientes do governo federal, aqui não tenham a repercussão de que precisam. Sugiro ao Governador Anastasia que envie a esta Casa um projeto de lei que, em vez de criar, como foi feito por lei delegada, a Subsecretaria da Agricultura Familiar, crie a secretaria de desenvolvimento agrário. Para não haver custo, que extinga a Secretaria Extraordinária da Copa do Mundo, o Gabinete de Prioridades Estratégicas, que está gastando muito. Lá há milhares, centenas de pessoas em cargos de confiança. Com um pouco desses gastos, daria para criar a Secretaria de Desenvolvimento Agrário para olhar o pequeno produtor, as suas políticas, os seus interesses, repercutindo-se, assim, no Bolsa Verde, o próprio pró-pequi, o programa de crédito para a agricultura familiar em Minas Gerais, o programa do crédito fundiário, que também não está avançando no Estado. Temos até uma audiência pública marcada para discutir esse assunto. O Bolsa Verde é um bom momento para se iniciar essa discussão.



Sr. Presidente, gostaria de deixar essa sugestão, até para não dizerem que a Oposição somente critica. Não, temos sugestões. A oposição que fazemos é programática. Estamos aqui fazendo comparações. O requerimento do Deputado Almir Paraca tem esse objetivo: desenvolver projetos para os pequenos produtores, para os agricultores familiares de Minas Gerais, que são a maioria e produzem o alimento do nosso povo. Deputado Anselmo, 70% do produto consumido, do que vai para a mesa do povo mineiro e brasileiro vêm do pequeno produtor, do agricultor familiar. A ele é preciso ser dispensado um tratamento específico, políticas públicas específicas. Não podem ser as mesmas colocadas para o latifúndio e para o agronegócio, que também têm a sua importância econômica, mas com demandas diferentes das do pequeno produtor, que está no campo. A nossa sugestão como oposição é que seja criada uma secretaria com as mesmas características do Ministério de Desenvolvimento Agrário. E, para evitar custos, que não tenhamos o Escritório de Prioridades Estratégicas, que pode ser eliminado. Não vejo necessidade dele. E podem ser eliminadas também algumas outras questões apresentadas por leis delegadas e que não foram discutidas. Que possamos rediscutir a formatação do Estado para o povão e para a classe média; que o governo não olhe somente para os ricos e não siga o exemplo do Presidente Fernando Henrique. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado João Leite.

O Deputado João Leite - Obrigado. Sr. Presidente, também queremos encaminhar favoravelmente ao projeto. Temos tido oportunidade de acompanhar a efetivação do Bolsa Verde em vários lugares de Minas Gerais e a apoiamos, especialmente em relação à preservação de nossas águas. Reconhecemos o papel importante que os pequenos e os grandes produtores têm na preservação da água e dos mananciais. É muito interessante a Oposição nesta Casa: ela obstrui a si própria. Um requerimento de um Deputado da Oposição vem sendo protelado há semanas, porque a Oposição é contra tudo neste Estado e não contribui com nada. Ela obstrui a si própria. Já poderíamos ter aprovado esse requerimento, ter todos os dados da implantação do Bolsa Verde em Minas Gerais. Mas, Deputado Arantes - V. Exa. é um grande conhecedor da área, e imagino que tenha números da implantação do Bolsa Verde aqui -, estamos parados há semanas com esse requerimento no Plenário, porque a Oposição está se opondo a conhecer esses dados. A Oposição não tem informações; não conhece o que o governo do Estado faz pelo pequeno produtor; não reconhece o trabalho dos técnicos da Emater, espalhados pelo Estado de Minas Gerais, visitando e ajudando o pequeno produtor. O que ouço nas minhas viagens é que os técnicos da Emater ajudam e orientam o pequeno produtor. Mas esta é uma Oposição que não contribui, não ajuda. Reconheço que na legislatura passada tínhamos Líderes como os Deputados André Quintão e Adelmo Carneiro Leão, que contribuíram muito, são propositivos, mas, agora, há uma ala da Oposição que acha que antes deles não existiu nada, não existiu Oposição. Parece que os Deputados que estavam aqui na Assembleia não fizeram oposição ao governo, mas fizeram críticas duríssimas ao governo, mas fizeram propostas importantes e ajudaram o Estado de Minas Gerais. Agora, ficamos nessa inércia, que foi provocada pela Oposição. A Oposição consegue parar a si própria.

O Deputado Almir Paraca faz uma proposição interessante para conhecer como está o Bolsa Verde no Estado de Minas Gerais, e os Líderes da Oposição nesta Casa param a votação. Estamos agarrados nesse requerimento há semanas. Já poderíamos ter as informações. Olha, desconhecer o trabalho dos técnicos da Epamig, as pesquisas do Cetec no cerrado, não é possível. Não acredito que a Oposição não conheça o trabalho do Cetec realizado no cerrado, as pesquisas realizadas, a presença dos servidores públicos no Estado, trabalhando. Um encaminhamento como esse é inaceitável porque dá a impressão de que não existe um trabalho em Minas Gerais em favor do pequeno produtor. Querem impor ao ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, um estadista, um homem que deu sua contribuição acadêmica ao Estado brasileiro - cursei História e estudei os textos de Fernando Henrique Cardoso -, algo que ele não foi. Não podemos nos esquecer também da saudosa primeira-dama Ruth Cardoso, que não ficou lá fazendo jardim com estrela do PT no Palácio da Alvorada, lá no Planalto, foi a campo e criou o Comunidade Solidária, trabalhou, esteve neste Estado no Jequitinhonha e no Norte de Minas para dar a sua contribuição. Fernando Henrique Cardoso, juntamente com o Presidente Itamar Franco, foi o autor do Plano Real, que trouxe estabilidade para o nosso país. Hoje vivemos um momento de inflação preocupante. Está havendo uma briga dentro do próprio governo federal, e vem a Oposição parar a Assembleia Legislativa, interromper os seus trabalhos, obstruindo a si mesma. Essa Oposição está-se engolindo. Parece que antes não existia nada mais no Estado de Minas que essa Oposição. Não existia Oposição, não existiam Deputados da Oposição trabalhando na Casa. Ora, isso é inaceitável. Alguns da Oposição têm horror a estratégia e a planejamento. Segundo um pensador cristão, quem não planeja planeja fracassar. É assim, eles têm horror a escritório estratégico, têm horror a planejamento, têm horror a sentar e procurar a transversalidade, a intersetorialidade, a reunir as áreas de governo e discutir. É por isso que têm dentro de si algo que irá destruí-los. Estamos acompanhando a briga do Dr. Luciano Coutinho, Presidente do BNDES, com o Ministro Mantega. Não acredito - é claro que ele não faz isso - que estaria por trás disso Fernando Pimentel, fomentando a destruição de Guido Mantega, sua retirada da Fazenda. Juntamente com Fernando Pimentel estaria Aloízio Mercadante.

Saúdo as crianças, os estudantes da escola estadual que nos acompanham, assim como as professoras e a Alessandra Martins, que sempre recebe os alunos das escolas. São todos muito bem-vindos à Assembleia Legislativa. Obrigado pela presença. Sr. Presidente, minha fala trata justamente desse horror a planejar. E aí vemos a Oposição meio perdida - opõe-se a si mesma -, fazendo oposição ao requerimento do nobre Deputado Almir Paraca. Esse requerimento do Bolsa Verde está agarrado. Vou até levantar há quantos dias está parado. É a Situação que não quer prestar essas informações? É o governo do Estado que não quer prestar informações? Não. É a Oposição mesma, que está obstruindo, que não está querendo as informações. Vejam os senhores. Surgiram propostas impressionantes, como acabar com o planejamento para a Copa do Mundo. O Mineirão e o Independência são os únicos que estarão prontos para a Copa das Confederações. Tenho viajado e passado por aeroportos, mas não tenho visto planejamento. Então, vamos passar vergonha na Copa do Mundo. Eles querem destruir isso. Desconhecem a Emater, a Epamig, o Cetec. Desconhecem o que o governo faz no nosso Estado, desconhecem o trabalho da Secretaria de Agropecuária, desconhece a Comissão de Agropecuária deste Parlamento, acha que está a serviço dos grandes produtores. Ora, é desconhecer muito. É lamentável. Por fim, Sr. Presidente, amanhecemos hoje com as casas do Minha Casa, Minha Vida, da Presidente Dilma, todas no chão, em Governador Valadares, Deputado Mourão, para nossa tristeza. Gastaram um dinheirão, e as casas foram todas desocupadas. É lamentável. Por isso. Falta



planejar. Falta estratégia. Quem sabe o governo federal, que já cria tantos Ministérios, não cria o da estratégia, o do planejamento? Até agora não vimos. A vida deles é falar mal de Fernando Henrique Cardoso, do mais querido, do nosso querido Senador Aécio Neves. Eles não deixam a gente esquecer o mais querido. Todos os dias eles nos lembram do mais querido, daquele que foi reeleito em Minas Gerais, do Senador mais votado da história de Minas Gerais. Às vezes queríamos até esquecer, mas ele é inesquecível para a Oposição nesta Casa, que sempre nos faz lembrar. Agora vejo o filho do Deputado Lúcio de Souza Cruz adentrando este Plenário. Ele então está sempre lembrando, e, quando não lembra, faz aquele trabalho de ventríloquo de boneco. Os bonecos todos se lembram do mais querido. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Antônio Carlos Arantes.

O Deputado Antônio Carlos Arantes\* - Muito obrigado, Sr. Presidente. Estranhamente, Sr. Presidente, nossa Oposição faz colocações denegrindo a imagem do nosso governo, do governo Anastasia. Quando ele fala de igualdade social, quando fala de combate à pobreza, talvez o Deputado que nos antecedeu, da Oposição, não esteja acompanhando de perto nosso governo. Tive a grata satisfação de participar de uma solenidade com o Governador Antonio Anastasia, que criou o Conselho Estadual de Segurança Alimentar, cujo Presidente é D. Mauro Morelli. Ele tem uma história ligada aos excluídos, aos pobres. O Governador Anastasia empossou D. Mauro no Conselho como um grande parceiro para combater a desigualdade social. Quando o Deputado que me antecedeu falou que, na agricultura familiar, houve um grande retrocesso, não entendi, porque antes diziam que não havia prioridade e nenhum órgão competente para cuidar da agricultura familiar, só cuidavam do agronegócio. Mas o governo Anastasia criou uma Subsecretaria ligada à agricultura familiar. O Subsecretário empossado foi o Gadelha, pessoa que veio de Brasília, ligado ao governo Lula. Ele estava na Conab e coordenou um belo programa federal, o PAA. Apesar de ser um belo programa, nem sempre os recursos chegam ao produtor por causa da burocracia. O produtor sabe produzir, não sabe mexer com documento. Talvez precise entender melhor disso. Mas o Gadelha tem essa experiência e veio para o Governo Anastasia cuidar da agricultura familiar. Para mim, isso é avanço, não é retrocesso. Não entendi o que o Deputado quis dizer. Quando se fala em reforma agrária, nós, que somos da Comissão de Política Agropecuária, sabemos que várias propriedades do Norte de Minas foram legalizadas no governo Aécio Neves e no governo Anastasia, passando por esta Comissão. Demos prioridade absoluta, a pedido do Governador, que nos solicitou que déssemos a titularidade a essas propriedades. Não estamos entendendo o que disse o Deputado sobre a necessidade da criação da secretaria da reforma agrária, pois ela já existe e possui estrutura. Quando se fala de agricultura, Minas é exemplo. O PIB de Minas foi acima da média do Brasil. O País teve 7% de crescimento, e Minas passou de 10%. No setor do agronegócio, sabemos que 80% do café brasileiro e mineiro estão nas mãos dos pequenos produtores. São eles que fazem a diferença na produção e geração de empregos e na distribuição de renda. O desenvolvimento do setor rural não depende simplesmente da criação de uma secretaria, de se colocar dinheiro no crédito ou no seguro rural. É preciso usar tecnologia por meio da Emater, que hoje está reformulada com José Lara como Diretor Técnico. A Emater trabalha, inclusive, com o pequeno produtor. José Lara fazia parte dos quadros da Emater, é produtor em Iguapé e conhece a vida do pequeno produtor. O Maurílio está na Presidência da Emater e também é produtor rural. O Marcelo Lana está na diretoria e tem origem no Ceasa, conhece a vida do pequeno produtor. Para mim, isso é prioridade.

Quando falamos em desenvolvimento, também devemos levar em consideração as estradas. O Processo levou rodovia para 119 Municípios. Deputado Tiago Ulisses, o Processo deveria chegar a 224 municípios, mas isso não aconteceu porque o governo federal não nos deixou trabalhar com o Processo em cinco Municípios que são atendidos por rodovias federais. Ele não faz nem deixa fazer. O Governador Aécio queria que passasse para o Estado a atribuição de executar esse programa. Assim, daria para ele ser efetivado em 224 Municípios, mas foi realizado apenas em 219, porque o governo federal não ajudou a viabilizá-lo nos outros cinco. Agora, o governo do Estado vai pavimentar mais 7.500km através do Caminhos de Minas, levando apoio a pequenos produtores de pequenas cidades, como implementou a telefonia rural. O governo federal diz que 70% do Luz para Todos são executados com dinheiro dele. Se eu pegar um empréstimo do Deputado Carlin Moura, que será o próximo a falar - ele sendo governo federal e eu estadual -, pagarei juros caros. Quem está fazendo sou eu, porque o empréstimo será pago. Quem está bancando a maioria do projeto Luz para Todos é o governo do Estado, que recebe parte do financiamento do governo federal, e a outra parte é do governo municipal, mas o Estado vai pagar. Sobre o governo federal, ano passado fiquei feliz, porque ainda sou produtor rural. Também sou ligado à área ambiental e sei que meio ambiente e produtor precisam caminhar juntos. Não se pode desmatar nem acabar com o céu, a água, a flora e a fauna de forma geral. É preciso preservar e produzir. O alimento para a população brasileira e mundial não pode diminuir. O Brasil está-se transformando num grande celeiro de produção de alimentos.

A legislação ambiental, dificultada pelo governo federal, é um escândalo, porque não deixa o produtor produzir. Tudo é crime. O Código Florestal está para ser votado, e há uma dificuldade muito grande, mas espero que o governo federal tenha sensibilidade em aprová-lo. Fiquei muito feliz no ano passado - sou muito ligado ao meio ambiente e à produção -, porque achei que o governo federal havia criado um grande programa que serviria de exemplo para o mundo. A sigla ABC não são apenas letras do alfabeto: significa Agricultura de Baixo Carbono; significa um governo diferente. O governo Lula criou esse belíssimo programa - Agricultura de Baixo Carbono - e disponibilizou, Deputado Dalmo Ribeiro Silva, R\$2.000.000.000,00 para incentivar o produtor que tivesse consciência de produzir, preservar e não emitir CO<sub>2</sub>, para que o aquecimento global não fosse consequência de um produtor desatualizado. Este foi o incentivo do governo federal: R\$2.000.000.000,00. Entretanto, até o presente momento, o produtor rural não pôs as mãos em nada, em dinheiro nenhum.

Criar belos programas e grandes ações é muito bonito, mas, e a prática, e a realidade no campo? Quero ver o produtor fazendo diferença com esse incentivo do governo federal. Os produtores mineiros, ou melhor, os produtores brasileiros são heróis, porque conseguem fazer essa grande expansão tecnológica de produtividade na raça, com esforço e muita luta, muitas vezes até indo à falência. A agricultura já foi a âncora do governo federal para se combater a inflação antes do Plano Real, apesar da falta de proteção desse governo. Foi a agricultura, o alimento que chegou barato - o frango, o iogurte e o leite - para o produtor. O produtor não aguenta: fica asfíxiado, e o resultado disso são os 40% de aumento no custo dos alimentos. Basta ver as notícias veiculadas na imprensa de que a inflação assusta o povo brasileiro. Isso se deve à alta dos alimentos. Se o pequeno produtor não consegue sustentar



a sua produção, o poder acaba nas mãos do agronegócio, dos grandes produtores, das multinacionais, que começam a monopolizar o preço dos produtos.

O governo não precisa dar nada de graça, mas tem o dever de regular o mercado, comprar produtos para estocar na hora certa. Ele é o responsável pelo equilíbrio dos preços, e também por que o produtor não fique à mercê do mercado e perca dinheiro.

São essas as minhas palavras na defesa desse governo sério e competente. Aliás, há poucos dias, a ONU classificou Minas Gerais como exemplo para o mundo nas metas de combate à desigualdade, as quais deveria cumprir até o ano de 2020. Minas já cumpriu cinco. O governo Anastasia esteve reunido com o representante da ONU no Brasil, numa importante reunião. Quando se fala em combater desigualdade social, Minas Gerais é exemplo no Brasil. Obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Antônio Júlio.

O Deputado Antônio Júlio - Srs. Deputados, serei bastante breve. Estamos ouvindo os discursos dos dois lados, inclusive os da Oposição, como se todos os problemas coubessem apenas ao governo federal. Desse jeito, fica parecendo que Minas não tem problema nenhum. Não quero entrar nessa discussão, porque ela já está ficando um pouco enfadonha. Toda a vez que discutimos os problemas do Estado de Minas Gerais, mencionam o governo federal.

O nobre Deputado Antônio Carlos Arantes foi bastante feliz na sua fala. O Presidente Lula lançou as ações do programa de baixo carbono para uma agricultura sustentável, mas os recursos estão com dificuldade de chegar. O mesmo está acontecendo com o requerimento que vamos aprovar neste momento. Quando votamos o Bolsa Verde, nós mesmos criamos todas as dificuldades com a ajuda do governo para não aplicá-lo. Lembro-me, como se fosse hoje - eu estava ali na tribuna, no lugar em que o Deputado Carlin Moura está -, do discurso que fiz para o Deputado Roberto Carvalho, que é o autor do projeto. Eu lhe disse que, da forma como estávamos planejando o Bolsa Verde, o Estado não iria implementá-lo. A burocracia é muito grande, e o Estado acha isso bom. Quanto mais burocracia, melhor para ele, que não terá de executar essas ações. É isso que está acontecendo. Quando falamos de agricultura familiar e dos órgãos do governo, digo que estão funcionando, mas a burocracia impera no Brasil, especialmente, no Estado de Minas. Precisamos ter coragem de enfrentar esse problema.

Aproveito a oportunidade, Sr. Presidente, para dizer que o Bolsa Verde deveria retornar a esta Casa, para que lhe pudéssemos fazer uma reavaliação. O governo não conseguiu implementá-lo por causa da burocracia e do próprio produtor rural, que tem dificuldade de se inscrever nele. Já disse - e podem comprovar pelas notas taquigráficas - que deveríamos fazer um projeto simples, objetivo e claro. Aí vieram os agricultores, os técnicos de plantão, a Secretaria de Fazenda e disseram que ele deveria ser feito de um determinado jeito. Assim, as coisas não funcionam. Como o próprio Deputado Antônio Carlos Arantes disse, o governo lançou o programa, mas não consegue fazê-lo funcionar. O Bolsa Verde também não funciona. A culpa talvez seja do próprio Parlamento: cobramos ações do governo do Estado e do governo federal para que funcionem; fazemos críticas para que funcionem. Então, não somos contra os programas. Somos contra o seu não funcionamento, porque eles não funcionam.

As coisas precisam ficar mais claras, porque sempre as estamos dificultando. Essa discussão que fizemos hoje com o Deputado João Leite não nos leva a nada. Estamos querendo fazer um paralelo com a campanha antecipada para a Presidência da República, o que não será benéfico para Minas Gerais. Todos sabem que o ex-Governador Aécio Neves é um bom candidato, talvez o mais importante de seu partido, mas não precisa ser candidato agora. Tenho feito algumas críticas em nosso meio dizendo que o Aécio não vai ser oposição ao Presidente Lula de forma nenhuma. Ele está se colocando como oposição apenas para marcar terreno; não vai enfrentar as grandes dificuldades que a oposição tem de enfrentar. Digo que há custo para ser oposição. Penso que Aécio Neves vai continuar sendo essa figura importante do Estado de Minas Gerais, mas não é um homem intocável; não é alguém já eleito Presidente.

Acho que lhe estamos prestando um péssimo serviço, quando antecipamos e trazemos para esta Casa as eleições de 2014. Ainda não estamos preocupados com a eleição do ano que vem. Todas as ações estão voltadas para 2014. Tive oportunidade de levar ontem essa preocupação ao Presidente desta Casa. Disse-lhe que, se começássemos a fazer campanha presidencial nesta Casa usando o serviço público, teríamos todos os ingredientes para que não dê muito certo. Acho que temos outras formas de defender o governo, de fazer oposição, mas sem antecipar qualquer tipo de projeção sobre o ano que vem, muito menos o ano de 2014. Nem sabemos se o processo vai ser da mesma forma.

Estamos dizendo que esse requerimento não deve conter as informações do IEF. Poderíamos pegar essas informações e dar uma reavaliada no programa, até para sabermos se o governo vai aplicar dinheiro nele. Às vezes, o próprio governo chega à conclusão de que um programa não vai funcionar. Isso acontece muito. Os programas têm essa característica, ou seja, criamos os programas, mas não conseguimos implementá-los, executar aquilo que planejamos. Isso é norma na vida pública, principalmente no Executivo. Acho que o momento é oportuno, tendo em vista todas essas discussões sobre segurança alimentar e Bolsa Verde, para fazermos um grande debate aqui e sabermos o que está funcionando e o que não está e qual a contribuição do Parlamento, da Situação e da Oposição, para que os programas venham a funcionar. Acho que esse é o objetivo, porque ficar só criticando, só falando é muito fácil. O Benedito Valadares, quando Governador, dizia que, quando o adversário não tinha defeito, colocava-se defeito. Acho que essa não é a melhor política. Queremos a melhor política: que o Estado funcione bem; e digo isso. Faço oposição ao governo pontualmente, estou levantando essa questão do Ipsemg, porque alugaram um prédio de 12.000m<sup>2</sup>, na Praça da Liberdade, por R\$15.000,00 por mês, durante 35 anos. Então, isso é fazer oposição, é defender os interesses de Minas Gerais, porque queremos ter a informação de como foi feito esse procedimento.

A questão do Bolsa Verde merece, por parte da Assembleia, uma reavaliação, Sr. Presidente. Na época do Roberto Carvalho, disse-lhe: "Roberto, o governo não pôs interesse nesse projeto". E isso é verdade, não pôs. O governo passado não tinha interesse, mas quem o atendeu, Deputado Roberto Carvalho - estou contando a história... Eu disse que da forma como está - vou repetir - isso não é executável. Vamos encontrar uma forma para executarmos esse programa, porque a ideia é excelente; e cada qual tem a sua ideia boa, mas, às vezes, é difícil implementá-la.

Então, a votação desse requerimento é importante até para iniciarmos uma discussão do programa que criamos, em 2009; depois veio o decreto; e o governo ainda não conseguiu implementá-lo, em razão das burocracias que, às vezes, nós mesmos criamos na



própria lei. Então, este é o nosso posicionamento. Acho que está na hora de não ficarmos só nos vangloriando, nem o governo atual, nem o governo Lula. Acho que devemos encontrar o melhor caminho para o Brasil.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Carlin Moura.

O Deputado Carlin Moura\* - Sr. Presidente, também encaminhamos favoravelmente ao requerimento do Deputado Almir Paraca. Só para que as pessoas tenham a plena compreensão, quero dizer que o Deputado Almir Paraca pede ao governo do Estado que preste esclarecimentos sobre os recursos destinados ao Programa Bolsa Verde, se foram destinados recursos e se estes foram aplicados no Programa Bolsa Verde. É bom compreendermos isso, Sr. Presidente, porque requerimento dessa natureza mostra, de forma muito clara e transparente, a importância da Oposição no Plenário da Casa e o compromisso que tem, em Minas Gerais, a Oposição. A lei do Bolsa Verde, como já bem lembrou o Deputado Antônio Júlio, é originária do ex-Deputado Roberto Carvalho, hoje Vice-Prefeito de Belo Horizonte, que também compunha o bloco de oposição, na legislatura passada. Qual era a nossa preocupação, naquela época? A ideia do Bolsa Verde é incentivar as pessoas, os proprietários rurais e aqueles que detêm propriedades rurais a preservar o meio ambiente, as matas e as nascentes, criando uma política pública de incentivo financeiro para que essas áreas de preservação ambiental sejam mantidas. Então, é essa a ideia simples e brilhante do programa Bolsa Verde. Vamos incentivar para que as pessoas não promovam o desmatamento nem a destruição do meio ambiente. Pelo conteúdo do requerimento do Deputado Almir Paraca, as pessoas compreenderão que, desde 2009, o programa não saiu do papel; não incentivaram as pessoas, o pequeno agricultor e aquele que tem lá sua reserva nativa e preserva os animais, as nascentes dos rios e as áreas ambientais. Não incentivaram esses pequenos produtores.

Por outro lado, Sr. Presidente, é importante lembrarmos que a oposição teve um papel desatado, quando da aprovação do Bolsa Verde, para denunciar, por exemplo, a arbitrariedade do IEF contra o pequeno produtor rural e a fiscalização exorbitante e desrespeitosa contra os nossos pequenos agricultores rurais. Fizemos várias viagens pelo interior do Estado, uma atitude do bloco da Oposição, através de pedido de audiência do Deputado Antônio Júlio e do Deputado Paulo Guedes. Fomos a Guanhães, ao Norte de Minas, ao Triângulo, ao Sudoeste do Estado, a Pará de Minas, porque alguns fiscais do IEF ou alguns Diretores do Instituto - que à época foram até presos - estavam cometendo arbitrariedades e crimes, estavam perseguindo o pequeno agricultor. Agiam de forma muito desrespeitosa ao pequeno agricultor rural. Para isso o IEF tinha agilidade, para isso a fiscalização chegava. Mas, na hora de implementar um programa como o Bolsa Verde, vem a lentidão, a morosidade, a letargia.

Daí, compreendermos a brilhante intervenção e a inteligência - quando quer exercê-la naquilo que sabe fazer melhor, que é ser sociólogo - do grande sociólogo Fernando Henrique Cardoso. O sociólogo não está preocupado em fazer análise de cientista político, mas em analisar a realidade aqui e agora, nua e crua. O Fernando Henrique está certo quando diz que o PSDB não tem compromisso com o povão. E por que não tem? Porque, se o Bolsa Verde não sai do papel... O Bolsa Verde interessa ao povão, mas, quando você protege as grandes mineradoras, quando a voz de Minas não se levanta para cobrar o novo marco regulatório do minério, você está protegendo a elite. É isso que o Fernando Henrique Cardoso está dizendo. Muitas vezes, os governos do PSDB são muito mais favoráveis à elite que ao povão. E aí é fácil dizer que foram oito anos de governo do PSDB em Minas, mas quem mais cuidou dos pobres em Minas Gerais foi o governo federal, que implementou o programa Territórios da Cidadania, que incentivou a agricultura familiar, que valorizou o Bolsa-Família. Esses foram os programas que cuidaram dos pobres e dos mais necessitados, sim. Aí é fácil conviver com um governo de elite, por um lado, acompanhado de um governo que cuidava do social.

Quando não havia essa bela junção de um que cuidava do social com outro que cuidava da elite, o que aconteceu? O que viveu Minas Gerais quando tivemos os dois governos do PSDB, o do Sr. Eduardo Azeredo e o do sociólogo Fernando Henrique Cardoso? Minas Gerais viveu a sua pior crise. Minas Gerais viveu o seu pior momento da história. Era um governo do PSDB, do Sr. Azeredo, que vendeu a Cemig, que quebrou o Estado, que não tinha política social, que deixou o Norte de Minas e o Vale do Jequitinhonha abandonados.

É isso que o sociólogo Fernando Henrique Cardoso está nos dizendo. Às vezes, a verdade dói, incomoda. Compromisso social não se faz só da boca para fora. Compromisso social se faz com programas. Quero saber por que o Bolsa Verde não sai do papel. Ou Minas Gerais não quer preservar o seu meio ambiente? Qual o valor? Estão aportados apenas 2 milhões. O que são 2 milhões para esse programa sair do papel? Qual é a dificuldade? É problema de compromisso? Temos um programa muito importante, pelo qual, faz quatro anos, a Oposição está lutando. É o Bolsa-Atleta. Seria 1 milhão para implementar o Bolsa Atleta de Minas Gerais. A gente tem de fazer promessa para Santo Expedito, para ver se o 1 milhão chega e o Bolsa-Atleta sai do papel.

Governo é, acima de tudo, opção. Governo é, acima de tudo, tomar atitude e lado. Queremos, sim, que o governo nos esclareça por que o Bolsa Verde não saiu do papel, por que os 2 milhões não foram usados nessa implementação. Não quero jogar a responsabilidade para o Governador Antonio Anastasia. Até compreendo, Deputado Sávio Souza Cruz, que o Governador esteja vivendo seus primeiros 100 dias de governo, ainda tendo de decifrar a herança maldita que recebeu do último governo. O Bolsa-Atleta não saiu do papel no governo passado, os recursos não foram aportados no governo passado, porque não há esse compromisso. A Oposição cumpriu seu papel. Estamos aqui para votar. Ao contrário do que diz o Deputado João Leite, a Oposição ainda não fez obstrução este ano. Pelo contrário, Deputado João Leite, estamos aqui para votar as indicações do governo, que estão na pauta hoje. Pelo que estou vendo, de acordo com a presença de Deputados do governo na Casa parece-me, Deputado João Leite, que não haverá quórum para votar as indicações do governo. A Oposição está aqui para indicar o Diretor da Cepasa, do DER e do Deop, e estamos aqui para votar porque, acima de tudo, esse é o nosso compromisso. O compromisso da Oposição é propositivo. Questionamos, colocamos o dedo na ferida, mas nunca trabalhamos contra Minas Gerais, nunca trabalhamos contra os interesses do povo de Minas Gerais. Quando o Deputado Paulo Guedes, na legislatura passada, implorou para fazer uma CPI nesta Casa sobre o IEF, que estava perseguindo o produtor rural do Norte de Minas, era para mostrar de quem o órgão, na gestão passada, do Senador Aécio, estava a serviço. Essa é a verdade.

O ex-Presidente e sociólogo Fernando Henrique Cardoso está muito correto. Se o PSDB, Deputado João Leite, se vocês não colocarem a mão na consciência, vão se transformar na nova UDN, um partido que governa com uma minoria, que governa com a



elite. Para falar o contrário, não basta palavra, é necessário ação. Vamos implementar o Bolsa Verde e o Bolsa-Atleta. Isso é política social, porque o resto é conversa para boi dormir.

O Sr. Presidente (Deputado Inácio Franco) - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Zé Maia.

O Deputado Zé Maia\* - Sr. Presidente, ouvi atentamente o Deputado Carlin Moura, sempre vibrante da tribuna, e também o Deputado Rogério Correia, entre outros parlamentares que nos antecederam. Estava pensando que uma das mais abomináveis características do ser humano é a injustiça. Ouvi o Carlin e o Rogério dizerem que o PSDB e o Presidente são de elite e que não cuidaram do povão, não cuidaram das camadas sociais mais carentes do País.

Sr. Presidente, isso é uma tremenda injustiça. Se hoje temos o Bolsa-Família, primeiro programa de transferência de renda deste país, é bom lembrar que ele começou no governo do PSDB, do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Todos se lembram do Bolsa-Escola, do Vale-Gás, nomes que, depois, o PT mudou; mudou a roupa e vendeu o programa como Bolsa-Família, Deputado Carlin Moura. O começo foi com o PSDB, com o Presidente Fernando Henrique Cardoso. É impossível tirar isso da história, que é implacável e vai mostrar isso. A história é escrita depois, fora dos holofotes, fora das câmeras. Essa é uma tremenda injustiça que se comete todos os dias contra o Presidente Fernando Henrique Cardoso e contra o PSDB. Quem começou o programa de distribuição de renda no Brasil foi o PSDB, foi o Presidente Fernando Henrique Cardoso. E digo mais, meu caro Sávio Souza Cruz, o programa de estabilidade econômica do plano real foi implementado no governo Itamar Franco e já com o Ministro Fernando Henrique Cardoso, que depois se tornou Presidente da República. Reputo, não pelas obras ou ações... Talvez o Presidente Fernando Henrique tenha sido o Presidente mais importante de nosso país, porque conseguiu a estabilidade econômica. E esta, caro Deputado Adelmo Carneiro Leão, grande companheiro e amigo do Triângulo Mineiro, beneficia a todos, mas principalmente as camadas menos favorecidas da sociedade. Caro Presidente, ele favoreceu principalmente os trabalhadores, pois antes, quando chegavam a receber o salário, havia uma defasagem de 80%, e ele era corroído do dia 1º ao dia 30, ao dia 5, pois só recebia seu salário no 5º dia útil.

A história do Brasil seguramente fará com que saibamos que devemos muito ao PSDB, principalmente ao ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, por iniciar esses programas de distribuição e de transferência de renda para as classes menos favorecidas do nosso país e pela estabilidade econômica. Para sintetizar o meu pronunciamento, falei apenas sobre dois itens que favoreceram todos os brasileiros, principalmente aqueles menos favorecidos.

Deveríamos colocar à frente do Palácio do Planalto uma estátua do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, em reconhecimento ao grande trabalho e à importância do seu governo para o País. A reeleição, que muitos criticam e que pode realmente ser discutida, foi criada naquele momento e foi importante para que tivéssemos a estabilidade econômica. Disse aqui que a injustiça é algo horroroso. Para fazer justiça, tenho de dizer que o grande mérito do ex-Presidente Lula foi dar sequência ao programa econômico do PSDB e do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso. Esse foi o grande mérito do ex-Presidente Lula, tanto que colocou na Presidência do Banco Central um tucano, eleito Deputado Federal à época pelo PSDB, o Sr. Henrique Meirelles, para dar sequência ao programa de estabilidade econômica implementado no País pelo ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso. Esse foi o mérito do ex-Presidente Lula, que foi humilde, e essa é a sua grande característica. Ele é um homem humilde, que foi capazmente humilde para dar continuação à política econômica do PSDB. Essa é a grande razão do sucesso do governo Lula.

Sr. Presidente, foi tratada aqui a questão da criação da Secretaria Extraordinária da Copa do Mundo. O Secretário Extraordinário da Copa do Mundo em Minas Gerais, o empresário Sérgio Barroso, honra qualquer governo no mundo com a sua presença. Ele foi Presidente da Cargill e é um grande gestor e administrador.

O Deputado Carlin Moura falou sobre a herança maldita do ex-Governador Aécio Neves. A melhor e maior herança que um governo transferiu para outro foi essa que o ex-Governador Aécio Neves transferiu para o seu sucessor, o grande Governador Antonio Anastasia. Minas Gerais vive o melhor momento da sua história.

Sr. Presidente, retornando ao Secretário Sérgio Barroso, é por essa razão que Minas Gerais é o Estado mais avançado nas obras da Copa do Mundo. Possivelmente, por essa razão, poderemos sediar o jogo de abertura, que é tão importante para vender a boa imagem de Minas Gerais lá fora. Essa Secretaria, certamente, será extinta depois da Copa. No próximo governo, não existirá mais, já que a sua existência não se justificará. É importante dizer que, no plano federal, foi criada também a Autoridade Pública Olímpica, cujo Presidente é o Sr. Henrique Meirelles. Sr. Presidente, curiosa e coincidentemente, foram criados 171 cargos. Com vergonha dos números um, sete e um, reduziram um pouco o número de cargos no plano federal. Há outro detalhe: a criação da nossa Secretaria foi um pedido do Ministro dos Esportes do governo federal. Ele pediu que fossem criadas Secretarias Extraordinárias da Copa do Mundo em todos os Estados que sediarão os jogos.

A Oposição está em seu papel ao criticar e falar, mas temos a absoluta convicção de que defendemos aqui os mais altos interesses do povo de Minas Gerais. Temos caminhado para a frente, pois queremos resultados e que a vida do povo de Minas melhore, como aconteceu com a vida do povo brasileiro, que melhorou com o PSDB ao serem criados o Bolsa-Escola, o Vale-Gás e outros programas tão importantes e tão defendidos. O PT adotou a tática do Hitler ao ir dizendo o que diz, tanto que, se fizermos perguntas sobre o assunto aos brasileiros que recebem o Bolsa-Família, ninguém se lembrará de que esse programa teve início no governo do PSDB, com o Fernando Henrique Cardoso, pois, todos os dias, o PT conta essa mesma mentira, a de que foi ele que inventou o Brasil, criou o Bolsa-Família, o Bolsa-Escola e o Vale-Gás. Na verdade, ele apenas deu continuação aos programas criados por Fernando Henrique e não tem a coragem e a humildade para dizer isso.

Sr. Presidente, em relação à reforma agrária, fico vendo as invasões de terra e o desrespeito à propriedade, mas o governo federal poderia resolver isso fazendo algo simples. A grande maioria das terras no Brasil estão à venda, portanto não há necessidade de invasão. E o governo federal tem dinheiro. Se o governo federal quiser comprar a totalidade dessas terras, elas estarão a venda. Conhecemos centenas de propriedades em Minas Gerais que estão a venda. Em qualquer lugar veremos terras a venda. Se o governo federal quiser comprar, ele irá conseguir o número de hectares necessários para atender toda a demanda do Brasil. O governo federal deveria acabar com essa injustiça, porque ter uma terra invadida é horrível. Ter o seu patrimônio, construído ao longo da sua vida ou recebido de outras gerações, dilapidado naquilo que é do seu mais legítimo direito, que é a propriedade, como está na carta



internacional dos direitos humanos, é horrível. O governo federal poderia resolver essa situação simplesmente fazendo a reforma agrária. Ela é plenamente defensável e tecnicamente viável. É preciso colocar o homem no campo para evitar o êxodo rural. Tudo isso está correto. O que é errado é o governo federal se deitar em berço esplêndido e ver o cidadão brasileiro ter a sua propriedade invadida. Qual a solução para isso? Que o governo federal compre terras e assente as pessoas, sem problemas, sem violência, sem nenhuma dificuldade. Não sei por que o governo federal não implanta um programa tão simples como esse.

São essas as nossas considerações, Sr. Presidente. Agradeço aos Deputados Rômulo Viegas e Sávio Souza Cruz, que me cederam vez para que eu falasse antes deles. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Rômulo Viegas.

O Deputado Rômulo Viegas\* - Sr. Presidente, quero fazer o encaminhamento de um requerimento de extrema importância, do Deputado do PT, Almir Paraca. Foram feitas algumas interlocuções, aqui, que valem a pena esclarecer. Gostaria que o Deputado Carlin Moura entrasse, imediatamente, com a sua galera, em Brasília, para explicar que programa social eficiente é aquele que evita desmoronamento de casas, que evita riscos de vida, como está acontecendo na cidade de Governador Valadares, governada pelo PT. São casas desmoronando e trazendo, cara Deputada Luzia Ferreira, sérios problemas e risco de vida para as pessoas. O Deputado Carlin Moura deveria conhecer melhor o que é um programa social eficiente, que é aquele que não traz risco de vida para as pessoas. Lamentavelmente, estamos vendo os problemas acontecerem. Haverá discussão para saber se foi falha da construtora ou de quem foi, mas a responsabilidade do programa é do governo federal. Recentemente, li na imprensa que a Presidente Dilma estava querendo tirar o Programa Segundo Tempo do Ministério dos Esportes e passar para o Ministério da Educação, não sei por que razão.

Sr. Presidente, o que gostaria de deixar claro para todos que nos assistem é que o Senador Aécio Neves, político extremamente competente, e o Governador Anastasia, um gestor de extrema qualidade, integridade e eficiência política, plantaram, irrigaram e realizaram ações altamente positivas para trazer um grande resultado para a política agropecuária do nosso Estado. Vamos aos números: "O agronegócio mineiro mostra a sua força ao Brasil e ao mundo. O PIB do agronegócio mineiro atingiu o valor de R\$105.000.000.000,00 em 2010 e bateu um recorde histórico. O crescimento foi de 16,2% em relação ao ano de 2009. O valor representa todas as riquezas geradas pela cadeia produtiva do agronegócio, incluindo a produção básica (dentro da porteira), insumos, distribuição e a agroindústria."

A pesquisa também mostra que o PIB do agronegócio estadual passou a representar 13% do PIB do agronegócio brasileiro. Em 2009, a participação de Minas Gerais era de 11%. Os números, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, fazem parte da pesquisa realizada pelo Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada - Cepea - da USP, encomendada pela Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais e pela Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais - Faemg. O ilustre Secretário de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o ex-Deputado Elmiro Nascimento, altamente atuante, disse que essa foi a primeira vez que o PIB do agronegócio mineiro rompeu a barreira de R\$100.000.000,00, com recuperação de perdas diante da crise econômica mundial de 2009, melhorando a renda do produtor rural, daquele cidadão que passa por dificuldades. Como estamos vendo, o governo do PSDB se preocupa com os mais necessitados, que precisam de mais atenção e de intervenções por meio de ações públicas.

O Dr. Roberto Simões, Presidente da Faemg, grande baluarte desse setor, destacou a recuperação de preços pagos ao produtor e a variedade do agronegócio mineiro. O Presidente disse que o excelente resultado do PIB do agronegócio mineiro em 2010 se deve à recuperação dos preços das "commodities", à competência dos produtores rurais, à diversificação do setor no Estado e à competência do governo de Minas. O aumento da renda no campo é explicado pelo crescimento da produção mineira e pela alta dos preços provocada pela demanda internacional. No caso do açúcar, houve forte procura pelo produto no mercado mundial, além da produção recorde nas lavouras e usinas do Estado. Destacamos a atuação dos trabalhadores rurais. O café também foi um destaque do PIB de 2010. A produção estadual, de 25 milhões de sacas, foi uma das maiores da história. Além disso, o valor da saca cresceu 24% graças ao aumento das exportações.

Sr. Presidente Deputado Inácio Franco, na pecuária, os principais destaques do ano de 2010 foram a carne suína, o leite e a carne bovina, tanto na produção primária quanto na agroindústria. Segundo a pesquisa da USP, o volume de carne suína processada registrou um crescimento de 3%, e o aumento nas receitas das indústrias foi de 16%. Na pecuária leiteira, o aumento de renda do produtor foi de 16%. Já a indústria de lácteos registrou ganhos com todos os principais produtos, como leite em pó, leite UHT, queijo e leite pasteurizado. Na bovinocultura de corte, a melhora dos preços pagos pelo boi elevou o faturamento dos pecuaristas.

A pesquisa do Cepea da USP mostra que o setor agrícola de Minas Gerais teve melhor desempenho que o setor pecuário de Minas Gerais, no ano passado. O PIB da cadeia produtiva do agronegócio agrícola cresceu 22% em 2010, enquanto a expansão da renda no setor da pecuária foi de 11%. Segundo o estudo, o setor agrícola é responsável por 60% do PIB do agronegócio mineiro, enquanto o setor da pecuária representa 44%.

Essa, caros colegas Deputadas e Deputados, é, sem dúvida, uma ótima notícia e deve ser comemorada por todo o setor produtivo do Estado. Estamos no caminho certo. Quando o agronegócio vai bem, a economia mineira se beneficia com a geração de mais empregos e renda, dando aos produtores rurais melhores condições de vida. O governo Aécio Neves e o governo Anastasia, que plantaram e estão colhendo grandes frutos, dão uma atenção muito especial às camadas carentes e necessitadas do nosso Estado.

Mais uma vez, meus parabéns aos produtores rurais mineiros, incansáveis batalhadores, pois, mesmo diante das dificuldades, sempre mostraram superação e capacidade de recuperação. Parabéns também a todo o sistema do governo de Minas, na pessoa do nosso ilustre Governador Anastasia, homem que planeja, homem preparado, homem íntegro, que se relaciona muito bem com a Presidenta Dilma e foi elogiado por ela mesma pelos altos índices e pelos indicadores positivos de Minas Gerais. Nosso governo tem atuado de forma exemplar, dando atenção aos produtores mineiros e condições técnicas para melhor se desenvolverem, com o apoio da Emater, da Epamig, do Instituto Mineiro de Agropecuária - IMA -, da Secretaria de Estado de Agricultura e Pecuária e das nossas universidades e centros de pesquisas.

Porém, Sr. Presidente, quero fazer um alerta aqui de público, não apenas como Deputado, como parlamentar, mas sobretudo como cidadão brasileiro. Estarei aqui sim, e ninguém do bloco da censura me censurará, pois continuarei sempre analisando e comparando



as ações dos governos federal, estadual e municipais. Esse é um direito meu, constitucional, não preciso ser Deputado para exercê-lo. Farei sempre, pois lá existem erros e acertos, assim como aqui, em Minas. A nossa função e objetivo é trabalhar para que a situação melhore, e não ficar buscando heranças. E quais são elas? Sabemos que o ex-Presidente Lula deixou um quantitativo de restos a pagar altamente expressivo em razão da sua gastança no ano passado. Tanto isso é verdade que ele acordou o dragão da inflação. Agora, a equipe econômica está aí, batendo cabeça. O Presidente da Eletrobras fala que vai aumentar o custo da gasolina, o Ministro Mantega diz que não. Essa é uma herança também.

Neste Parlamento, precisamos dar atenção aos membros da Oposição e aos da Situação. É preciso trabalharmos juntos. Meu direito constitucional, ninguém censurará. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Sávio Souza Cruz.

O Deputado Sávio Souza Cruz\* - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, pretendo levantar alguns temas para, ao fim e ao cabo, fazer o encaminhamento do requerimento em tela. Primeiro, quero dizer que esses requerimentos que têm sido sonegados têm levado o Estado a prejuízos dispensáveis, caso essa preocupação manifestada pela Oposição seja objeto do cuidado e da atenção do governo, de sua base e até dos meios de comunicação. Por exemplo, o requerimento que não foi aprovado e que solicitava uma investigação no IEF acabou, por ter sido desconsiderado, submetendo o Estado de Minas ao desprestígio de ver o Presidente desse órgão sair de lá algemado e preso. Todos nos lembramos perfeitamente do episódio da prisão do Sr. Humberto Candeias. Isso aconteceu porque não foi dada atenção ao requerimento e à investigação que a Oposição queria fazer. Portanto, esses requerimentos são da maior importância.

O Deputado Zé Maia trouxe à consideração aquilo que classifica como um dos graves pecados não só na política e na vida pública, mas também na relação entre as pessoas: a injustiça. E trago à consideração uma virtude no campo oposto, uma virtude que talvez seja, como alguém já disse, uma pérola no oceano dos sentimentos: a gratidão. A ingratidão do PSDB com o ex-Presidente Itamar Franco clama aos céus.

A única obra que o PSDB atribui a si mesmo não é dele, é uma apropriação indébita. O Plano Real foi lançado no governo Itamar Franco, que já pertenceu a alguns partidos e, na maior parte da sua vida pública, ao PMDB, nunca ao PSDB. E naquele momento em que foi lançado o Plano Real, o Sr. Fernando Henrique Cardoso não era sequer Ministro e ainda cometeu o crime de falsificar sua assinatura nas cédulas do Real que foram lançadas. Portanto, a fraude histórica que o PSDB quer impor à população brasileira - de que é o autor do Plano que colocou fim ao processo inflacionário no Brasil - é grave e deve ser denunciada como uma injustiça com o Presidente Itamar Franco e como uma ingratidão também daquele partido com um Presidente que honrou Minas Gerais durante o seu governo.

Faço essa consideração inicial para apresentar aqui, mais uma vez, minha solidariedade ao Governador Anastasia. Tenho acompanhado os seus primeiros movimentos após a sua posse e tenho feito uma análise, Presidente, de que ele, infelizmente, não pôde tomar posse do seu governo. O grupo de poder que dominou o Estado de Minas há quase uma década, que transformou os mineiros em coadjuvantes de uma campanha eleitoral contínua, permanente, de culto pessoal, de culto à personalidade do Senador Aecinho Malvadeza prosseguiu e avançou de forma descarada no governo Antonio Anastasia, não lhe permitindo que se constitua - tenho certeza - nos moldes e nos padrões que ele pretendia. Portanto, ao analisar os cem dias da posse do Governador, quero dar-lhe um crédito e dizer que, para não cometer injustiças, vou esperar, de fato, que ele tome posse do seu governo para, aí sim, fazermos uma análise.

A coisa é tão grave, Presidente e Deputados, que, assistindo hoje, pela TV Record, à nomeação do ex-Deputado Edmar Moreira, o Governador Anastasia, consultado sobre essa indicação, pronunciou que não foi ele que a fez, mas o PP. Se isso é verdade, Presidente, é gravíssimo. É o aparelhamento explícito denunciado pelo próprio Governador, que governa de mãos amarradas pelo grupo político que dominou o Estado e fez o seu aparelhamento, as nomeações numa campanha eleitoral permanente, transformando o governo não em uma ação administrativa, mas em uma ação eleitoral, usando o erário de Minas para fazer campanha política para o Senador Malvadeza. Tudo isso foi denunciado pelo próprio Governador Antonio Anastasia, com quem quero aqui, de público, solidarizar-me. A que ponto chegamos? A indicação de um Vice-Presidente de uma companhia chega à companhia não através daquele que representa o acionista majoritário, que é o Estado de Minas Gerais, pelo Governador, mas por um partido político, segundo o próprio Governador.

É preciso, inclusive, Sr. Presidente, suspendermos a análise dessas sabatinas feitas a dirigentes de órgãos, para fazermos uma diligência ao Governador e sabermos se foi ele mesmo que indicou essas pessoas; se ele está conseguindo cumprir a missão que a Constituição lhe atribui, como o dever de indicar os dirigentes; se persiste aquele grupo que tomou conta do governo e está sempre viabilizando aumentar o poder do Senador no partido "a", no partido "b", no partido "c", no "partido do periquito", no partido de não-sei-quem. Agora vem essa denúncia grave, trazida a Minas Gerais, trazida aos mineiros por ninguém menos que o próprio Governador, dizendo que não fora ele quem indicou o atual Vice-Presidente da MGI. Isso é de uma gravidade sem precedentes em Minas Gerais.

Justamente quando negligenciamos a análise dos requerimentos da Oposição, é que suscitamos esse tipo de situação em Minas Gerais. E, Sr. Presidente, para concluir a minha tese, aquilo que submeto à apreciação dos dirigentes da Casa, da nossa Mesa Diretora e do coletivo dos Deputados, peço que suspendamos a apreciação de qualquer projeto de lei que venha do Executivo e seja relativo a qualquer indicação para órgãos, fundações ou autarquias, até que façamos uma pesquisa para saber se foi o próprio Governador que assinou esses atos ou se alguém não ungido pelas urnas, não autorizado pelos mineiros, está exercendo autoridade em nome de um projeto eleitoral prematuro, contínuo, permanente, custeado com dinheiro público, em detrimento do dever do Governador Anastasia de governar a nós todos e Minas Gerais. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Duarte Bechir.

O Deputado Duarte Bechir - Sr. Presidente, estamos encaminhando favoravelmente o Requerimento nº 123/2011, em que se solicita à Secretaria de Meio Ambiente e ao IEF informações sobre os aportes, a destinação e a efetiva utilização dos recursos do Bolsa Verde.



Notamos que quase todos os oradores que nos antecederam fizeram um prévio raciocínio, ou seja, aqui deixaram suas opiniões, suas considerações pessoais, sem ao menos dar oportunidade àquele que receberá a solicitação de prestar a esta Casa as informações que desejamos conhecer.

O Deputado Sávio Souza Cruz bem iniciou a sua fala dizendo que, ao final das suas palavras, reforçaria o porquê da aprovação ou não aprovação do requerimento. Mas, ao terminar a sua fala, deixou-nos sem a mínima ideia sobre se devemos votar a favor ou contra o requerimento. Deixamos claro que a Oposição, nesta Casa, perde espaço a todo instante. Perde espaço porque não há proposição trazida ao debate que faça com que a vida dos mineiros se torne, pelo menos, um pouco melhor em função das atitudes da Oposição. A Oposição nominou o Senador Aécio Neves vítima e deve persegui-lo a todo instante, até mesmo com aquilo que não esperávamos. E falarei a V. Exa. o que não esperávamos. Esta Casa ouviu, há aproximadamente duas semanas, o Deputado que trouxe ao conhecimento de toda Minas Gerais que o Senador não cumprimentou alguém da Oposição no velório do nosso saudoso ex-Vice-Presidente. Acho que devemos discutir a inversão da Oposição, na contramão de Minas Gerais, que, a toda hora, fica clara e evidente.

Sr. Presidente, a respeito do requerimento, não podemos omitir o fato de que os números da agricultura de Minas superam todas as expectativas. Ratifico minha fala afirmando que a Presidente recentemente disse que não fará nenhuma reforma, simplesmente continuará tocando o Brasil com programas. Cabe aqui ressaltar, nosso Líder Mourão, por que continuar com programas? Porque para o Brasil caminhar da forma como vem fazendo, houve alguém que trabalhou lá atrás; houve alguém que se posicionou nos momentos em que era necessário fazer as reformas, mesmo que, perante a opinião pública e a nossa população, perdesse ponto. Mas alguém chegou, pegou a cadeira limpa, a mesa arrumada, servida, a mesa posta, e só vai fazer programas. Não se cria uma situação como a que o Brasil vive hoje somente com programas: tem de haver reforma.

A Emenda nº 29, Sr. Presidente, ficará. O povo está padecendo na saúde, e volto ao requerimento porque ele solicita ao IEF informações sobre o que foi feito até agora com o Bolsa Verde. E aqui não foi debatido em nenhum momento alguma coisa do Bolsa Verde que não tenha sido feita. Somente houve colocações político-partidárias.

Um Deputado que nos antecedeu depreciou a importância do papel do Senador Aécio Neves no Brasil. Estive em Brasília na tarde do seu pronunciamento. Vi toda a Oposição do Senado ficar de pé. Um dos Senadores do Norte levantou-se e disse: “Senador Aécio Neves, quero, neste momento, levantar-me para, de pé, saudar V. Exa. Que fique gravado nos anais da Casa que eu quero bater palmas para V. Exa. de pé. Reconheço o valor de V. Exa. na política nacional”. E, Sr. Presidente, alguns mineiros insistem em não enxergar. O ditado prevalece: o pior cego é aquele que não quer enxergar. E temos aqui alguns Deputados que querem ser cegos, que querem jogar contra Minas Gerais. Pelo amor de Deus! Quem nasce na terra de Tiradentes, na terra de Juscelino Kubitschek, na terra de Tancredo Neves e de tantos outros mineiros que deram ao Brasil uma grande contribuição ao progresso estão hoje jogando contra o próprio patrimônio, fazendo gol contra. O sentido de atacar é para lá, mas estão jogando a bola para cá, contra Minas Gerais. Uma proposta que deixo aqui em nome do nosso bloco é que, a partir de agora, possamos pensar e demonstrar nossas posições de forma mais organizada e em favor tão somente de Minas Gerais. Hoje ir contra o Senador Aécio Neves é jogar contra o próprio patrimônio, é querer demonstrar que não tem amor a Minas Gerais, principalmente ao Brasil. O preparo do administrador advém do seu passado. Se hoje Minas Gerais se orgulha do seu produto interno bruto, no passado alguém fez por onde. Quero perguntar aqui: houve participação do Governador Itamar Franco? Sim. Houve participação do Governador Azeredo? Sim. E de muitos outros. É como disse o nosso Senador na semana passada no Senado: devemos reconhecer até mesmo as falhas daqueles que tentaram fazer de forma correta, mas não foram bem-sucedidos. Mas valeu a intenção. E disse ainda mais o nosso Senador: se a Oposição espera de mim ataques, não vai ter.

Voltando, Sr. Presidente, ao requerimento, quero dizer que, se o aprovarmos - estou encaminhando favoravelmente a ele - é porque queremos que o Secretário mande os esclarecimentos a esta Casa. Mas não que façamos aqui o que estamos vendo acontecer: críticas antes de as informações chegarem. Se assim for, por que aprovarmos o requerimento? Já estão fazendo aqui o julgamento antecipado da lide. Até parece que os comentários a respeito do Bolsa Verde não precisam de esclarecimentos. Parece que o Secretário já esteve aqui e não concordaram com ele. Ao analisarmos o requerimento do Deputado Almir Paraca e encaminharmos favoravelmente a ele, queremos interagir com o governo do Estado para obtermos as informações necessárias para que possamos dar a nossa população o que esperam, que é a resposta dos nossos trabalhos.

Minas Gerais tem outro setor importante com direito a requerimento. Sr. Presidente, as nossas estradas estaduais que favorecem os agricultores mineiros estão asfaltadas. Todos os Municípios mineiros estão interligados, com exceção de cinco, Deputado Rômulo Viegas, que são interligados por rodovias federais. E até hoje não estão interligados. Deixo aqui essa solicitação, para que a Oposição reúna as assinaturas necessárias e as leve à Presidente Dilma, solicitando que sejam asfaltados os demais Municípios. Aí teremos Minas Gerais totalmente interligada por asfalto, com sua produção agrícola escoada com mais facilidade, valorizando o homem do campo. Nota-se, Sr. Presidente, que, quando falamos, acabamos por mexer um pouco com o brio de algumas pessoas que às vezes falam, mas deixam no ar uma colocação que não é verdadeira, numa tentativa de estelionato eleitoral.

Para finalizar, nesses 45 segundos finais, quero dizer que sou mineiro e orgulho-me de ter nascido neste Estado. Se Deus me fez mineiro, também sou brasileiro. Nasci na pequena Cristais, mas hoje, neste Parlamento, defendo com unhas e dentes que o Brasil pode ser governado por um mineiro, um mineiro preparado, que tem a opinião pública do seu lado. Repudio veementemente falsos mineiros que, a todo instante, tentam desacreditar o mineiro mais importante de Minas Gerais e do Brasil, o mais querido, o Senador Aécio Neves. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Bonifácio Mourão.

O Deputado Bonifácio Mourão - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, vamos encaminhar favoravelmente o requerimento do ilustre Deputado Almir Paraca relativo ao Bolsa Verde, mas queremos fazer algumas considerações.

Ouvimos os Deputados da Oposição, que, como assinalou bem o eminente Deputado João Leite, estão obstruindo. Estão obstruindo porque começaram uma série de críticas ao governo do Estado de Minas Gerais, aproveitando o Regimento Interno da Casa, que dá direito ao encaminhamento por meio de requerimento. O que vimos aqui foi um verdadeiro festival de críticas infundadas ao governo



do Estado de Minas Gerais. Mas nós, Sr. Presidente, vamos nos ater a esse requerimento. Apenas queremos dizer que, para o escoamento da produção rural do Estado de Minas Gerais, o governo Aécio Neves e Anastasia ligou 226 Municípios por asfalto, exatamente para o escoamento da nossa produção. Apoiar o produtor rural não é só dar a ele implementos na área de adubação, estímulos, financiamento e assim por diante. Apoiar o produtor rural é também criar infraestrutura suficiente para que o seu produto possa ter escoamento e mais valor agregado. Apoiar o produtor rural é, por exemplo, Deputado Rômulo Viegas, levar telefone celular a 400 Municípios mineiros que não o tinham para que ele possa comunicar-se com o consumidor e encontrar meios de vender o seu produto. Apoiar o produtor rural é, a meu ver, levar a saúde para os mais longínquos e mais distantes Municípios de Minas Gerais. E o Governador Aécio Neves, juntamente com o Vice-Governador Anastasia levaram uma ambulância para cada um dos 853 Municípios do Estado de Minas Gerais. Construíram mais de 2 mil postos de saúde por todo o interior do Estado. O Pro-Hosp foi dobrado, apoiando-se o povo do interior de Minas Gerais, sobretudo o povo do meio rural. É preciso esclarecer de uma vez por todas essas questões. Apoiar o produtor rural é também, a nosso ver, examinar o crescimento do PIB de Minas Gerais, que de 2009 a 2010 subiu para 10,9, um crescimento superior ao da China. E quem deu mais força para o crescimento foi a agropecuária de Minas Gerais. E quando a agropecuária cresceu mais? No governo Aécio Neves e Anastasia. Isso não foi lembrado aqui. É preciso lembrar. O governo federal cresceu sete e pouco por cento. Minas Gerais cresceu 10,9%. Por que isso? Por que a agropecuária chegou junto desse jeito? Com certeza, é porque teve apoio do governo do Estado. Não temos a menor dúvida disso.

Apoiar o produtor rural é também levar a educação, apoiar a educação no meio rural, levar as escolas para o meio rural, assim como os postos de saúde, conforme já dissemos. Para quê? Para que o produtor rural e o trabalhador rural tenham ali, pertinho da sua casinha, uma escola e um posto de saúde. É o que o governo mais fez neste Estado.

Sou do interior e tenho conhecimento dessas questões todas. A meu ver, tudo isso está inserido nesse tema, que é extenso. Tudo isso faz parte de um governo dinâmico, como o governo Anastasia. Por que Minas Gerais tirou o primeiro lugar no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - Ideb? Primeiro lugar nacional. A previsão é que até 2020 cheguemos ao índice de 6,3%. Minas Gerais já chegou a 5,8%. Por que isso? Hoje, 86% dos alunos de 8 anos de idade, inclusive do meio rural, já estão lendo e escrevendo. Por quê? Porque Minas foi o primeiro Estado brasileiro a levar a criança de 6 anos para a escola. É por isso. Ninguém se referiu a essas questões aqui quando criticou o governo Aécio Neves e Anastasia. Não disseram isso, a não ser companheiros da Situação.

Falava sobre a questão da educação. O que esse governo já vai fazendo pelo interior, sobretudo para apoiar o produtor rural do Estado de Minas Gerais? Reformou e construiu milhares de escolas pelo interior deste Estado. Estamos assistindo a obras de toda natureza.

Deputado João Leite, hoje ouvimos um Deputado da Oposição dizer que o Governador Anastasia ainda não tomou posse. Se a Presidente Dilma Roussef tomou posse, Minas Gerais também ainda não sabe; o Anel Rodoviário não sabe; a BR-381, que liga Belo Horizonte a Valadares, não tem conhecimento; o metrô não tem conhecimento; as obras sociais de Minas Gerais não têm conhecimento. Até hoje Minas Gerais não viu recursos do programa Minha Casa, Minha Vida para quem ganha menos de três salários mínimos. Se a Presidente Dilma Roussef tomou posse, infelizmente, Minas Gerais não tem conhecimento disso. Não existem obras do governo federal em andamento em Minas Gerais.

Gostaria de fazer uma consideração, Deputado Dalmo Ribeiro Silva. Ontem mesmo foi dito aqui que a Presidente Dilma Roussef é mineira. Ela é mineira porque tem certidão de nascimento de Minas Gerais, mas, para quem está trilhando a vida pública, não basta certidão de nascimento; é preciso ter trabalho pelo Estado, é preciso ter obras pelo Estado. E o mineiro verdadeiro, que tem obras pelo Estado de Minas Gerais, chama-se Aécio Neves. Esse, sim.

Acabamos de falar sobre algumas das inúmeras obras do Senador Aécio Neves juntamente com o grande Governador Antonio Augusto Anastasia, que, para alegria dos mineiros, não é um dos maiores, mas o maior executivo do Brasil, que está governando Minas Gerais no momento. Podem esperar, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, que os produtores rurais terão uma melhora considerável ao longo do governo Anastasia, como tiveram ao longo do governo Aécio e Anastasia.

Não era nosso propósito vir a esta tribuna neste momento, mas, como a Oposição decidiu obstruir o requerimento do ilustre amigo Deputado Almir Paraca, precisamos voltar aqui para repor a verdade em relação a algumas considerações feitas. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado André Quintão.

O Deputado André Quintão\* - Sr. Presidente, também discutirei o requerimento do Deputado Almir Paraca por causa da importância do projeto Bolsa Verde, que já é lei, pois foi regulamentado. Entre vários benefícios, o Bolsa Verde é um estímulo para que os que precisam, que podem e devem cultivar sua terra - os pequenos e médios proprietários -, recebam contribuição do poder público para compatibilizar a produção agrofamiliar com a preservação ambiental. A linha de desenvolvimento e produção sustentável é hoje a mais recomendada, e o mundo exige medidas, como a preservação do ar e, principalmente, das águas. Sabemos que a preservação ambiental garante um elemento básico, inclusive para a produção agrofamiliar e para a sobrevivência do ser humano com qualidade, que é a disponibilidade de água. O assunto água nos remete a uma questão prioritária para nós, na Assembleia. Já mencionei em outras oportunidades e queria, na discussão do Bolsa Verde, relembrar que aprovamos, na Comissão de Participação Popular, duas visitas oficiais a dois importantes órgãos de Minas Gerais: a Copanor e a Agência de Saneamento de Águas e Esgotos - Arsae. A questão da Copanor diz respeito a um fato muito grave, que ocorre em Minas Gerais e já foi denunciado por mim nesta tribuna. Depois de um bom período de discussão, chegamos à aprovação da lei que criou a Copanor, uma subsidiária da Copasa. A lei previa que essa subsidiária atenderia regiões do semiárido mineiro, como o Jequitinhonha, o Mucuri e o São Mateus, atendendo a comunidades de até 5 mil habitantes. Isso está na lei que criou a Copanor. Andando por Minas Gerais, rodando por essas regiões para realizar audiências públicas, percebemos que há uma demanda universal e consensual de todas essas comunidades: o abastecimento de água para consumo humano. Comunidades de até 200 habitantes não estão sendo cobertas pelo atendimento da Copanor. O Deputado Carlin Moura estava presente em uma dessas audiências e percebeu que talvez essa seja a demanda mais elementar do ser humano: beber água tratada.



Ouvindo os pronunciamentos da base do governo nesta tribuna, imaginava se a pessoa que está no Vale do Jequitinhonha separando o barro da água, depois fervendo a água, acreditará que os Deputados estão na tribuna falando de Minas Gerais. Como se Minas Gerais fosse essa maravilha, o melhor lugar onde se viver. Srs. Deputados, Sras. Deputadas, descobrimos que essa previsão do não atendimento a comunidades de até 200 habitantes foi feita por decisão interna, não sei se da subsidiária ou da empresa-mãe, da Copasa, infringindo a lei que esta Assembleia votou. Nós votamos o atendimento aos Municípios, mas não fizemos essa limitação. Não instituímos que comunidades com menos de 200 habitantes não pudessem ser atendidas.

Venho tratando desse assunto há alguns dias e gostaria de uma explicação oficial dos órgãos do governo, do Líder do Governo e do Líder do Bloco da Situação nesta Casa. Por que a Copanor não oferece sistema de água nas comunidades com até 200 habitantes? Esse é um direito universal do cidadão. Fiquei pensando que isso pudesse ter acontecido em função de uma orientação do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso. Estou até vendo ele dizer assim: não mexam com o povão. Deixem o povão de lado. Só cuidem da classe média, dos grandes e dos médios. Pode ser que a Copanor e a Copasa estejam seguindo o que o ex-Presidente Fernando Henrique disse no artigo. Só pode ser isso.

A Assembleia fez o seu papel, isto é, autorizou a criação da subsidiária para atender comunidades com até 5 mil habitantes. Faça essa cobrança sem afastar a possibilidade da visita oficial que faremos. A situação é muito grave. Nessas regiões do semiárido, existem dezenas, centenas de pequeníssimas localidades, com 50, 70, 80 pessoas. São grupos familiares vivendo em pequenas vilas. Se a pessoa não tem acesso à água, ela também não terá saúde nem condição de saneamento. Também não poderá sustentar a sua produção, nem criar um pequeno animal, nem fazer uma pequena produção de mandioca, arroz, feijão, milho, hortaliças, etc. Essa pessoa não poderá criar uma galinha, um porco ou uma vaca. São problemas vivenciados.

Gosto muito de discussões ideológicas até mesmo pela minha formação, mas neste momento gostaria de obter uma resposta mais efetiva sobre essa situação. Por que a Copanor não está cumprindo a sua finalidade? Sei que existem pessoas comprometidas na Copanor. Será que o problema é a estrutura ou será que foi a Copasa que impôs à Copanor esse tipo de limitação sob a lógica do custo? Essa é a minha intuição. É mais barato para a subsidiária implementar sistemas de abastecimento de água e esgoto em comunidades com maior número de habitantes porque, se assim o fizer, ela terá um dispêndio menor com o custo de sistemas do que em comunidades com menor número de habitantes. Esse é um raciocínio inadmissível para uma subsidiária, para uma empresa que tem por objetivo levar água a seres humanos.

Não adianta dizer que foi o melhor Governador ou o Senador mais votado ou o mineiro que vai ser o Presidente da República. Cada um tem sua crença e sua convicção. O que quero saber é por que a subsidiária criada para oferecer água e tratamento de esgoto no semiárido mineiro não está cumprindo o seu papel. Pergunta singela. Gostaria que alguém do governo viesse até aqui me explicar. Um Deputado disse que estava na lei, mas lhe mostrei que não, que a lei fez referência a um atendimento universal. Ainda não obtive essa explicação. Como sabemos que o processo de tramitação de requerimentos às vezes é muito moroso, preferimos aprovar uma visita à Copanor e à agência em vez de aprovar um requerimento, porque a agência existe justamente para isso, para fiscalizar a prestação do serviço. Espero que, nessa visita que está sendo marcada pela Comissão, tenhamos uma explicação. Já nos antecipamos. No ano passado, aprovamos aqui, na Comissão de Participação Popular, uma ação específica no Plano Plurianual para fazer esse tipo de atendimento. E vamos cobrá-la. Assim, vamos saber se o governo começou ou não essa ação, se ela já está sendo planejada e efetivada. A melhor maneira de sabermos se um governo já começou é ver como anda a execução orçamentária, a meta física do programa previsto. Gostaria de saber qual é o planejamento de atendimento de comunidades com até 200 habitantes pela Copanor. É uma questão muito grave. Muitas comunidades não estão sendo atendidas.

Encerro dizendo que nós, Deputadas e Deputados, independentemente de partido, não podemos conviver com essa situação de barbárie, de não civilização. As pessoas não terem água para beber é um escárnio. Esperamos que o governo tome providências. Já mencionei isso diretamente ao Governador. Acredito que ele não tinha conhecimento dessa regra interna que estava prevalecendo na Copanor. Qualquer ser humano com o mínimo de sensibilidade e de poder atribuído pelas urnas tem a obrigação de fazer com que os órgãos públicos tratem todos com dignidade. Precisamos tratar esse povão, que, infelizmente, no semiárido, não tem água para beber. Muito obrigado.

### **Encerramento**

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, desconvocando a extraordinária de hoje, às 20 horas, e convocando as Deputadas e os Deputados para a ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada. Levanta-se a reunião.

\* - Sem revisão do orador.

### **ATA DA 1ª REUNIÃO ESPECIAL DA COMISSÃO ESPECIAL PARA EMITIR PARECER SOBRE A INDICAÇÃO DO NOME DE JOMARA ALVES DA SILVA PARA PRESIDENTE DO IPSEMG, EM 23/3/2011**

Às 15h45min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Luiz Carlos Miranda, Fred Costa e Carlos Mosconi (substituindo o Deputado Gustavo Corrêa, por indicação da Liderança do BTR), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente "ad hoc", Deputado Luiz Carlos Miranda, declara aberta a reunião, esclarece que não há ata a ser lida por se tratar da primeira reunião da Comissão e informa que a reunião se destina a eleger o Presidente e o Vice-Presidente. O Presidente determina a distribuição das cédulas de votação, devidamente rubricadas, e convida o Deputado Carlos Mosconi para atuar como scrutador. Realizada a apuração dos votos, são eleitos para Presidente o Deputado Fred Costa e para Vice-Presidente o Deputado Luiz Carlos Miranda, ambos por unanimidade. O Deputado Luiz Carlos Miranda declara empossado o Presidente, Deputado Fred Costa, a quem passa a direção dos trabalhos. Este, por sua vez, declara empossado o Deputado Luiz Carlos Miranda como Vice-Presidente. O



Presidente eleito designa como relator da matéria o Deputado Gustavo Corrêa. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de abril de 2011.

Fred Costa, Presidente - Sávio Souza Cruz - Gustavo Corrêa.

### **ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL PARA EMITIR PARECER SOBRE A INDICAÇÃO DO NOME DE JOSÉ CLÁUDIO JUNQUEIRA RIBEIRO PARA O CARGO DE PRESIDENTE DA FEAM, EM 5/4/2011**

Às 16h10min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Ana Maria Resende (substituindo o Deputado Zé Maia, por indicação da Liderança do BTR) e os Deputados João Leite, Duarte Bechir e Sávio Souza Cruz, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Doutor Wilson Batista. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado João Leite, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a proceder à arguição pública do Sr. José Cláudio Junqueira Ribeiro, indicado para o cargo de Presidente da Feam, a apreciar o parecer da indicação e a discutir e votar proposições da Comissão. Registre-se a presença dos Srs. Ilmar Bastos dos Santos, Assessor Especial da Secretaria de Meio Ambiente, e Eduardo Tavares, Ouvidor de Meio Ambiente. O Deputado Doutor Wilson Batista retira-se da reunião. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir o indicado e para proceder a sua arguição pública, conforme consta das notas taquigráficas. O Deputado Duarte Bechir retira-se da reunião. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, em turno único, da Indicação nº 12/2011, do Sr. José Cláudio Junqueira Ribeiro para o cargo de Presidente da Feam (relator: Deputado Duarte Bechir). Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos da Comissão.

Sala das Comissões, 5 de abril de 2011.

João Leite, Presidente - Ana Maria Resende - Duarte Bechir - Sávio Souza Cruz.

### **ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 7/4/2011**

Às 11h11min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Tiago Ulisses, Antônio Carlos Arantes e Carlos Henrique, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Tiago Ulisses, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Antônio Carlos Arantes, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante da pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Durante o encaminhamento da votação do Requerimento nº 326/2011, o Deputado Antônio Carlos Arantes apresenta requerimento solicitando o adiamento de votação da matéria, o qual é aprovado pela Comissão. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. A Presidência recebe, para posterior apreciação, requerimento do Deputado Tiago Ulisses em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para debater os investimentos da Cemig na área de eficiência energética, em especial na área de redes inteligentes (Smart Grid) e para conhecer os convênios realizados entre a Cemig e a Fapemig. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Antônio Carlos Arantes em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para tratar de um novo modelo de cobrança relativo à divisão dos “royalties” dos Municípios mineradores; Carlos Henrique em que solicita seja realizada reunião de audiência pública no Município de Conceição do Mato Dentro, com a finalidade de averiguar a extração de minério de ferro e ocorrências provocadas pelas atividades da empresa Anglo Ferrous do Brasil ao longo da Serra da Ferrugem; Rogério Correia e Pompílio Canavez em que solicitam seja realizada reunião de audiência pública, conjunta com a Comissão de Assuntos Municipais, para debater e obter esclarecimentos sobre a segurança das redes de energia da Cemig nos Municípios mineiros; Rogério Correia (2) em que solicita sejam realizadas reuniões de audiência pública para debater e obter esclarecimentos sobre o programa Energia do Bem, da Cemig; e, conjunta com a Comissão de Participação Popular, para prestar esclarecimentos e discutir com entidades do movimento estudantil sobre a destinação dos recursos referentes à cota-parte do Estado na Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM -; Dalmo Ribeiro Silva em que solicita seja realizada visita ao Centro Tecnológico de Minas Gerais - Cetec -, com o objetivo de conhecer os projetos na área de energia solar que estão sendo desenvolvidos desde o ano de 2000; Almir Paraca em que solicita seja realizada reunião de audiência pública, conjunta com a Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, com o objetivo de conhecer e debater as diretrizes estabelecidas no Plano Nacional de Mineração 2030, lançado pelo Ministério de Minas e Energia; e Luiz Henrique em que solicita seja realizada reunião de audiência pública, com a finalidade de conhecer, analisar e discutir o estudo “Atlas Brasil - Abastecimento Urbano de Água”, da Agência Nacional de Águas - ANA. O Deputado Tiago Ulisses faz comentários a respeito do projeto Cerrado Verde, sobre a mineração e o tratamento térmico da glauconita para a produção do termopotássio, novo fertilizante que será colocado no mercado brasileiro para substituição parcial das importações de cloreto de potássio. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de abril de 2011.

Sávio Souza Cruz, Presidente - Tiago Ulisses - Antônio Carlos Arantes - João Vítor Xavier.



## ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 7/4/2011

Às 14h36min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados André Quintão, Carlin Moura e Duarte Bechir (substituindo o Deputado Antônio Lerin, por indicação da Liderança do BPS), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado André Quintão, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Carlin Moura, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento de ofício do Sr. José Elcio Santos Monteze, Diretor-Geral do DER-MG, publicada no “Diário do Legislativo” do dia 7/4/2011. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados André Quintão (3) em que solicita seja encaminhado à Secretária de Planejamento e Gestão pedido de informações sobre o patrimônio de propriedade do Estado que esteja disponível, assim compreendidos os bens imóveis ociosos, discriminados por Município; seja realizada visita ao Diretor-Geral da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário de Estado de Minas Gerais - Arsae -, com a finalidade de apresentar-lhe as seguintes demandas: a) referente à discordância com relação à cobrança, no Município de São Sebastião do Paraíso, de tarifa pela Copasa-MG antes da efetiva implantação da rede de água e esgoto; e b) relativa ao não atendimento de comunidades com menos de 200 habitantes pela Copanor, subsidiária da Copasa-MG no Norte de Minas e nos Vales do Jequintinhonha e Mucuri, infringindo a Lei nº 16.698, de 2007, que autoriza a Copasa-MG a criar empresas subsidiárias nos termos que especifica; seja realizada visita ao Presidente da Copanor, com a finalidade de discutir os critérios estabelecidos por essa entidade para atendimento das comunidades rurais, em cumprimento à Lei nº 16.698, de 2007; André Quintão e Carlin Moura (6) em que solicitam seja encaminhado ao Presidente da Cemig pedido de informações sobre a implementação do Programa Luz para Todos nas comunidades quilombolas Baú, Ausente, Fazenda Santa Cruz, Queimadas e Vila Nova, situadas no Município do Serro; seja encaminhado ao Presidente da Fundação Cultural Palmares pedido de informações sobre o andamento do processo de reconhecimento das comunidades quilombolas Baú, Ausente, Fazenda Santa Cruz, Queimadas e Vila Nova, situadas no Município do Serro; seja encaminhado ao Ministro do Desenvolvimento Agrário pedido de providências para a agilização da chamada pública para contratação de serviços de assistência técnica e extensão rural dirigida ao atendimento às comunidades tradicionais do Estado, em cumprimento à Lei nº 12.188, que institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER - e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - Pronater -; seja encaminhado à Presidenta da República pedido de providências para a instalação do escritório da Fundação Cultural Palmares no Estado e a promoção de debates para esclarecimentos sobre o desenvolvimento e o acesso a políticas e programas de cultura afro-brasileira no Estado, tais como o Projeto Parábola; seja encaminhado à Secretária de Estado de Educação pedido de providências para a instalação dos computadores já adquiridos pela Escola Estadual de Três Barras, situada no Município de Conceição do Mato Dentro, para que os alunos da comunidade local possam ter acesso às novas tecnologias de comunicação e à internet; seja encaminhado ao Presidente da empresa de telecomunicações Oi pedido de providências para a instalação de telefones públicos no Distrito de Três Barras, no Município de Conceição do Mato Dentro; Alencar da Silveira Jr., Luiz Carlos Miranda, Liza Prado e Sargento Rodrigues em que solicitam seja realizada reunião desta Comissão e da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia para, em audiência pública, debaterem a proposta, do Movimento Estudantil Mineiro, de criação de um fundo social vinculado aos “royalties” da mineração. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de abril de 2011.

André Quintão, Presidente - Bosco - Ulysses Gomes.

## ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 12/4/2011

Às 14h30min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Adalclever Lopes, Celinho do Sinttrocel e Anselmo José Domingos, membros da supracitada Comissão. Estão presentes também os Deputados Duarte Bechir, Bruno Siqueira e Tadeuzinho Leite. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Adalclever Lopes, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Anselmo José Domingos, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento de ofício: do Sr. Amilton Flávio Dias de Barcelos, Vereador da Câmara Municipal de Pitangui, publicado no “Diário do Legislativo” de 9/4/2011. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 244, 247, 248, 255, 269, 270, 273, 294, 296, 297, 300, 301, 305, 329, 332, 356, 358 e 368/2011. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Célio Moreira (2) em que solicita seja realizada visita às Ruas José Amaral Pimenta, Um e Vila Independência, no Bairro Independência, a fim de verificar a situação dos moradores da região que reivindicam a implantação da praça de segurança em baixo das torres de alta tensão da Cemig; e seja encaminhada manifestação de congratulações com toda a equipe do jornal “A Folha Regional” pelo 21º aniversário de sua fundação; Tadeuzinho Leite em que solicita seja realizada reunião de audiência pública no Município de Montes Claros para debater a situação do Aeroporto Mário Ribeiro da Silveira, diante do aumento crescente do número de passageiros de voos e da perspectiva de aumento do fluxo atual; Celinho do Sinttrocel em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para debater a prestação de serviços



públicos de transporte pela empresa Transimão Transportes; Duarte Bechir em que solicita seja encaminhado à Presidente da República pedido de providências para que reavalie a viabilidade do projeto do Trem de Alta Velocidade - TVA - e direcione recursos para as obras do metrô em Belo Horizonte; Bruno Siqueira (2) em que solicita seja encaminhado ao Secretário de Estado de Transporte e Obras Públicas pedido de providências para melhorar as condições de infraestrutura e de operação do Aeroporto Regional da Zona da Mata, em Goianá, e do Aeroporto de Serrinha, em Juiz de Fora; e seja encaminhado ao Secretário de Estado de Defesa Social pedido de providências para disponibilizar caminhões do Corpo de Bombeiro para atender ao Aeroporto de Juiz de Fora, possibilitando a operação de novas empresas aéreas no referido aeroporto; Fred Costa (2) em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para debater sobre o Complexo Viário Sul, entre Belo Horizonte e Nova Lima; e seja realizada visita à área desse complexo; Adalclever Lopes (3) em que solicita seja encaminhado ao Diretor-Geral do DER-MG pedido de informações sobre: a relação dos trechos rodoviários estaduais nos quais se encontram instalados radares, lombadas eletrônicas ou qualquer outro meio de aferição de velocidade para fins de autuação por infração de trânsito; a relação das empresas que têm contrato com o órgão, visando à instalação ou à operação de radares, lombadas eletrônicas ou qualquer outro meio de aferição de velocidade para fins de autuação por infração de trânsito; os valores de arrecadação dos instrumentos mencionados nos itens anteriores, por período e por contrato, bem como a previsão de arrecadação prevista em instrumento contratual; e cópias dos respectivos contratos; seja encaminhado ao Diretor-Geral do DER-MG pedido de providências para a recuperação da via de acesso aos Municípios de Entre Folhas e Vargem Alegre; e seja encaminhado ao Diretor-Geral do DER-MG pedido de providências para a recuperação da via de acesso ao Município de Carangola, situado no entroncamento entre a BR-482 e a MG-111. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de abril de 2011.

Adalclever Lopes, Presidente - Celinho do Sinttrocel - Célio Moreira - Anselmo José Domingos.

### **ATA DA 12ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 14/4/2011**

Às 9h5min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Durval Ângelo e Sargento Rodrigues. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, dá-a por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a obter esclarecimentos sobre as transferências de policiais militares, sem obedecer ao devido processo legal, em especial os casos do 3º-Sgt. PM. Agnaldo Pereira da Silva, PM nº 105.908-8, de Matozinhos para Poços de Caldas, 16ª RPM; do Cb. PM. Alexandre Dias Félix, PM nº 106.321-3, de Matozinhos para Unaí, 18ª RPM; e do Major PM. Antônio Jose Zinato, de Belo Horizonte para Uberaba. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir o Coronel PM Hebert Fernandes Souto Silva, Corregedor da PM, representando o Coronel PM Renato Vieira de Souza, Comandante-Geral da PMMG; Paulo Vaz Alkimm, Ouvidor de Polícia do Estado de Minas Gerais; o Sr. Joaquim Urbano Pacheco Resende, membro da Comissão de Direitos Humanos da OAB-MG, representando William dos Santos, Presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB-MG; o Subtenente PM Luiz Gonzaga Ribeiro, Coordenador da Comissão de Direitos Humanos, representando o Subtenente PM Raimundo Nonato Menezes Araújo, Presidente da Associação dos Praças Policiais e Bombeiros Militares de Minas Gerais - Aspra -; o Sr. José de Arimatéia Ferreira de Castro, membro da Comissão de Direitos Humanos, representando o Cabo BM Álvaro Rodrigues Coelho, Presidente do Centro Social dos Cabos e Soldados da Polícia Militar e Bombeiro Militar de Minas Gerais - CSCS -, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Sargento Rodrigues, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais; logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Registra-se a presença dos Deputados Elismar Prado (substituindo o Deputado Paulo Lamac, por indicação do Líder do Bloco Minas Sem Censura), André Quintão e Rogério Correia. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Durval Ângelo (4) em que solicita seja encaminhado pedido de providências ao Corregedor e ao Comandante-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais com o Parecer nº 5.203/2011, da Procuradoria-Geral da ALMG, sobre denúncia de assédio moral apresentada por policial militar à Comissão de Direitos Humanos, juntamente com as notas taquigráficas da reunião, para que sejam tomadas as providências legais; sejam encaminhados ao Procurador da Justiça Militar do Estado, ao Ouvidor de Polícia do Estado, ao Subtenente PM Raimundo Nonato Menezes Araújo, Presidente da Aspra; ao Cabo BM Álvaro Rodrigues Coelho, Presidente do CSCS, e ao advogado Geraldo Lopes de Paula as notas taquigráficas da reunião e o Parecer nº 5.203/2011, da Procuradoria-Geral da ALMG, sobre denúncia de assédio moral apresentada por policial militar à Comissão de Direitos Humanos, solicitando, ainda, sejam enviados esses documentos ao Procurador-Geral de Justiça do Estado para as providências legais; sejam encaminhadas as notas taquigráficas da 11ª e da 12ª Reuniões Extraordinárias, realizadas nos dias 7/4 e 14/4/2011, respectivamente, ao Corregedor da Polícia Militar de Minas Gerais; sejam encaminhadas as notas taquigráficas da reunião ao Coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça e Defesa dos Direitos Humanos e de Apoio Comunitário - CAODH -; Sargento Rodrigues (2) em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para obter esclarecimentos sobre as denúncias encaminhadas ao Comandante-Geral da Polícia Militar do Estado, de assédio moral, sexual e de improbidade administrativa envolvendo oficial da 3ª Cia. Ind. de Iturama; e em que solicita sejam ouvidas na reunião as Sras. Marcilene Cristina Pereira da Silva e Angélica de Araújo Costa; Durval Ângelo e Sargento Rodrigues em que solicitam seja encaminhado ao Comandante-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais manifestação de protesto contra a instauração de procedimento disciplinar contra o Cabo PM Robert Martins de Barros, por haver ele procurado a Comissão de Direitos Humanos para fazer denúncia, o que ocasionou o cerceamento do direito constitucionalmente assegurado ao interessado pela Constituição Estadual de representar contra



ato omissivo ou comissivo de qualquer autoridade, além de acarretar indevida interferência no funcionamento de Comissão Permanente da ALMG, e, de forma mais ampla, do Poder Legislativo; Celinho Sinttrocel em que solicita seja realizada reunião conjunta de audiência pública da Comissão e da Comissão de Trabalho, da Previdência e da Ação Social para debater a forma como o Judiciário Trabalhista, o Ministério Público e o Ministério do Trabalho e Emprego vem se relacionando com o movimento sindical mineiro. São convidadas a fazer uso da palavra as Sras. Angélica de Araújo Costa, esposa do Sargento PM Agnaldo Pereira da Silva; e Marcilene Cristina Pereira da Silva, esposa do Cabo PM Alexandre Dias Félix. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença de dos parlamentares, dos convidados e dos demais participantes, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de abril de 2011.

Durval Ângelo, Presidente.



## ORDENS DO DIA

### ORDEM DO DIA DA 27ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM 19/4/2011

#### 1ª Parte

##### 1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

##### 2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

#### 2ª Parte (Ordem do Dia)

##### 1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

Votação da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome de Antônio Abraão Caram Filho para o cargo de Diretor da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais - Arsae-MG. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome de José Geraldo Oliveira Silva para o cargo de Presidente da Fundação Educacional Caio Martins - Fucam. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome de Ana Maria Pacheco para o cargo de Presidente da Fundação de Arte de Ouro Preto - Faop. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome de Carlos Alberto Pavan Alvim para o cargo de Diretor-Geral da Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais - IO-MG. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome de Coronel PM Eduardo Mendes de Sousa para o cargo de Diretor-Geral do Instituto de Previdência dos Servidores Militares do Estado de Minas Gerais - IPSM. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome de Antônio Carlos Barros Martins para o cargo de Presidente da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais - Fhemig. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome de José Elcio Santos Monteze para o cargo de Diretor-Geral da autarquia Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais - DER-MG. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome de Gerson Barros de Carvalho para o cargo de Diretor-Geral da autarquia Departamento de Obras Públicas do Estado de Minas Gerais - Deop-MG. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Discussão da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome de Tadeu José de Mendonça para o cargo de Presidente do Instituto de Metrologia e Qualidade do Estado de Minas Gerais - Ipem. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Discussão da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome de Jorge André Periquito para o cargo de Presidente da Fundação de Educação para o Trabalho de Minas Gerais - Utramig. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Discussão da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome de Altino Rodrigues Neto para o cargo de Diretor-Geral do Instituto Mineiro de Agropecuária - IMA. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Discussão da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome de Luiz Afonso Vaz de Oliveira para o cargo de Presidente da Fundação Rural Mineira - Ruralminas. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Discussão da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome de Irene de Melo Pinheiro para o cargo de Presidente da Fundação Helena Antipoff - FHA. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Discussão da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome de Solanda Steckelberg Silva para o cargo de Presidente da Fundação Clóvis Salgado - FCS. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.



Discussão da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome de José Cláudio Junqueira Ribeiro para o cargo de Presidente da Fundação Estadual de Meio Ambiente - Feam. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Discussão da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome de Marilena Chaves para o cargo de Presidente da Fundação João Pinheiro - FJP. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Discussão da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome de Jomara Alves da Silva para o cargo de Presidente da autarquia Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais - Ipsemg. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Discussão da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome de Octávio Elísio Alves de Brito para o cargo de Presidente da Fundação Centro Internacional de Educação, Capacitação e Pesquisa Aplicada em Águas - Hidroex. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

## **2ª Fase**

### **(das 16h15min às 18 horas)**

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 6/2011, do Governador do Estado, que dá nova redação ao art. 4º da Lei nº 18.682, de 28/12/2009, e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, da Comissão de Administração Pública, e com a Subemenda nº 1, que apresenta, à Emenda nº 1, da Comissão de Administração Pública.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 601/2011, do Deputado Arlen Santiago, que autoriza o Poder Executivo a doar à Prefeitura Municipal de Salinas o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

## **ORDEM DO DIA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 19/4/2011**

### **1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

### **2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de proposições da Comissão.

## **ORDEM DO DIA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 19/4/2011**

### **1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

### **2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 481/2011, do Deputado Alencar da Silveira Jr.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

## **ORDEM DO DIA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 19/4/2011**

### **1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

### **2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 313/2011, do Deputado Neilando Pimenta e do Deputado Fred Costa; 382/2011, do Deputado Célio Moreira; 581/2011, do Deputado Elismar Prado; 641/2011, do Deputado Doutor Viana; 656 e 657/2011, do Deputado Wander Borges; 665/2011, do Deputado Célio Moreira; 718/2011, da Deputada Rosângela Reis; 720/2011, do Deputado Almir Paraca; 742/2011, do Deputado André Quintão; 745/2011, do Deputado Carlin Moura.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 672/2011, do Deputado Rogério Correia; 14, 16 e 23/2011, do Deputado Elismar Prado; 60, 67 e 72/2011, do Deputado Fred Costa; 101 e 124/2011, do Deputado Elismar Prado; 142/2011, do Deputado Elismar Prado e do Deputado Almir Paraca; 197 e 245/2011, do Deputado Elismar Prado; 258/2011, do Deputado Fred Costa; 311/2011, do Deputado Alencar da Silveira Jr.; 378/2011, do Deputado Célio Moreira; 428/2011, do Deputado Sargento Rodrigues; 440/2011, do Deputado Célio



Moreira; 449, 452, 467, 468, 471, 487, 488, 496 e 500/2011, do Deputado Alencar da Silveira Jr.; 599 e 603/2011, do Deputado Arlen Santiago; 615/2011, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 650/2011, do Deputado Doutor Viana; 667/2011, do Governador do Estado; 690, 693, 695 e 699/2011, do Deputado Arlen Santiago; 717/2011, do Tribunal de Contas; 743/2011, do Deputado Carlin Moura; 781/2011, do Deputado Sávio Souza Cruz; 808/2011, do Deputado Gustavo Corrêa; 812/2011, do Deputado Zé Maia; 821/2011, do Deputado Fred Costa; 824/2011, do Deputado Zé Maia; 963/2011, do Deputado Inácio Franco.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 306/2011, do Deputado Alencar da Silveira Jr.; 527/2011, do Deputado Elismar Prado; 648/2011, do Deputado Doutor Viana; 666/2011, do Governador do Estado; 674/2011, do Deputado Sávio Souza Cruz; 706/2011, do Deputado Arlen Santiago; 747 e 748/2011, do Deputado Doutor Viana; 750/2011, do Deputado Durval Ângelo; 770/2011, do Deputado Doutor Viana; 790/2011, do Deputado Antônio Júlio; 814/2011, do Deputado Zé Maia.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

## **ORDEM DO DIA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 19/4/2011**

### **1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

### **2ª Parte (Ordem do Dia)**

Finalidade: debater sobre a situação do consumidor no caso de atraso na entrega, por parte de empresas de construção civil, de imóveis adquiridos na planta.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

## **ORDEM DO DIA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14 HORAS DO DIA 19/4/2011**

### **1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

### **2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 174/2011, do Deputado Alencar da Silveira Jr., e 247/2011, do Deputado Elismar Prado.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 396/2011, do Deputado Luiz Henrique, e 418/2011, do Deputado Duarte Bechir.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

## **ORDEM DO DIA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 19/4/2011**

### **1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

### **2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 210/2011, do Deputado Elismar Prado.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimento nº 399/2011, do Deputado Délio Malheiros.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

## **ORDEM DO DIA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 19/4/2011**

### **1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

### **2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de proposições da Comissão.



## EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Extraordinária da Assembleia Legislativa**

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembleia para as 20 horas do dia 19/4/2011, destinada, na 1ª Parte, à leitura e à aprovação da ata da reunião anterior; na 2ª Parte, na 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos, a saber: Indicações, feitas pelo Governador do Estado, do nome de Antônio Abrahão Caram Filho para o cargo de Diretor da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais - Arsae-MG -; do nome de Tadeu José de Mendonça para o cargo de Presidente do Instituto de Metrologia e Qualidade do Estado de Minas Gerais - Ipem -; do nome de Jorge André Periquito para o cargo de Presidente da Fundação de Educação para o Trabalho de Minas Gerais - Ultramig -; do nome de José Geraldo Oliveira Silva para o cargo de Presidente da Fundação Educacional Caio Martins - Fucam -; do nome de Ana Maria Pacheco para o cargo de Presidente da Fundação de Arte de Ouro Preto - Faop -; do nome de Carlos Alberto Pavan Alvim para o cargo de Diretor-Geral da Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais - IO-MG -; do nome do Coronel PM Eduardo Mendes de Sousa para o cargo de Diretor-Geral do Instituto de Previdência dos Servidores Militares do Estado de Minas Gerais - IPSM -; do nome de Altino Rodrigues Neto para o cargo de Diretor-Geral do Instituto Mineiro de Agropecuária - IMA -; do nome de Luiz Afonso Vaz de Oliveira para o cargo de Presidente da Fundação Rural Mineira - Ruralminas -; do nome de Irene de Melo Pinheiro para o cargo de Presidente da Fundação Helena Antipoff - FHA -; do nome de Solanda Steckelberg Silva para o cargo de Presidente da Fundação Clóvis Salgado - FCS -; do nome de José Cláudio Junqueira Ribeiro para o cargo de Presidente da Fundação Estadual de Meio Ambiente - Feam -; do nome de Marilena Chaves para o cargo de Presidente da Fundação João Pinheiro - FJP -; do nome de Jomara Alves da Silva para o cargo de Presidente da autarquia Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais - Ipsemg -; do nome de Antônio Carlos Barros Martins para o cargo de Presidente da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais - Fhemig -; do nome de José Élcio Santos Monteze para o cargo de Diretor-Geral da autarquia Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais - DER-MG -; do nome de Gerson Barros de Carvalho para o cargo de Diretor-Geral da autarquia Departamento de Obras Públicas do Estado de Minas Gerais - Deop-MG -; e do nome de Octávio Elísio Alves de Brito para o cargo de Presidente da Fundação Centro Internacional de Educação, Capacitação e Pesquisa Aplicada em Águas - Hidroex -; e na 2ª Fase, à apreciação dos Projetos de Lei nºs 6/2011, do Governador do Estado, que dá nova redação ao art. 4º da Lei nº 18.682, de 28/12/2009, e dá outras providências; e 601/2011, do Deputado Arlen Santiago, que autoriza o Poder Executivo a doar à Prefeitura Municipal de Salinas o imóvel que especifica; e a discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 18 de abril de 2011.

Dinis Pinheiro, Presidente.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 10/2011**

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Bonifácio Mourão, Duarte Bechir, Gilberto Abramo e Sávio Souza Cruz, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 19/4/2011, às 9 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para o 1º Turno da Proposta de Emenda à Constituição nº 10/2011, do Deputado Sargento Rodrigues e outros, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 18 de abril de 2011.

Rômulo Viegas, Presidente.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Extraordinária da Comissão de Participação Popular**

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Fred Costa, Antônio Lerin, Bosco e Carlin Moura, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 19/4/2011, às 9 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de debater a implementação de políticas públicas voltadas para os povos indígenas de Minas Gerais, de realizar balanço das ações governamentais no ano de 2010 e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 18 de abril de 2011.

André Quintão, Presidente.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Conjunta das Comissões de Direitos Humanos e do Trabalho, da Previdência e da Ação Social**

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Paulo Lamac, Antônio Genaro, Delvito Alves e Luiz Carlos Miranda, membros da Comissão de Direitos Humanos; a Deputada Rosângela Reis e os Deputados Luiz Carlos Miranda, Pompílio Canavez, Romeu Queiroz e Tadeuzinho Leite, membros da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social, para a reunião com a presença de



convidados, a ser realizada em 29/4/2011, às 9 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de debater as condições de saúde do trabalhador em Minas Gerais, em comemoração ao Dia Mundial em Memória das Vítimas de Doenças e Acidentes do Trabalho e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 18 de abril de 2011.

Durval Ângelo, Presidente.



## PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

### 24ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA

#### Discursos Proferidos em 12/4/2011

**O Deputado Delvito Alves** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o que nos traz hoje à tribuna desta Casa é exatamente o que preocupa não só a maioria dos parlamentares mineiros, mas toda a sociedade, toda a população do Estado. Nos últimos meses, o que presenciamos e vimos nesta Casa foi um verdadeiro bombardeio, sobretudo críticas dirigidas ao governo do Estado. Por isso, Sr. Presidente, venho hoje para exatamente fazer este pronunciamento em defesa do governo, uma vez que ele não merece ser achincalhado e humilhado pela maioria dos parlamentares do bloco da Oposição.

Nos últimos oito anos, frente ao êxito alcançado pelas ações do governo do Estado e à incapacidade de construir um discurso consistente, setores da Oposição em Minas decidiram agarrar-se à máxima do ministro de propaganda de Hitler, que dizia: “Uma mentira repetida mil vezes se torna verdade”.

Abraçada a esse eufemismo e incapaz de cumprir seu papel de fiscalização responsável, esses setores optaram por lançar mão de um ataque fácil, mas de grande apelo junto à sociedade e sobretudo entre os jornalistas. Criaram o bordão de que o governo de Minas censura a imprensa e interfere no livre funcionamento dos veículos de comunicação. Fixaram-se num único bordão como se fossemos um Estado ilhado e um povo totalmente sem conhecimento do que se passa em Minas. Uma acusação grave, arquitetada com dois claros objetivos: encobrir a fragilidade e a inconsistência política da Oposição em Minas e desmerecer os altos índices de aprovação da população às políticas governamentais executadas pelo então Governador Aécio Neves, hoje Senador da República, e pelo atual Governador Anastasia.

Pelo que se vê, trata-se puramente de uma jogada de “marketing”, sustentada ao longo desses oito anos em Minas, sob o disfarce do falso discurso da defesa da liberdade de imprensa.

Mas ao contrário do que pensa a Oposição, a grande vítima desse discurso não tem sido o governo. A população já percebeu e repudia o caráter falso e manipulador dessa acusação. Basta dizer que, em Belo Horizonte, onde se concentra a população mais crítica e há acesso mais amplo à informação, as inverdades da Oposição foram rejeitadas de tal forma que, nas últimas eleições, ela não conseguiu ultrapassar a fronteira de 20% dos votos. E isso depois de passar praticamente oito anos repetindo a mesma coisa.

Dessa forma, a grande vítima desse discurso tem sido a própria imprensa mineira e a imagem de seus profissionais. Justo Minas que, ao longo da nossa história, sempre se notabilizou por oferecer ao País jornalistas reconhecidos pela competência e pela ética. Muitos deles consagrados. Mas quem são, o que pensam e, o principal, o que fazem aqueles que em Minas se reservaram o direito de julgar e avaliar o trabalho dos jornalistas?

O discurso forjado sobre a censura em Minas tem outro claro objetivo: lançar uma nuvem de fumaça e desviar a atenção da população dos verdadeiros, estes sim, atentados cometidos contra a liberdade de imprensa e de expressão praticados pela Oposição. Vejamos: como pode falar em defesa e respeito da liberdade de expressão um partido político que no estatuto proíbe filiado de denunciar à imprensa qualquer irregularidade praticada por outro filiado?

O desrespeito do PT com a questão da liberdade de expressão é tão arraigado que não poupa mais nem seus filiados. É assombroso, mas o PT, no seu Código de Ética, proíbe seus filiados de falar em “off” com a imprensa para denunciar irregularidades cometidas por correligionários. Em plena era da liberdade de expressão, com a internet e a democratização dos meios de comunicação, o PT editou um novo Código de Ética que ameaça com expulsão o filiado que denunciar crimes praticados por seus membros.

Como pode falar em liberdade de opinião um partido cujo presidente da República ameaçou de expulsão um jornalista do “New York Times”, por ter criticado a pessoa do Presidente da República? O governo federal do PT pediu – e conseguiu – a demissão do jornalista Boris Casoy de uma emissora de TV. Quem afirma isso é o próprio jornalista. Em entrevista à “Isto É Gente”, ele diz: “Fui tratado como bandido”. Tudo isso aconteceu em 10/4/2006. E continua: “Foram várias pressões e a final do Zé Dirceu. Eram três assuntos em que eles - governo - não queriam nem que se tocasse. É o caso do Banestado, do Roberto Teixeira, advogado da Transbrasil e compadre do ex-Presidente, e do assassinato do ex-Prefeito de Santo André, Celso Daniel. Eu insistia que acabaria em pizza.”

Em 2004, setores do governo do PT tentaram controlar a produção de conteúdo das emissoras de TV e cinema do País por meio da criação da Ancinav. Depois, veio a tentativa de criação do Conselho Federal de Jornalismo, órgão que deveria ser destinado a regular a atividade dos profissionais de imprensa, mas que, no modelo proposto, mereceu o repúdio de todos os profissionais de imprensa independentes. Veja o que disse sobre isso o jornalista Alberto Dines, no seu “Observatório da Imprensa”: “A iniciativa é a mais inábil e atarantada já produzida na esfera da imprensa por algum governo, desde a redemocratização em 1985. Tanto no espírito como na forma rigorosamente autoritária e corporativa. A oportunidade, a justificativa e o conteúdo não poderiam ser mais funestos e inconvenientes. Parece homenagem ao onipotente Estado Novo, com toques de Mussolini, George W. Bush e Hugo Chávez.”

Para não deixar dúvida sobre qual é a posição do governo federal nesse quesito, veja a declaração do Assessor Especial da Presidência, Marco Aurélio Garcia, recém-chegado de uma visita oficial à Venezuela, no momento em que todas as entidades



defensoras das liberdades de imprensa na América Latina se uniam para denunciar o cerceamento à liberdade de expressão naquele país, com fechamento de veículos de imprensa e prisão de jornalistas: “Ao ser perguntado se a liberdade de imprensa tinha acabado na Venezuela, Garcia, que passou os últimos dias no país vizinho e se encontrou com Chávez na segunda-feira, reagiu com ironia: ‘Se acabou, deve ter sido apenas depois que eu saí’.” Isso foi publicado no jornal “O Globo”, em 5/8/2009.

Por fim, registramos o episódio recentemente protagonizado pelo PMDB e pelo PT de Minas, que chamou a atenção de toda a imprensa livre no País. Na campanha de 2010 para o governo de Minas, Hélio Costa, do PMDB, e Patrus Ananias, do PT, pediram à Justiça Eleitoral a prisão de um estudante “blogueiro”. O crime cometido pelo estudante? A divulgação em seu “twitter” pessoal de um vídeo com uma sátira política feita sobre o candidato. A reação autoritária do candidato do PMDB e do PT levou ao pedido de prisão. Renato Azevedo, em seu “blog”, em 24/8/2010, publicou: “Hélio Costa, que já foi jornalista, pede prisão de blogueiro! É o fim da picada!”.

O discurso de membros da Oposição que fingem defender a liberdade de imprensa revela, na verdade, uma postura absolutamente autoritária. São pessoas que se julgam no direito de dizer o que é certo e o que é errado. São pessoas que se atribuem o direito de julgar e decidir o que deve ser o conteúdo de uma cobertura jornalística. Deputado Bonifácio Mourão, se o conteúdo de uma matéria atende a seus interesses, o veículo é independente; se a realidade mostrada numa reportagem contraria os seus interesses, o veículo está censurado. O objetivo dessa campanha insidiosa que afeta a imagem dos jornalistas e da imprensa mineira tem como objetivo pressionar e constranger profissionais, principalmente os mais inexperientes, promovendo uma verdadeira patrulha ideológica contra aqueles que não produzem matérias favoráveis a seus interesses políticos. É a estratégia daqueles que desejam uma imprensa alinhada e submissa aos seus interesses. Ao dar o nome de Minas sem Censura ao seu bloco, a Oposição, a meu ver, cometeu um erro estratégico e revelou a verdade sobre sua ação. O que se vestia de compromisso com a verdade não passa de um bordão, um “slogan” partidário, uma mera ação de “marketing”. Em Minas temos, infelizmente, uma Oposição em busca de discurso perdido. Os mineiros não querem assistir a esse espetáculo. Querem, na verdade, assistir de nós, parlamentares, o debate em defesa do desenvolvimento e crescimento do Estado.

É isso que o bloco da Situação, Transparência e Resultado, propõe ao povo mineiro. Primeiro tentaram dizer que o déficit Zero não existia e tiveram de recuar diante dos documentos oficiais do governo federal e dos organismos internacionais reconhecendo, depois de anos, o equilíbrio das contas do Estado. Depois, criticaram o choque de gestão e tiveram de recuar diante da decisão do governo federal de adotar exatamente os mesmos preceitos e metodologias que o governo de Minas executou e consagrou com benefícios para a população. Acusaram o governo do Estado de apropriar-se de obras do governo federal e tiveram de recuar quando a realidade mostrou exatamente o contrário: governos do PT escondendo a participação do governo de Minas nas obras que apresentam como suas. Por fim, acusaram o governo do Estado de não investir no social e tiveram de calar-se, constrangidos diante do fato de Minas ter atingido as metas do milênio fixadas pela ONU para medir avanços sociais, muitos anos antes do prazo. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, agora, no dia 28/3/2011, no Palácio das Artes, em Belo Horizonte, no lançamento do programa Rede Cegonha, tiveram de escutar a Presidente Dilma dizer que escolheu Minas para lançar um novo programa federal em reconhecimento aos avanços obtidos na área de saúde no Estado nos últimos anos. Muito obrigado.

**O Deputado André Quintão (em aparte)\***- Sr. Presidente, cumprimento o Deputado Delvito Alves, que traz um assunto político importante. Esta é uma Casa democrática, e é importante que os partidos e os blocos de situação e de oposição possam manifestar suas posições. Discordo do nosso companheiro, o Deputado Delvito Alves, frontalmente, com relação às críticas dirigidas ao Partido dos Trabalhadores. Se há um partido que dispõe de mecanismo democrático interno, ele se chama PT. O Partido dos Trabalhadores escolhe seus candidatos em convenções, em prévias. Não faz como, por exemplo, o partido que escolhe seus candidatos à Presidência da República em almoços nos restaurantes luxuosos de São Paulo. Este é um partido que não deixa um mineiro chegar à Presidência da República e que precisou do PT para uma mineira chegar a esse cargo. Se dependesse do partido do ex-Governador Aécio, Minas Gerais não chegaria nunca à Presidência da República, porque o PSDB é um partido comandado pelo tucanato paulista, sem nenhum tipo de mecanismo democrático. Mas esse não é problema meu e sim do PSDB; o meu problema é o PT, que vai muito bem com o governo da Presidenta Dilma, recorde em popularidade, completando 100 dias com a mostra de várias realizações, até mesmo o programa Rede Cegonha. Estranha-me essa crítica, relacionada ao chavismo, à Venezuela. Exemplo de chavismo ou indução de comportamento ou ideologia é o episódio da charge em uma prova aplicada pelo Estado, Deputado Carlin Moura. Uma charge induzia os estudantes de Minas Gerais a avaliarem negativamente o ex-Presidente Lula. Imaginem se isso ocorresse em uma prova do Enem, por exemplo. O mundo cairia. Felizmente, o Bloco Minas sem Censura, muito atento, identificou esse banco de questões, que deve ser um banco ideológico tucano de questões dirigidas à avaliação. Parece-me que a Ana Gazzola, Secretária de Educação, pessoa muito competente e séria, agiu prontamente, mandando retirar essas questões. Esse banco de questões ideológicas foi feito no governo passado, no governo Aécio. Isso é muito grave, Deputado Delvito Alves. Imagine um exame de avaliação fazer propaganda político-ideológica. Isso, sim, é um exemplo de Goebbels, de propaganda ideológica. O PT não faz isso; o PT é tranquilo. V. Exa. expôs questões importantes, que discutiremos no momento adequado, mas essa charge merece discussão. Quantas questões continha esse banco de dados do governo? Imaginem. Só descobrimos duas, mas isso é muito grave, Deputado Delvito. O desempenho do aluno é melhor, quanto mais ele elogia o PSDB. Se faz uma avaliação positiva do PSDB, passa. O aluno e a escola não são avaliados; não importa se a escola está funcionando. Isso, sim, é muito grave, e gostaria de deixar isso aqui registrado.

**O Deputado Delvito Alves** - Agradeço a participação do brilhante Deputado André Quintão. Só mesmo para concluir, com a palavra, o Deputado Bonifácio Mourão.

**O Deputado Bonifácio Mourão (em aparte)** - Deputado Delvito Alves, estamos acompanhando, com atenção, seu pronunciamento, que tem um conteúdo muito rico.

Quando mostra realmente o peso do governo federal na censura, V. Exa. cita inúmeros fatos, ao contrário da Oposição na Casa, que fala que havia censura no governo Aécio Neves-Anastasia, mas não cita fatos. V. Exa. enumera vários fatos. Assim é que se deve proceder. Quando V. Exa. mostra que houve censura por parte do governo federal, para valer, cita um fato atrás do outro. Cita, aliás, o



Estatuto do Partido dos Trabalhadores, que não permite que seus filiados divulguem as irregularidades por acaso cometidas por um deles. Isso está no art. 6º ou no art. 7º, e também tenho conhecimento dessa questão.

Mas gostaria de frisar que talvez o nome Bloco Minas sem Censura se deva à censura federal, mostrando que em Minas não há censura. Talvez por isso V. Exa. esteja apresentando essa prova. Eles foram muito felizes com esse nome. Aqui, na verdade, não há censura, pelo menos nunca foi citado. Fala-se que houve genericamente, mas V. Exa. está apontando os fatos. É por aí.

Para encerrar, foi mencionado que Minas Gerais não teria o Presidente da República se não fosse a Presidente Dilma ganhar. Mas ela precisa mostrar que é mineira, trazendo para nós a duplicação da BR-381 até Governador Valadares, o Anel Rodoviário e inúmeras outras obras que o governo federal tem ignorado, mas que faz em outros Estados.

Por fim, temos demonstrado que somos mineiros. Estamos procurando viabilizar a candidatura de Aécio Neves à Presidência da República. Vamos levar um mineiro verdadeiro, ao contrário da Oposição, prezados colegas Deputados Rômulo e Cássio, que está procurando inviabilizar totalmente o nome desse grande mineiro atacando-o diretamente e desmoralizando-o na sua casa, onde fez um dos maiores governos da história do Estado.

**O Deputado Delvito Alves** - Agradeço ao Deputado Bonifácio Mourão o aparte. Quero dizer a todos os Deputados desta Casa que o povo mineiro espera um pouco mais de nós. Nos últimos dois meses presenciamos fortes acusações contra o ex-Governador, mas o povo espera desta Casa um forte debate em defesa do crescimento e do desenvolvimento do Estado. Obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

**O Deputado Cássio Soares** - Boa tarde, nobres colegas e Sr. Presidente. É uma satisfação muito grande ocupar esta tribuna na tarde de hoje, tarde prestigiada pelos nobres colegas Deputados, para tratar de assuntos de alta relevância.

Entretanto, antes de falar sobre o tema bem abordado pelo Deputado Delvito Alves, nosso colega, quero falar da minha satisfação de representar nesta Casa Legislativa a região Sudoeste de Minas Gerais, juntamente com outros colegas Deputados da região. Sinto-me especialmente honrado por ser um membro escolhido pelo eleitorado do Sudoeste de Minas a ponto de resgatar a representatividade de minha cidade natal, o Município de Passos, cidade que nos brindou com grandes políticos como Joaquim de Melo Freire; como Neif Jabur, que foi Presidente desta Casa; como Márcio Maia, Deputado constituinte que foi colega do nobre Deputado Bonifácio Mourão; e, por fim, como o Deputado Cássio Baltazar de Freitas, eleito em 1990. De lá para cá, Passos ficou especialmente sem representatividade. Na eleição de 2010, tive a honra de ser eleito com pouco mais de 36 mil votos, sendo que mais de 21 mil eram do eleitorado de Passos. O restante, em quase sua maioria, era do eleitorado do Sudoeste mineiro, região em franco desenvolvimento, em franco crescimento. Honrarei o Sudoeste mineiro e estarei aqui combatendo e advogando em prol das causas da região, daquele povo que tanto necessita.

Como exemplo, devo citar os problemas de criminalidade que temos enfrentado em Passos. Neste ano já temos o número de homicídios cometidos em todo o ano passado. Houve uma ocorrência envolvendo menores reincidentes. Diante disso, propusemos uma audiência na Comissão de Segurança Pública - tive o apoio e o aval do Deputado João Leite, Presidente, da Deputada Maria Tereza Lara e do Deputado Sargento Rodrigues. No dia 6 de maio realizaremos uma audiência pública dessa Comissão para tratar de assuntos relacionados à criminalidade e à segurança pública não só de Passos, mas de toda a nossa região Sudoeste.

Pois bem, Sr. Presidente, dando prosseguimento ao que disse o Deputado Delvito Alves e acompanhando seu raciocínio, acho que o que tem sido dito permanentemente pelo bloco oposicionista desta Casa soa, no mínimo, como irresponsável. A acusação de que há censura à imprensa em Minas Gerais passa longe de ser verdade.

Minas Gerais é terra de grandes jornalistas; Minas Gerais é terra de uma imprensa séria, de uma imprensa atuante, que promove neste Estado a democracia, a qual se torna modelo para todo o Brasil e para toda nossa nação. Minas Gerais é terra de Alvaro Teixeira da Costa, de Emanuel Carneiro, de Márcio Dotti e do nosso saudoso Jorge Batista, que pertenceu aos quadros e também foi um dos fundadores do PT. Temos órgãos respeitadíssimos, como Diários Associados, aqui representados pelo "Estado de Minas" e pela TV Alterosa. Temos o jornal "O Tempo", o jornal "Hoje em Dia", a rádio Itatiaia; a Rede Record e o PPV da Rede Globo. Enfim, temos importantes órgãos de imprensa que atuam promovendo a democracia em nosso Estado.

Deputado Bonifácio Mourão, vigilante dos interesses públicos do nosso povo mineiro, pode ser que o bloco oposicionista esteja confundindo um pouco censura com eficiência e qualidade de uma equipe de comunicação, montada ao longo dos oito últimos anos do governo Aécio Neves e do último ano do governo Anastasia. É uma equipe de comunicação extremamente preparada e qualificada. Penso que a liberdade de imprensa em Minas Gerais é respeitada pelo governo de Minas, pelos nossos estadistas, o Senador Aécio Neves, Governador ao longo desses últimos anos, e pelo nosso Governador Antonio Anastasia. Eles se mostram extremamente democráticos em relação à área de comunicação, de imprensa de Minas Gerais, sem contar que o que mais se viu nos últimos 8 anos foram pautas positivas para que a imprensa mineira se esbaldasse com notícias importantes e interessantes para o nosso povo mineiro, sejam elas nas áreas da educação, da saúde, da segurança ou do meio ambiente. Enfim o governo de Minas, ao longo desses últimos anos, somente nos brindou com notícias importantes, interessantes e de grande valia para o povo mineiro.

O crescimento do BIP em 2010, apresentado e festejado nacionalmente pela Presidente Dilma Rousseff, mostra o resultado do sério governo mineiro em Minas Gerais. Temos um crescimento de 10,9%, superior a grandes economias mundiais, um índice de crescimento jamais visto em nosso Estado. Temos que, minimamente, apoiar um governo sério, que se propõe a seguir adiante e a levar o desenvolvimento, principalmente, para as regiões mais carentes do Norte de Minas, dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri. Constatamos um Índice de Desenvolvimento Humano cada vez mais crescente.

Enfim, temos de aplaudir a postura séria e honesta da imprensa mineira e aprender como fazer um bom trabalho com a equipe de comunicação do governo de Minas. Ouvimos aqui, mais cedo, que o PT é um partido que atua democraticamente, porém não foi isso a que assistimos na discussão da sucessão do governo do Estado na última eleição. Assistimos a uma imposição da executiva nacional para que o candidato do PT, em Minas Gerais, fosse o então Senador Hélio Costa, em detrimento de duas grandes cabeças petistas em Minas Gerais, que são Patrus Ananias e Fernando Pimentel. Portanto, temos de ser responsáveis quanto à atuação da imprensa mineira e do governo mineiro quanto à imprensa.



**O Deputado João Leite (em aparte)** - Muito obrigado, Deputado Cássio Soares. Quero elogiar seu pronunciamento, jovem liderança vinda do nosso Sudoeste, região tão maravilhosa e importante, com as escarpas do Lago de Furnas. Seja muito bem-vindo.

É interessante porque ouvimos algumas coisas que parecem vir de fora do planeta. Nós servimos este governo desde o início, e aqui há vários Deputados que o serviram - V. Exas., Deputados Rômulo Viegas e Bonifácio Mourão, e eu, que fui Secretário do governo. Quando falam do Governador Aécio Neves, repetem sobre o mais querido, pois adoram falar sobre o mais querido, estão falando de nós também. Não permitiremos isso porque sabemos a qual governo servimos. Um governo de gestão séria, de sentarmos à mesa para discutir os problemas de Minas Gerais, de nos esforçarmos, de sairmos da Secretaria, algumas vezes, às 2 horas da manhã, trabalhando. Então, não é do nosso governo que estão falando, não têm dados para isso. V. Exa. tem dados da sua área, segurança pública. Até hoje Minas Gerais não tem um presídio federal, os recursos não vieram para Minas Gerais. V. Exa. tem os números de um governo que praticamente nada fez na área de segurança em relação a Minas Gerais. Estão aí as nossas estradas federais, com contingentes da Polícia Rodoviária Federal cada dia minguando mais. Temos os números.

Concordo com V. Exa. quanto à censura. Os nossos jornalistas são muito sérios. Isso é café requentado, não têm o que falar. O tempo todo falam disso. Ficam o tempo todo falando do mais querido. Quando estão falando de Aécio Neves, estão falando sobre nós, porque somos desse time, um time que trabalhou duro. Lembro-me de quando foi determinado pelo Governador Aécio Neves o corte de 30% para nos adequarmos. Não podíamos colocar assessores. Fizemos o dever de casa, trabalhamos duro junto ao Governador Aécio Neves. O que ele e nós estamos colhendo foi fruto de trabalho sério, que ninguém manchará. Não ficaremos calados, porque fazemos parte disso. E trabalhamos com muita seriedade.

Parabéns pelo seu trabalho. V. Exa. é uma voz importante na área de segurança e detém os números ou a falta de números de investimento do governo federal em Minas Gerais, em segurança. Muito obrigado.

**O Deputado Cássio Soares** - Eu é que agradeço, Deputado João Leite. Teremos oportunidade de debater sobre a segurança pública e a relação que o governo federal tem com o governo do Estado de Minas quanto aos repasses de investimentos em segurança pública.

**O Deputado Rômulo Viegas (em aparte)\*** - Cumprimento o Deputado Cássio Soares e o parabenizo pelo pronunciamento, relembro a brilhante atuação de V. Exa. na equipe do governo de Minas na Secretaria de Defesa Social. V. Exa. faz um pronunciamento muito sério, bastante íntegro, correto, porque, como disse o Deputado João Leite, esse negócio de censura já está virando um café requentado. Alguns integrantes, nem todos, do Bloco Minas sem Censura volta e meia falam nisso. Gostaríamos que nos explicassem como ficou a situação, na época, do grande jornalista Bóris Casoy, o que aconteceu com ele há alguns anos. Gostaríamos de explicações do que aconteceu há alguns anos com o jornalista do "New York Times". Ah, Deputado Cássio Soares, se fosse o Presidente Fernando Henrique que tivesse pedido a expulsão do jornalista do "New York Times", a censura estaria dilatada. Mas não foi, foi o ex-Presidente.

Então, gostaríamos que, quando fosse citada a palavra "censura", colocassem todos os planos e todas as esferas de governo. Parabéns pelo seu pronunciamento.

**O Deputado Cássio Soares** - Agradeço, Deputado Rômulo. Reafirmamos aqui a boa intenção do governo do Estado. Sou prova disso. Participei da equipe de governo no segundo mandato do Governador Aécio Neves, na área de segurança pública, uma área bastante sensível. Em momento algum, nós nos furtamos de reconhecer possíveis falhas e também tivemos a sinceridade e a honestidade na prestação de informações.

**O Deputado Paulo Guedes (em aparte)\*** - Expresso a V.Exa. as boas-vindas a esta Casa.

Sabemos, agora, que V. Exa. foi funcionário do governo anterior. Entendemos as suas colocações, mas cabe aqui o contraditório.

No que diz respeito à censura, os Deputados que me antecederam disseram que os jornalistas de Minas são bem-intencionados. Concordamos com essa informação. O problema não são os jornalistas, mas os chefes de redação, os donos de jornais. A censura é acertada, Deputado Sávio Souza Cruz, por cima. Essa nota que o Bloco Minas sem Censura está distribuindo hoje, em solidariedade ao dia do jornalista, é para expressar a nossa solidariedade aos jornalistas que, às vezes, fazem a matéria, mas ela é censurada na hora da publicação. É esse tipo de coisa que não aceitamos e que acontece aqui em Minas há muito tempo. Essa, sim, é uma forma disfarçada de uma ditadura branca, que se instalou no Estado há muito tempo, basta olharmos que as coisas, agora, começaram a quebrar. A criação do nosso bloco com esse nome encaixou de forma certa, porque foi a maneira que encontramos para enfrentar esse bloqueio, a ditadura branca instalada aqui, em Minas Gerais, para dizer ao povo mineiro as coisas verdadeiras que, de fato, vêm acontecendo, como as contas do ex-Governador Aécio Neves. Ontem, tivemos o prazer de ver, pela primeira vez, um jornal estampar na manchete a realidade sobre as contas da gestão de Aécio, rejeitadas. Ele aplicou apenas 7% na saúde, quando deveria ter aplicado 12%; 20% na educação, quanto tinha de ter aplicado 25%. Isso está vindo às claras agora.

Portanto parabenizo aos nossos companheiros do bloco e aos jornalistas que estão se encorajando para enfrentar a ditadura branca. Muito obrigado.

**O Deputado Cássio Soares** - Muito obrigado, Deputado Paulo Guedes. Essa é a beleza da democracia.

São pontos de vista diferentes quanto ao mesmo tema, ao mesmo assunto. O Deputado Paulo Guedes prefere enxergar por essa ótica. Prefiro acreditar na competência e na qualificação da equipe de comunicação do governo ao longo desses últimos oito anos e que permanece, desde já, com o olhar atento por parte do Governador Anastasia, da equipe de comunicação. Foi criada agora a Secretaria de Comunicação, a subsecretaria.

Enfim, Sr. Presidente. É o que temos a dizer. Estaremos sempre vigilantes quanto aos interesses do povo mineiro. Muito obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

**O Deputado Rômulo Viegas\*** - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, telespectadores que nos acompanham pela TV Assembleia neste momento, envio um abraço carinhoso a todos os amigos da Região das Vertentes, do Sul de Minas e do Norte do Estado.

Sr. Presidente, de acordo com a nossa liberdade natural de entendimento, raciocínio, percepção e compreensão, uma parcela altamente expressiva da nossa população - ou seja, a grande maioria do conjunto de pessoas que compõem a nossa sociedade, tais



como políticos, jornalistas, trabalhadores, estudantes, acadêmicos, empresários e eleitores, ou seja, esse percentual expressivo e positivo do cérebro pensante da nossa comunidade - gostou muito do pronunciamento do Senador Aécio Neves. É obvio e justo que dentro desse contexto apareça o contraditório, porém, repito, para mim e muitas outras pessoas, Aécio Neves fez no Senado um pronunciamento à altura do brilhante êxito de sua carreira. Fez críticas, mas também elogiou. Sugeriu um debate que não parta para impicâncias pessoais, mas em que haja sugestões para corrigir erros e apontar soluções.

O neto de Tancredo Neves, de quem herdou habilidades especiais, principalmente a arte de unificar pensamentos pouco convergentes, conseguiu, com seu discurso, dar atenção especial à metade da população brasileira que clama por uma liderança efetiva logo após o término das eleições presidenciais. Foi elogiado, Sr. Presidente, sem exceção, por todos os Senadores e Senadoras. Preste atenção, caro Deputado Bruno Siqueira: o Senador Jorge Viana, do PT, afirmou que Aécio Neves, após seu discurso, trouxe um dia histórico para o Senado, pelo conteúdo e clareza do pronunciamento. Disse também que, quando Governador do Acre, fez parceria entre PT e PSDB e conseguiu o desenvolvimento para o seu Estado. Disse também que, quando Governador, teve oportunidade de estreitar muitos laços políticos e administrativos com o então Governador Aécio Neves.

Caro Deputado João Leite, já o Senador Walter Pinheiro, do PT da Bahia, disse que Aécio não representa uma Oposição que tira o sono e o sonho da Situação; pelo contrário, representa uma Oposição saudável que vai inaugurar um novo momento na história do Senado e do Brasil.

Caro Deputado Bosco, disse também que, quando Aécio Neves foi Presidente da Câmara Federal - quem disse isso foi o Senador Walter Pinheiro -, promoveu a melhor gestão administrativa da Casa.

Portanto, meus amigos, venho, nesta tribuna, declarar o orgulho que sinto ao ver o nosso líder, o mais querido, Aécio Neves, se destacando no Senado e se consolidando como grande liderança nacional. Caro Deputado Gustavo Corrêa, não apenas pelo histórico de Aécio, mas pela sua cortesia, elegância e, sobretudo, sua capacidade política de articulação, de diálogo que o levou a receber elogios de vários parlamentares do Congresso.

Aécio Neves chamou para os próximos debates temas importantes como: privatizações; políticas assistenciais; pacto federativo; bandeira municipalista; combate à inflação, que já está acordada; e papel do Estado.

Aécio solicitou uma agenda propositiva com o envolvimento de todos, para tratar com mais profundidade, Deputado João Leite, o assunto das privatizações e da estatização, de modo a esclarecer com fundamentação essas questões e apresentá-las à população, para que o nosso povo possa verificar o que é melhor para o País.

Fico muito feliz, Sr. Presidente, pois o discurso de Aécio mobilizou o Senado e trouxe ânimo aos parlamentares, para, juntas, Situação e Oposição, debaterem e apresentarem boas soluções para a nossa pátria.

Srs. Deputados e Sras. Deputadas, talvez algumas pessoas, Deputado Gustavo Corrêa, esperassem um discurso de “borogodó”, com mais energia, em que fossem apresentadas denúncias de corrupção, ou de ataques mais sangrentos ao atual governo federal.

Não, ao contrário. Aécio Neves teve energia suficiente, elegância e disposição para falar e ouvir. Além disso, posicionou-se de tal forma que deu oportunidade aos governistas para defenderem o governo e também criticarem as ações do seu próprio partido, o PSDB.

Portanto, para mim e muitas pessoas, Aécio Neves apresentou ao Senado um novo modelo de interlocução política, objetivando avanços expressivos na ação do Parlamento. Por meio do seu discurso, Aécio conseguiu mostrar que o Congresso Nacional é um lugar ativo da República e que, das suas tribunas, saem recados e orientações de valor inestimável para a consolidação da nossa democracia.

E, no final, Sr. Presidente, percebi que não há nenhum deserto de homens nem de ideias reinantes na política nacional, pois no Senado Federal há, sim, homens e mulheres da Situação e da Oposição que estão aptos a exercer as suas funções. Foi uma verdadeira aula de política que Aécio Neves nos deu naquela tarde. Em hipótese nenhuma, o Senador Aécio Neves foi para o Senado como um lutador de boxe, mas sim como um palaciano, um rei da democracia. Logo, é motivo de orgulho termos o nosso ex-Governador, ex-Deputado Federal e atual Senador norteando a política do Parlamento da nossa Capital brasileira.

**O Deputado Gustavo Corrêa (em aparte)\*** - Caro amigo Deputado Rômulo Viegas, parabeno-o mais uma vez por este belo discurso que hoje faz nesta Casa. Como V. Exa. bem disse, o Senador Aécio Neves, nosso queridinho, o mais querido de todos os mineiros, na última semana mostrou as suas ideias e fez ponderações sobre o Brasil. Sou contra aquele ditado que diz que toda unanimidade é burra. Quem pôde assistir, Na última quarta-feira, ao discurso do Senador Aécio pela TV Senado e, no dia seguinte, pelo noticiário concorda que foi uma unanimidade, pela sua forma de ser e pela transparência e, mais do que isso, por propor ao País uma agenda positiva, na qual suas ideias foram claramente expostas. Todos os partidos, sejam ou não da base governista - diga-se de passagem, a base governista surgiu no Senado naquele dia de uma forma como não se via nos últimos anos -, foram unânimes em dizer que o Senador Aécio é, sem dúvida nenhuma, a grande liderança, não apenas da Oposição, que surge no nosso país.

Aproveito a oportunidade para parabenizar pelas palavras o Deputado Cássio Soares, jovem parlamentar que certamente representará muito bem o Sul de Minas nos próximos quatro anos.

Deputado Rômulo Viegas, o que mais me chama a atenção é que o Deputado Paulo Guedes, num aparte ao Deputado Cássio Soares, apresentou alguns dados que, na minha opinião, não condizem com a realidade. Na verdade, ele disse que as contas do Governador foram rejeitadas. Pelo que me consta, não foram. O órgão técnico entendeu que havia algumas questões que deveriam ser corrigidas. O governo do Estado as apresentou, e o Plenário acabou acolhendo essas duas.

O que mais me preocupa é o que li hoje na “Folha de S. Paulo”, que é considerado o jornal de maior circulação nacional, aliás, nem precisei abri-lo porque estava escrito em sua primeira página. O jornal dizia que o Tribunal de Contas da União confirma superfaturamento no pagamento de serviços fantasma realizados pelo PT para a produção de 5 milhões de cartilhas nos anos de 2003 a 2005 utilizando a verba pública. Deputado Paulo Guedes, o Tribunal de Contas solicita que o Sr. Luiz Inácio Lula da Silva devolva aos cofres e ao erário nacional a cifra de R\$11.700.000,00. Esse é um sinal de que, mais uma vez, há má aplicação dos recursos em prol da promoção pessoal.



Quero aqui parabenizar V. Exa. por esse discurso e dizer que, com certeza, Minas Gerais continua no caminho certo, o do progresso, fazendo ligações asfálticas, levando a telefonia celular a várias regiões, entre outras ações implementadas.

**O Deputado Rômulo Viegas\*** - Serei breve, Sr. Presidente. O que foi alertado pelo Deputado Gustavo Corrêa é fundamental. O eleitor e todos os que nos assistem têm de tomar cuidado. Isso porque, aqui na Casa, a Situação vai apresentar números, a Oposição vai apresentar números. Vejam bem, as ferramentas de controle e fiscalização das contas públicas das três esferas de governo - federal, estadual e municipal - são o Tribunal de Contas da União, a Controladoria-Geral da União, o Ministério Público Federal e o Parlamento, Deputados Federais e Senadores. Em Minas Gerais é da mesma forma, o Tribunal de Contas do Estado, o Ministério Público Estadual e a Assembleia Legislativa. Então, prestem atenção, com números para lá, números para cá, dou um conselho: se você acessar o "site" do Tribunal de Contas da União, verá que também os analistas, os auditores de tal órgão detectaram inúmeras irregularidades, apresentaram várias ressalvas no mandato do ex-Presidente Lula. Não estou aqui dizendo que ele está errado ou certo, sabem por quê? No final, quem vai decidir se o ex-Governador Aécio Neves errou, se o Presidente Lula errou é a Justiça. Esses órgãos apontam irregularidades, não podem condenar, contam com aparelhamento técnico para informar, mas a Justiça ao final é quem dá o veredicto: se o Lula realmente errou, se o Aécio Neves realmente errou. O que vocês vão assistir será sempre isto: a Oposição apresentando números; a Situação apresentando números. Então, um conselho de quem tem experiência política: aguardem o julgamento final.

**O Deputado Paulo Guedes (em aparte)\*** - Gostaria de me manifestar em 1 minuto, porque fui citado pelo colega Deputado Gustavo Corrêa. Quando ele diz que eu apresento números para confundir as pessoas, a verdade não é essa. A matéria é clara, muito clara. Ela diz de forma clara que, por unanimidade, todos os técnicos do Tribunal de Contas apontaram as irregularidades. Os técnicos é que estudam, analisam. Sabemos que os Conselheiros são políticos, indicados pelo próprio Governador ou por esta Casa, onde o Governador tem ampla maioria. Que fique bem claro isso aqui; aliás, é uma crítica que o jornal faz de forma clara e substancial.

Então estamos querendo dizer aqui que, quando se deixa de investir um bilhão e meio na saúde, só no ano de 2009, - o que certamente também aconteceu em 2010 e, se não tomarmos providência, acontecerá agora - vemos a situação refletida nos hospitais públicos do Estado. Na minha região, a saúde está capenga, os hospitais estão fechando. Há filas e mais filas nas portas dos hospitais. São prejuízos na educação, no salário dos professores, na qualidade do ensino, quando o Governador deixa de aplicar 3 bilhões na educação apenas em um ano, em 2009. Isso está demonstrado de forma clara, contabilizado pelos técnicos do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, e não observado, de forma absurda, pelos Conselheiros do Tribunal, que são, na sua maioria, indicados pelo Governador. Que se registre isso! Muito obrigado, Deputado.

**O Deputado Rômulo Viegas\*** - Muito obrigado, Deputado Paulo Guedes. Gostaria de alertar V. Exa.: os Conselheiros do Tribunal de Contas da União são também indicados pelo Presidente da República. Então esse é um questionamento que tem de ser feito em nível nacional, têm de se alterar os preceitos constitucionais.

**O Deputado Duarte Bechir (em aparte)** - Sr. Presidente, o que foi dito aqui pelo Deputado que nos antecedeu... Ao contrário do que a reportagem do jornal sugere, a Comissão Técnica do Tribunal de Contas do Estado não se manifestou contra a aprovação das contas do Governo do Estado no exercício de 2009. Como pode ser observado, o relatório da Comissão Técnica limita-se a apresentar questionamentos, o que é absolutamente natural.

Fui Prefeito de Campo Belo. Todas as prestações de contas da nossa gestão vieram com questionamentos. A indicação dos membros da Corte em Minas Gerais segue regularmente a Constituição Federal. É o que é feito na Constituição Federal. Se os nossos opositores consideram que isso está errado, por favor, apresentem uma emenda à Constituição, para que não possa ser feito lá o que não pode ser feito aqui. Acredito que estão confundindo carne de caçarolinha com espingarda de caçar rolinha. É completamente diferente do que foi dito até agora: questionamento. É só isso, Sr. Presidente. Obrigado.

**O Deputado Rômulo Viegas\*** - Sr. Presidente, para encerrar, deixo um alerta a quem nos assiste: cuidado! Números para lá e para cá, esperem decisões finais. Um abraço a todos e parabéns ao grande Senador Aécio Neves, o mais querido de todos.

\* - Sem revisão do orador.

**O Deputado Elismar Prado\*** - Obrigado, Sr. Presidente. Srs. Deputados, Sras. Deputadas, telespectadores, imprensa, presentes. Trago a esta tribuna a prestação de contas da visita, no último dia 5 de abril, à Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel. Foi uma audiência pública, em cuja pauta constava a revisão tarifária da Cemig para 2011. Entre outros assuntos - tratava também da tarifa de outras concessionárias -, o da Cemig era o reajuste anual.

Aliás, como se falou muito aqui da imprensa, infelizmente, informo que a imprensa não noticiou toda a verdade com relação à audiência pública do dia 5 de abril na Aneel. Ela omitiu uma informação importante, que foi a própria solicitação da Cemig. Nessa audiência pública, a empresa solicitou um reajuste para 2011 de 13,43%. Estivemos lá, eu e o Deputado Weliton Prado. Ressalto que novamente estranhemos a ausência do Conselho de Consumidores da Cemig, que é igual a cabeça de bacalhau, existe, mas ninguém nunca vê. Estivemos em diversas audiências públicas da Aneel, discutindo tarifas e outras questões importantes para os consumidores de Minas e nunca conseguimos encontrar um membro do Conselho de Consumidores dessa empresa, que existe para defender os interesses dos consumidores, mas que nunca participa das reuniões. Sempre denunciemos isso. Deve ser um conselho capturado pela empresa, pois nunca está presente para fazer a defesa dos consumidores. Eu e o Deputado Weliton Prado, que é membro da Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara dos Deputados, fomos os únicos inscritos para representar e defender os consumidores de Minas Gerais.

Portanto, a Cemig, na audiência pública da Aneel - estavam lá advogados e representantes da empresa -, solicitou um reajuste de 13,43%. Apresentamos nossas contribuições, que foram protocolizadas. Aliás, conseguimos com a direção da Aneel aprovar alguns pontos. Para exemplificar, uma das contribuições que apresentamos - e que foi acatada - foi o fato de a Diretoria da Aneel negar à Cemig receber o retroativo correspondente ao PIS e Cofins dos anos de 2004 a 2005. Portanto, acatando nossa contribuição, a direção da Aneel indeferiu o pedido da Cemig, o que contribuiu para que realmente fosse negado o pedido de aumento de 13,43%, e fixou um aumento para os consumidores residenciais de 6,61%. A tarifa foi menos da metade do que a Cemig solicitou para baixa tensão. Ou



seja, a partir do mês de maio, os consumidores residenciais vão receber a conta de luz com reajuste de 6,61% enquanto os consumidores de alta tensão, que são as grandes empresas e indústrias, vão receber o aumento de 9,02%.

Sr. Presidente, não admitimos nenhum tipo de aumento. Nada justifica.

A Cemig fatura mais de R\$2.000.000.000,00 por ano. No entanto, ela vem apresentando uma queda na qualidade da prestação de serviço, o que é um absurdo. Já morreram dezenas de funcionários terceirizados da Cemig e também tivemos a tragédia em Bandeira do Sul. Inclusive, estou com a representação que será levada ao Ministério Público Estadual acusando a Cemig de propaganda enganosa. Afinal, para que ela possa dizer que é “A melhor energia do Brasil”, tem de fazer jus a esse “slogan”.

Percebemos que isso não é realidade. Por exemplo, em Bandeira do Sul, 15 jovens morreram porque a rede de energia elétrica estava totalmente desprotegida. Há linhas com mais de 30 anos nessa situação, mas puseram a culpa simplesmente na serpentina. Sabemos que não é verdade porque nós, fora da comoção daquele momento, fizemos um estudo minucioso e percebemos que se trata de uma questão muito mais profunda. Aliás, o próprio serviço de atendimento da Cemig recebe mais de 3.500 chamadas relacionadas a fios partidos em todo o Estado de Minas Gerais, e muitas vezes a equipe de eletricitistas da Cemig leva mais de duas horas para chegar ao local, o que gera um iminente risco a toda população de Minas.

Nas próprias informações dos trabalhadores e do Sindieletrô, que é o sindicato do setor elétrico, levantadas e publicadas no panfleto sobre essa tragédia de Bandeira do Sul, há a afirmação de que, realmente, a rede elétrica é desprotegida, com mais de 3.500 fios partidos, por mês, no Estado, mas simplesmente não há um sistema de proteção. Na verdade, quando um fio desse se rompe, ele deveria já cair ao chão desligado, sem energia.

Portanto, apresentamos essa ação ao Ministério Público Estadual, juntamente com o Deputado Weliton Prado. Aliás, representamos denúncias ao Procurador da Aneel, Márcio Pina, relativas à precária qualidade de serviços prestados pela Cemig. Ele acatou o pedido, que foi aprovado na reunião da Aneel, para que seja feita uma investigação sobre a qualidade da energia elétrica da Cemig.

**O Deputado Sávio Souza Cruz (em aparte)\*** - Deputado Elismar Prado, quero cumprimentá-lo pela importância do tema. Tudo indica que a base do governo continuará em obstrução. Como estou receoso de não poder fazer uso da palavra, peço-lhe esse aparte para que eu possa fazer algumas considerações.

Primeiramente, gostaria de dizer que a nomeação dos blocos parlamentares nesta Assembleia Legislativa tem claramente um caráter deliberativo. Elas refletem aquilo que os blocos desejam. E o que se deseja ou o que se almeja, obviamente, é aquilo que ainda não se conseguiu. Portanto, o nosso bloco é denominado Minas sem Censura porque esse é o nosso desejo, o nosso alvo. Da mesma forma, o bloco governista se autodenominou Transparência e Resultado. O que ele propugna é que, numa visão deles, consigam-se transparência e resultado em Minas Gerais. Obviamente, aquilo que se busca é o que não se tem. O bloco governista considera, portanto, que inexistem em Minas tanto transparência como resultado.

Aproveito ainda para dizer que na semana passada transcorreu o Dia do Jornalista, e o bloco Minas sem Censura tentou divulgar uma nota. Aproveito esse aparte para ler esta nota para que os telespectadores da TV Assembleia possam tomar conhecimento: (- Lê:)  
“Nota de desagravo aos jornalistas mineiros: na passagem do Dia do Jornalista, os Deputados do Pcdob, PMDB, PRB e PT na Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, todos integrantes do Bloco Minas sem Censura, vêm expressar, de público, a sua solidariedade para com os jornalistas mineiros que estão desde 2003 impedidos de publicar matéria que possa comprometer a imagem do ocupante do Palácio do governo do Estado. De fato, em que pesem suas reiteradas palavras de apreço e respeito pela imprensa e seus profissionais, o ex-Governador Aécio Neves inaugurou em Minas dramática fase de perseguição política a jornais e jornalistas mineiros, para isso, exercendo censura sobre matérias de vários veículos e interferindo na demissão de profissionais das emissoras de rádio e televisão do Estado.

Sabem os Deputados que os jornalistas têm na liberdade de expressão a ferramenta primordial de seu trabalho, razão pela qual são fundamentais para a consolidação da democracia num país que há pouco mais de 25 anos era refém do regime ditatorial imposto pelos militares. Como há, na atualidade, em Minas, uma outra espécie de ditadura, certamente mais perversa porque mais disfarçada e conseqüentemente mais alienadora, saibam os jornalistas mineiros que, como eles, o povo desta terra anseia pela liberdade que lhe foi sempre muito cara e clama por uma Minas transparente, aberta e sem censura. Palácio da Inconfidência, 7 de abril de 2011.”

Aproveito seu aparte ainda, Deputado, para convidar os Deputados que vieram aqui se autodefinirem como aqueles que defendem o governo, para que, em algum momento, na agenda desta Casa, sobre tempo para que defendamos outros valores, como a liberdade e a defesa do povo, que é o papel do Parlamentar. Obrigado.

**O Deputado Rogério Correia (em aparte)** - Apenas para parabenizá-lo, Deputado. O assunto da Cemig realmente nos deixa encabulados. Seu aumento é sempre superior ao da inflação. Ela sempre pede para a Aneel um aumento absurdo, portanto temos a energia mais cara do Brasil, assim como um dos ICMS também mais caros. Então, V. Exa. traz um assunto pelo qual o Deputado Weliton Prado, agora em Brasília, batalhou durante muito tempo, demonstrando que o “slogan” que a Cemig tenta usar da melhor empresa de energia elétrica do Brasil não condiz com a verdade.

Estivemos hoje, no Tribunal de Contas, pedindo a ele que nos auxiliasse em várias questões do governo do Estado que estamos investigando. É uma herança do governo Aécio Neves e que hoje é um fardo pesado para o Governador Anastasia trazer, que é a sua candidatura para 2014. Então, com base nisso, são nomeados padrinhos, apadrinhados, e isso tem feito mal ao governo. Tomara que o Governador Anastasia abra o olho, até mesmo no que diz respeito à conta de luz. Parabéns.

**O Deputado Elismar Prado\*** - Gostaria de concluir, Sr. Presidente. Agradeço as palavras. Finalmente, quero falar sobre a ação que representamos ao Ministério Público Estadual. Estamos cobrando a apuração da responsabilidade pelos homicídios ocorridos em Bandeira do Sul, aquela tragédia.

Com relação ao ajuste da Cemig para 2011, apesar de termos conseguido impedir que a Cemig aprovasse os 13,43% - os aumentos ficaram em 6,6% para as residências e 9,02% para as indústrias -, estamos recorrendo da decisão da Aneel e também entramos na Justiça para tentar anular essa decisão, porque nada justifica esse aumento, que foi novamente abusivo e que contraria o interesse dos consumidores de Minas Gerais. Obrigado.



\* - Sem revisão do orador.



## MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 18/4/11, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

#### Gabinete da Deputada Liza Prado

exonerando Érika Fam Baptista do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;  
exonerando Fabiana Gomes Alves de Oliveira Araújo do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;  
nomeando Érika Fam Baptista para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;  
nomeando Fabiana Gomes Alves de Oliveira Araújo para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas.

#### Gabinete do Deputado Rômulo Viegas

nomeando Fabio da Silva para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas.  
Nos termos do inciso VI, art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/86, 9.437, de 22/10/87, e 9.748, de 22/12/88, e Resolução nº 5.105, de 26/9/91, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

nomeando Isadora Barroso para o cargo de Assistente Administrativo, VL-36, código AL-EX-01, com exercício no Gabinete da 3ª Secretaria.

Nos termos do inciso VI do artigo 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, verificado o cumprimento das condições previstas nos incisos I, II e III do artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5/7/05, c/c art. 133, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais, observado o disposto nas Leis nºs 8.443, de 6/10/83, e 15.014, de 15/1/04, nas Leis Complementares nºs 64, de 25/3/02, e 100, de 5/11/07, e na Deliberação da Mesa nº 2.420, de 3/6/08, assinou o seguinte ato:

aposentando, a pedido, com proventos integrais, a partir de 28/3/11, a servidora Denize Guerra Andrade Carneiro, CPF nº 468.925.166-53, ocupante do cargo de Oficial de Execução das Atividades da Secretaria, do Quadro de Pessoal desta Secretaria.

Nos termos do inciso VI do artigo 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, verificado o cumprimento das condições previstas nos incisos I, II e III do artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5/7/05, c/c artigo 133, acrescido ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias pelo artigo 48 da Emenda à Constituição do Estado de Minas Gerais nº 84, de 22/12/10, observado o disposto nas Leis nºs 15.014, de 15/1/04, 17.637, de 14/7/08, e 18.803, de 31/3/10, na Lei Complementar nº 64, de 25/3/02, e na Resolução nº 5.086, de 31/8/90, assinou o seguinte ato:

aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 30/3/11, a servidora Márcia Helena Marrazzo Oliveira, CPF 257.673.136/87, ocupante do cargo efetivo de Técnico de Apoio Legislativo, do Quadro de Pessoal desta Secretaria.

### ATO DA PRESIDÊNCIA

Nos termos do art. 54, III, §§ 1º e 7º, do Regimento Interno, a Presidência concede licença para tratamento de saúde ao Deputado Paulo Roberto Lamac Júnior, matrícula 18864-6, no período de 6 a 8/4/2011.

Mesa da Assembleia, 13 de abril de 2011.

Dinis Pinheiro, Presidente.

### TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Caixa Seguradora S.A. Objeto: prestação de serviços de seguro de acidentes pessoais coletivo para os motoristas e servidores da contratante. Vigência: 12 meses com termo inicial em 1º/5/2011 e final em 30/4/2012. Objeto deste aditamento: terceira prorrogação do contrato com manutenção do valor contratual. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2.009-3.3.90-10.1.

### TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Chubb do Brasil Companhia de Seguros. Objeto: contratação de seguro aeronáutico para a aeronave Embraer Xingu, prefixo PP-EMN: casco e responsabilidade civil 2º risco (Limite Único Combinado - LUC). Objeto do aditamento: primeira prorrogação, sem reajuste de preço. Vigência: 12 meses, a partir das 24 horas do dia 28/5/2011 até as 24 horas do dia 28/5/2012. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2.009-3.3.90-10.1.

### TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Net Serviços de Comunicação S.A. Objeto: prestação, por empresa operadora de TV por assinatura, a cabo, de serviços de captação, instalação e distribuição de 200 pontos de sinais de TV,



bem como empréstimo, em regime de comodato, de decodificadores e controles remotos, incluindo a manutenção preventiva e corretiva dos serviços e equipamentos. Objeto do aditamento: prorrogação contratual excepcional, por 90 dias, ou até conclusão do procedimento licitatório pertinente ao referido objeto, sem reajuste de preço. Vigência: 90 dias, a partir de 18/1/2011, ou até a conclusão do procedimento licitatório, o que ocorrer primeiro. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2.009-3.3.90-10.1.

### TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Artebrilho Multiserviços Ltda. Objeto: prestação de serviços de limpeza, higienização e conservação. Vigência: 1º/1/2011 a 25/4/2011. Objeto do aditamento: reajustamento do contrato em virtude de convenção coletiva de trabalho. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2009-3.3.90-10.1.



### ERRATAS

#### PROJETO DE LEI Nº 1.042/2011

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 14/4/2011, na pág. 75, col. 2, no despacho, onde se lê:

“Anexe-se ao Projeto de Lei nº 103/2011”, leia-se:

“Anexe-se ao Projeto de Lei nº 1.031/2011”.

#### ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na publicação da matéria em epígrafe verificada na edição de 16/4/2011, na pág. 167, col. 3, sob o título "Gabinete do Deputado Bosco", onde se lê:

“Hugo Leandro Pereira”, leia-se:

“Hugo Leandro Pereira Vaz”.